



FABIANO ORMANEZE

**A BIOGRAFIA COMO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO DA COLEÇÃO “GRANDES
CIENTISTAS BRASILEIROS”**

**CAMPINAS,
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO -
LABJOR**

FABIANO ORMANEZE

**A BIOGRAFIA COMO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO DA COLEÇÃO “GRANDES
CIENTISTAS BRASILEIROS”**

Orientador: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem e ao
Laboratório de Estudos Avançados em
Jornalismo, da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do título de
mestre em Divulgação Científica e Cultural,
na área de Divulgação Científica e Cultural.**

**CAMPINAS,
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Or5b Ormaneze, Fabiano, 1982-
A biografia como divulgação científica: uma análise de discurso da coleção "Grandes cientistas brasileiros" / Fabiano Ormaneze. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Mônica Graciela Zoppi-Fontana.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Cientistas - Biografia. 2. Caros Amigos (Revista). 3. Divulgação científica. 4. Análise do discurso. 5. Autoria. 6. Subjetividade. I. Zoppi-Fontana, Mônica, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Biography and scientific divulgation: an discourse analysis of collection "Grandes Cientistas Brasileiros".

Palavras-chave em inglês:

Scientists - Biography
Caros Amigos (Magazine)
Scientific spreading
Discourse analysis
Authorship
Subjectivity

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural.

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural.

Banca examinadora:

Mônica Graciela Zoppi-Fontana [Orientador]
Silmara Cristina Dela da Silva
Cristiane Pereira Dias

Data da defesa: 27-02-2013.

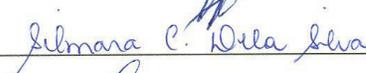
Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural.

BANCA EXAMINADORA:

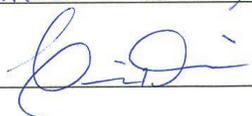
Monica Graciela Zoppi-Fontana



Silmara Cristina Dela da Silva



Cristiane Pereira Dias



Maria das Graças Conde Caldas

Celso Luiz Falaschi

IEL/UNICAMP
2013

Aos meus alunos, razão de tanta coisa.

GRATIDÃO

Agradecer vem de “estar grato” e gratidão é o sentimento que sinto por Deus, por me ajudar a arquitetar projetos e colocá-los em prática, dando-me força e esperança, contribuindo para que tudo ocorresse no momento certo e da melhor forma.

Também expresso essa gratidão por muitas pessoas que estão ao meu lado, perto ou distante fisicamente, mas sempre constantes.

“A gratidão (charis) é essa alegria da memória, esse amor do passado – não o sofrimento do que não é mais, nem o pesar pelo que não foi, mas a lembrança alegre do que foi. É tempo reencontrado.”

André Comte-Sponville, Pequeno Tratado das Grandes Virtudes, 1995, p. 150

A meus pais, Barcinho e Edna, pela presença constante, pelo apoio e pelos valores que me ensinaram;

Ao Edson Mitsuo, que conhece a história da minha vida acadêmica desde o primeiro dia em que cheguei a Campinas para começar a jornada na graduação em Jornalismo;

Ao Duílio, tão presente nos últimos tempos;

À Ivete Cardoso do Carmo-Roldão, amiga, modelo de pesquisadora e professora universitária para mim, pela inspiração, pelo exemplo de coerência e pela amizade;

Aos meus professores da graduação, alguns que se tornaram colegas e amigos: Carlos Alberto Zanotti, Ciça Toledo, Amarildo Carnicel, Marcel Cheida, Francisco Belda e Carlos Gilberto Roldão;

À Cleo Van Rajj, amiga querida, pela revisão carinhosa do texto;

Ao Lindolfo que, de professor, passou a colega; de colega a amigo e, de amigo, a chefe;

Ao Rogério Bazi, que confiou e contratou um professor universitário de 24 anos, e me permitiu sentir o prazer de ser docente;

Ao Celso Falaschi, que me apresentou ao Jornalismo Literário;

À Ana Paula Silva Oliveira, que, lá atrás, disse-me que havia um campo chamado “Análise de Discurso” e que eu poderia gostar dele...

À Cecília Pavani, pela confiança e pela amizade;

Aos colegas do Correio Popular, onde fiz amigos e pude praticar o jornalismo menos preso às regras e mais livre em que acredito;

Às professoras Cristiane Dias e Graça Caldas, professoras no mestrado e membros da banca de qualificação, pelas contribuições;

À Mônica pela orientação pontual, pelos desafios lançados e pela preocupação com meu trabalho.

“Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa. Capta essa outra de que na verdade falo porque eu mesma não posso.”

Clarice Lispector, *A paixão segundo G.H*

RESUMO

Este trabalho analisa a coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”, produzida pela revista *Caros Amigos*, entre dezembro de 2009 e novembro de 2010. A partir de Pêcheux (1969; 1975), Orlandi (1993, 1998, 2001, 2008 e 2009) e Foucault (1969, 1970), o objetivo é identificar a imagem de Ciência e de cientista presente nos textos, as condições de produção que lhe permitiram emergir e o modo como o interdiscurso se faz presente, com base nos efeitos de pré-construído. O estudo também teve como propósito verificar como a função-autor (ORLANDI, 1998) é exercida pela revista *Caros Amigos* e de que forma o projeto científico do Brasil (uma vez que a coletânea foi produzida com patrocínio do Ministério da Ciência e Tecnologia), a linha editorial da revista e as tradicionais práticas jornalísticas, como a ideia de objetividade, atuam como interdiscurso, ainda que num gênero que se estrutura a partir do Jornalismo Literário. Também foram estudadas as diferenças entre os discursos relativos às áreas de Ciências Humanas e de Ciências Naturais, como produtos da constituição de cada campo do conhecimento, bem como do já-dito sobre cada área, além da presença de imagens cristalizadas de cientistas, que se constituem como estereótipos em cada campo e nas diferenças entre homens e mulheres na Ciência. Esta análise se faz importante, uma vez que as biografias representam um gênero crescente no País e, embora haja diversos estudos sobre Jornalismo Científico, não foi encontrado nenhum trabalho que analisa a biografia como estratégia de divulgação científica. Ademais, textos biográficos costumam gerar identificação nos leitores e, por essa razão, também exercem o papel de serem modelos de Ciência e de cientista e, no caso da presente coleção, esse caráter modelar fica mais evidente, uma vez que a coletânea tinha como um de seus objetivos servir de material didático para escolas. A análise de dez das 24 biografias publicadas pela coletânea demonstrou não só a presença da percepção pública sobre ciência, do projeto científico nacional, dos paradigmas positivistas de Ciência e Jornalismo atuando como interdiscurso, além de lugares distintos e ideologicamente marcados para homens e mulheres na Ciência, mas também imagens diferenciadas sobre cientistas e o fazer Ciência nas áreas de Humanas e de Naturais.

Palavras-chave: biografia, *Caros Amigos*, divulgação científica, discurso, função-autor.

ABSTRACT

This work analyzes the collection “Grandes Cientistas Brasileiros”, a magazine *Caros Amigos*’ production from December 2009 to November 2010. From Pêcheux (1969, 1975), Orlandi (1993, 1998, 2001, 2008) and Foucault (1969, 1970), the general objective is to identify science and scientists’ images in the texts, the conditions of production and the forms of interdiscourse manifestation. The study has also verified how *Caros Amigos* exerts the author function (ORLANDI, 1998), how the scientific project in Brazil, the magazine’s editorial line and the traditional journalistic practices have influenced the discourse. The ideas of objectivity and truth are given as examples of traditional journalistic practice. The idea of objectivity acts as interdiscourse, even in a genre like in biographies, from Literary Journalism. The work has also studied the differences between the interdiscourse used about the areas of Humanities and Natural Sciences, as products of each field of knowledge, and the presence of stereotype of scientist. The differences between men and women in the discourse about science are also studied. This analysis is important, since biographies represent a genre that is growing in numbers of publications in Brazil and there are not works about biographies as a strategy for science communication. Biographical texts usually generate the identification of readers and, therefore, also play the role Science and scientist models. In case of collection, this model has become more evident, because the collection is used in schools. The study out of ten of the 24 biographies published by the collection has revealed the presence of the public perception of science, the national scientific project, the positivist paradigm of Science and Journalism as interdiscourse, different positions and ideologically marked for men and women in Science and different images of scientists and Science in Humanities and Natural areas.

Keywords: biography, *Caros Amigos*, science communication in Brazil, discourse, author function.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1	
O Espaço da Biografia: Uma Constituição Híbrida entre Jornalismo, História e Literatura.....	09
1.1 Biografia: um Gênero Híbrido.....	12
1.1.1 Entre o Jornalismo, a Literatura e a História.....	18
1.1.2 Biografia e Jornalismo Literário.....	29
1.2 As Características do Jornalismo Literário.....	37
1.3 Da Hagiografia ao Contemporâneo: a Constituição Histórica do Gênero...	42
Capítulo 2	
A Biografia como Recurso de Divulgação Científica.....	51
2.1 Um Problema de Terminologia.....	52
2.2 Jornalistas, Cientistas e Alfabetização Científica.....	55
2.3 A Ciência no Livro-Reportagem: Possibilidades para Além da Biografia.....	63
Capítulo 3	
Da Revista à Antologia de Biografias, do Espaço Político à Divulgação Científica.....	69
3.1 O Mercado das Revistas: Um Breve Histórico.....	70
3.2 O Discurso.....	77
3.3 A Revista <i>Caros Amigos</i> e o Resgate da Imprensa Alternativa Brasileira...	81
3.4 Da Divulgação Científica em Revistas à Coleção “Grandes Cientistas”.....	86
3.5 Coletânea, Função-Autor e Produção de Sentidos.....	94
3.6 Função-Autor e Interdiscurso em Funcionamento nas Biografias.....	102
Capítulo 4	
Sentidos em Circulação: Biografia, Interdiscurso e Estereótipos na série “Grandes Cientistas Brasileiros”.....	117
4.1 Do Léxico ao Discurso: Um Caminho Além dos Verbetes de Dicionário.....	118
4.2 Estereótipos e Memória Discursiva.....	134
4.2.1 Estereótipos e Questões de Gênero nas Biografias de Cientistas.....	144
4.2.2 Iconografia e Estereótipos.....	149
4.3 A Construção de Imagens: Ciência, Público Leitor e Divulgador.....	159
Considerações Finais.....	165
Referências Bibliográficas.....	171

INTRODUÇÃO

A divulgação científica perpassa diversos campos do saber. Desde a multiplicidade de campos da Ciência, que ela pretende fazer chegar ao grande público de não cientistas, até campos que podem parecer, à primeira vista, completamente desvinculados do saber científico, como é o caso das Artes. Nessa multiplicidade de campos perpassados, está também o Jornalismo e, com ele, uma diversidade de gêneros e discursos que foram sendo construídos historicamente e são ressignificados a cada enunciação.

A notícia e a reportagem são os principais gêneros jornalísticos utilizados pela divulgação científica (OLIVEIRA, 2002). Em razão da especificidade desses gêneros, compete a eles (com menos profundidade e mais factuality na notícia, e mais profundidade e menos factuality na reportagem) tornar público aquilo que está revestido, a partir dos critérios da empresa jornalística e dos jornalistas, de atualidade, de abrangência, de ineditismo e de interesse público, características que decidem o que merece ou não ser pauta.

Muitos trabalhos já se debruçaram sobre os gêneros mais clássicos do Jornalismo para discutir a produção de sentido na divulgação científica, mas o surgimento de novas tecnologias, de novos gêneros e o reconhecimento, na teoria e na prática, da interface das práticas jornalísticas com a História, a Literatura e a Antropologia, por exemplo, trouxeram novas demandas para se pensar a divulgação científica.

É o que ocorre, por exemplo, com a biografia. Embora seja um gênero crescente e de grande penetração no Brasil, as biografias ainda não tiveram um estudo de sua contribuição para a divulgação científica e como elas produzem e fazem circular discursos sobre Ciência e, pela sua característica de apresentar a trajetória de uma vida, sobre o cientista. A revisão de bibliografia realizada para esta dissertação não encontrou nenhum trabalho que abordasse como a biografia pode servir à divulgação científica.

Da mesma forma, como produto híbrido entre o Jornalismo, a Literatura e a História, a análise do texto biográfico também permite identificar como a memória discursiva significa diferentemente esses três campos de conhecimentos e como a noção de gênero discursivo também impacta os sentidos produzidos nas biografias.

Assim, este trabalho se propõe a analisar a coletânea de biografias intitulada “Grandes Cientistas Brasileiros”, produzida como encarte da revista *Caros Amigos*, da Editora Casa Amarela, entre novembro de 2009 e novembro de 2010. Foram 12 fascículos, vendidos mensalmente junto com a revista, com a biografia de cientistas brasileiros de diversas áreas. Cada fascículo continha a história de dois cientistas, sempre de campos de saber diferentes. Depois, encadernada, a coleção passou a ter o formato de um livro, lembrando a apresentação gráfica de uma enciclopédia ou de uma antologia. Patrocinada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a coleção foi divulgada como tendo, entre suas utilidades, o uso em salas de aula de ensinos Fundamental e Médio.

Os objetivos do estudo apresentado nesta dissertação são:

- Identificar a imagem de Ciência e de cientista presente nos textos da coletânea, as condições de produção que lhe permitiram emergir e o modo como o interdiscurso se faz

presente nos textos a partir dos efeitos de pré-construído e sustentação e do discurso-Outro;

- Verificar como a função-autor (ORLANDI, 1998) é exercida pela revista *Caros Amigos* e como o projeto científico e desenvolvimentista do Brasil (uma vez que a coletânea foi produzida com patrocínio do Ministério da Ciência e Tecnologia), assim como a linha editorial da revista, funcionam como condições de produção e interdiscurso nos textos da coletânea;

- Analisar a diferença de discursos relativos às áreas das Ciências Humanas e das Ciências Naturais nas biografias, como produtos da constituição de cada campo de conhecimento, bem como do já-dito sobre cada área;

- Estudar a presença de imagens cristalizadas de cientistas, que se constituiriam como estereótipos, em cada área do conhecimento, e também de marcas que demonstrem a diferença de gêneros (homem x mulher).

Considera-se aqui a noção de texto como um processo de significação ideologicamente determinado, que produz sentidos entre os locutores, ou seja, parte-se da Análise de Discurso para a leitura do material. Sem esgotar o assunto, a seguir são apresentados, em linhas gerais, os princípios dessa teoria e seus procedimentos metodológicos. Conforme conceitos desse campo forem aparecendo, serão eles mais detalhadamente abordados nos capítulos desta dissertação.

Onde estão os sentidos?

A Análise de Discurso, usada aqui como quadro teórico-metodológico, desenvolveu-se a partir de Michel Pêcheux (1938-1983). O filósofo francês escreveu, em 1969, o trabalho

“Análise Automática do Discurso” (*Analyse Automatique du Discours*), em que apresenta os princípios de sua teoria. Na época, Pêcheux, que havia sido aluno de Louis Althusser (1918-1990), trabalhava num laboratório de Psicologia Social e seu intuito era confrontar as Ciências Humanas, particularmente a História, a Psicanálise e a Linguística. É nesse “entremeio” de áreas que se situa a Análise de Discurso, sem que se estabeleça uma relação de subserviência, já que ela

interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2009, p. 20).

A abordagem discursiva da língua baseia-se na não literalidade, ou seja, a língua está determinada pela materialidade histórica, ou seja, ela não é um sistema neutro de signos que transmite, de forma clara, neutra, intencional e única, um conteúdo. É sim um sistema que organiza sentidos possíveis e não possíveis, a partir do momento histórico e dos sujeitos que participam da enunciação. Isso leva à percepção, portanto, de que o sentido não está alocado em lugar nenhum do texto.

A velha e repetida questão “O que o autor quis dizer com isso?” não é apropriada para uma abordagem fundamentada na Análise de Discurso, pois tal questionamento pressupõe que o sentido estaria alocado, talvez escondido em algum lugar, nas entrelinhas ou na intencionalidade do autor. Para Pêcheux, o sentido não está localizado em nenhum lugar, mas ele se produz nas relações entre sujeitos e dos sujeitos com a história e a sociedade, nas quais se inscreve o que se diz (escreve):

As palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa

conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1975, p. 160).

Assim, Pêcheux define o discurso como efeito de sentido entre locutores, ou seja, não é possível conceber, nessa concepção, um “processo de comunicação”, em que há uma mensagem a ser transmitida de um emissor para um receptor, como classicamente se concebia e de onde parte a maioria dos estudos que tentam dar instrumentos práticos para o Jornalismo e para todos os campos da Comunicação Social.

Uma das grandes contribuições trazidas por Pêcheux, sob a influência de Althusser, foi o rompimento da concepção de ideologia conforme definida por Karl Marx (1818-1883). Para a tradição marxista, a ideologia é um reflexo da economia, ou seja, a infraestrutura da sociedade tem o poder de determinar todas as outras instâncias (a superestrutura). Para Pêcheux, o ideológico não é simplesmente a expressão da ideologia burguesa dominante, mas *o local* e *o meio* para a realização dessa dominação. Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva demonstrar os mecanismos da determinação histórica dos processos de sentido.

Com isso, fica estabelecida a noção de interdiscurso, ou seja, o conjunto de já-ditos que sustentam todo o dizer atual. Pêcheux concebe que o sentido é sempre uma palavra pela outra, só existindo em relações de transferência (metáfora). A leitura a que a Análise de Discurso se propõe é essa: um olhar para a opacidade do texto, compreendendo o que o sujeito diz sempre em relação a outros dizeres e à História.

É assim que Pêcheux concebe o sujeito como um indivíduo que não está livre para escolher, deliberadamente, o que falar e quais sentidos gerar, pois a fala estará sempre determinada pelo “já-dito”, pelo interdiscurso, sentidos que foram se construindo

historicamente. Mas, por causa da aparente unidade, a ideologia produz um efeito de naturalização dos sentidos. Ancorados no “já-dito” e apagando a história, os sentidos se instalam e são apropriados como naturais. É assim que Orlandi (2009, p. 9) afirma, com base nesse raciocínio, que “a ideologia não é x, mas o processo de produzir x”.

Estrutura da dissertação

Este trabalho é composto por quatro capítulos. No primeiro, é feita uma revisão de literatura sobre a biografia, demonstrando sua constituição como gênero e a hibridização entre Jornalismo, Literatura e História que o caracteriza, além da relação intrínseca que esse gênero estabelece com a memória. É feita uma retrospectiva histórica, sendo apresentados dados que ajudam a entender o crescimento do interesse por esse gênero no mundo contemporâneo ocidental.

No segundo capítulo, a biografia é relacionada com a proposta de divulgação científica e se estabelece uma discussão entre a necessidade do conhecimento sobre Ciência pela população, a fim de formar consciência crítica e participação cidadã. É discutida, também, a diversidade de terminologia, suas lacunas e suas consequências, quando o assunto é comunicação da Ciência. Por fim, aborda-se como o livro-reportagem (uma vez que a coletânea de biografias adquiriu esse formato) pode ser uma estratégia de divulgação científica.

Na sequência, no terceiro capítulo, é feita uma retrospectiva do mercado de revistas no Brasil para situar a revista *Caros Amigos* no cenário jornalístico brasileiro. Da mesma forma, nessa parte, apresenta-se a coletânea e começam as análises, partindo dos

critérios de seleção de quem pôde participar da série nomeada como “Grandes Cientistas Brasileiros”.

Inicialmente, é feita uma análise da coletânea como um todo e, posteriormente, são analisados os textos e as imagens presentes em cinco fascículos, selecionados a partir dos seguintes critérios:

1. Ter, ao final, a mesma quantidade de cientistas da área de Ciências Humanas e das Ciências Naturais (cinco para cada);
2. Analisar os fascículos na íntegra;
3. Incluir, no corpus, a presença da mulher na Ciência, dada a importância das questões de gênero na estrutura social brasileira e na história do fazer científico.

São, então, analisadas as biografias, na área de Ciências Naturais, de Carlos Chagas (fasc.1), Johana Döbereiner (fasc.1), Cesar Lattes (fasc.2) Crodowaldo Pavan (fasc.3) e Graziela Barroso (fasc.9). Entre os cientistas da área de Humanas, as análises abordam as biografias de Florestan Fernandes (fasc.2), Milton Santos (fasc.3), Darcy Ribeiro (fasc.5), Nise da Silveira (fasc.5) e Câmara Cascudo (fasc.9). A preocupação em selecionar cientistas das áreas de Naturais e Humanas deu-se em razão do que Snow (2005) chama de “as duas culturas”, ou seja, a divisão contemporânea dos saberes em dois grandes grupos.

No quarto e último capítulo, a análise centra-se nas dez biografias selecionadas como amostra. Assim, são apresentados os mecanismos imputados não só pela função-autor e pelo efeito-leitor, bem como pelo já-dito sobre Ciência, sobre cientista e sobre a própria divulgação científica feita por meio do Jornalismo e pelo gênero biografia.

Capítulo 1

O ESPAÇO DA BIOGRAFIA: UMA CONSTITUIÇÃO HÍBRIDA ENTRE JORNALISMO, HISTÓRIA e LITERATURA

É final de novembro de 2011. Muita gente está nas livrarias comprando seus presentes de Natal. Uma cena chama a atenção numa dessas lojas localizadas num shopping de Campinas. Uma mulher e duas adolescentes – com aparentemente 15 e 12 anos – aproximam-se de um vendedor e fazem seus pedidos. A mulher, mãe das garotas, uns 45 anos expressos na pele, pede ao vendedor um exemplar de *Anjo Pornográfico*, a biografia do dramaturgo Nelson Rodrigues, escrita pelo jornalista Ruy Castro. A menina mais velha, óculos da moda e roupa de marca, também opta por uma biografia, mas prefere a de Steve Jobs, o criador do império tecnológico Apple, falecido havia pouco. A mais nova, alguma rebeldia pré-adolescente inscrita no jeito de se portar, pede, da mesma forma que a irmã, algo que figurava, naquela semana, entre os livros mais vendidos: a biografia do jovem pop-star Justin Bieber, ídolo de tantas garotas da mesma idade. Exemplares nas mãos, a família se senta à mesa vaga ao meu lado no café da livraria e começa a folhear as obras. Cada uma lê algumas páginas. A mãe se concentra nas páginas iniciais. A filha fã de Steve Jobs se atém, primeiro, aos textos da quarta-capa e das orelhas do livro. A mais nova opta por folhear o livro e se detém, principalmente, nas páginas ilustradas com fotografias.

Depois de algum tempo, elas começam a falar sobre os livros pelos quais optaram: estavam felizes com as escolhas e demonstravam comportamentos que oscilavam entre a identificação, a catarse e o endeusamento dos biografados, em frases como “Esse cara é muito fantástico”, vinda da menina mais nova. “Um dia, Carol, você vai saber o que é um cara fantástico, que marcou uma época”, refuta a mãe. A outra garota também opina, embora, discordando da opinião que tem do posicionamento materno: “O Steve Jobs, sim, marcou época”.

A cena descrita é interessante por vários motivos e, principalmente, por trazer, num momento ordinário do cotidiano, algumas características que serão discutidas nas páginas seguintes. Biografias são obras que, naturalmente, despertam nos leitores sentimentos de identificação e curiosidade, principalmente, quando a proposta do autor é algo próximo a despir o personagem de sua exterioridade conhecida, seus feitos profissionais, seus louros de sucesso, e mostrá-lo como gente comum, embora isso nem sempre seja uma tarefa das mais fáceis.

O interesse de uma família inteira por livros biográficos é exemplar de uma estatística que espelha a valorização do gênero pelo brasileiro. O alto índice de vendas expressa-se pela permanência desse tipo de obra entre as listas dos mais vendidos, publicadas semanalmente por revistas e jornais, a partir de dados fornecidos pelas principais redes de livrarias do País. De forma geral, essas listas indicam, entre os mais vendidos, ao menos uma biografia, não raro ocupando a primeira posição entre os chamados livros “de não ficção”. Poderia aqui haver algum contraponto dizendo que, nem sempre, pode-se confiar nesses dados, que envolvem questões ideológicas, interesses econômicos das editoras e dos veículos, revistas e jornais, que os publicam. Sabe-se, inclusive, como

publicar que um livro está entre os mais vendidos é uma forma de estimular ainda mais vendas (BOURDIEU, 1996). Para fazer um contraponto a essa posição, tão legítima quanto necessária, vêm os dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e da Biblioteca Nacional, instituição que, por lei, deve receber ao menos um exemplar de todos os livros publicados no Brasil.

De acordo com a CBL, instituição que reúne editoras e livreiros, só em 2011, foram publicadas, no Brasil, 1,5 mil biografias, o que representa 22% de todo o montante de livros que chegaram às estantes das livrarias, excluindo-se os didáticos e paradidáticos. A mesma instituição indica o número de vendas de exemplares de livros desse gênero em 350 mil. A Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, informa que recebeu, no ano passado, cerca de 1,1 mil novos títulos biográficos.

De modo geral, outros veículos de comunicação de massa, como a televisão e o cinema, também têm dedicado considerável espaço para narrativas que, se não são biográficas, abalroam-se com as marcas desse gênero, como os filmes baseados na vida de personagens reais e os documentários centrados numa pessoa pública. Há programas, principalmente nos canais a cabo, que se dedicam a contar a história de vida de personalidades e mesmo de pessoas comuns, do dia a dia, mas que contenham algum apelo jornalístico, como a originalidade de suas histórias, sua atuação diferenciada diante de um grupo, ou o fato de terem alguma característica insólita ou atual, como a sua inserção em algum acontecimento que ganhou relevância pública.

Além disso, é crescente a produção de biografias no formato de documentário para o cinema ou de filmes que se propõem a contar, de forma livremente inspirada na realidade, a biografia de personagens conhecidos. Mesmo nas reportagens corriqueiras do dia a dia,

no bom jornalismo, como pregam os manuais de redação e os livros teóricos da área, sugere-se sempre a ilustração com a vida ou com a experiência de algum personagem. Nenhum bom repórter, por exemplo, faria uma reportagem sobre algum tema relacionado ao cotidiano da população sem ilustrá-la com uma história de vida. É assim com os temas de saúde, de estrutura urbana, de transportes e de educação.

Assim, a compreensão do que é uma biografia, sua constituição histórica, formatos de produção, interfaces entre o Jornalismo, a Literatura e a História, as razões ou hipóteses pelas quais são tão lidas pelos brasileiros e sua contribuição para a divulgação científica e cultural serão alguns dos temas tratados a seguir e que contribuirão para entender melhor de que forma esse gênero pode colaborar com a divulgação científica, e, ao mesmo tempo, gerar sentidos sobre o que é ser cientista e fazer Ciência.

1.1 Biografia: um gênero híbrido

Jornalismo? História? Literatura? Alguém poderia, de posse de uma obra que retrate o passado de um personagem, não ter nenhuma dúvida em dizer que a biografia seja História por essência/excelência. Mas, outros, ao se informarem sobre como as informações que compõem a obra foram buscadas, perceberão que, além das estratégias oriundas das Ciências Sociais apropriadas pelo Jornalismo no século XX, como a entrevista, a consulta a documentos e dados, há a escrita de um texto acessível ao grande público, valorizado na prática jornalística (cf. ERBOLATO, 2001; LAGE, 2005; LAGE, 2007; MEDINA, 2002).

Outros, no entanto, podem se sentir como se lessem um romance, principalmente, se a narrativa for envolvente e usar estruturas típicas daqueles que se propõem a contar

histórias ficcionais, como a descrição de ambientes e pessoas ou a reconstrução de diálogos.

Esse “conflito” de definição indica que a produção biográfica contemporânea tem demonstrado que seria redutor incluí-la em apenas um desses três campos do conhecimento com os quais, de alguma forma, está envolvida. A definição de Vilas Boas (2002 e 2008) vai exatamente à direção de uma hibridização. De acordo com o autor, a biografia é um gênero literário de não ficção e que, como manifestação literária, incorpora elementos próprios do período histórico em que foi produzida. “Um exame histórico detalhado talvez apontasse um estilo de época também para a biografia: romântica, naturalista, moderna, pós-moderna [...]. A biografia promove um intercâmbio de saberes diversos” (VILAS BOAS, 2008, p. 20).

Enquanto a relação entre reconstruir a História e fazer biografia está presente em toda a trajetória do gênero, o intercâmbio entre Literatura e Jornalismo na produção biográfica foi prenunciado por autores como Alceu Amoroso Lima e Luiz Viana Filho, em meados do século XX.

Em 1958, Amoroso Lima já afirmava que o Jornalismo podia ser considerado um gênero literário, com algumas especificidades, como a preocupação com a transmissão de informações e não apenas a finalidade estética, observadas num poema ou num romance, por exemplo. Apesar disso, é interessante notar que o crítico não considerava a biografia um gênero apenas jornalístico. Amoroso Lima (1958) considera que, em prosa, possa haver três subdivisões entre os gêneros: 1) de ficção (romance, novela, conto e teatro); 2) de apreciação (de obras [crítica], de pessoas [biografia] e de acontecimentos [Jornalismo]); 3) de comunicação (conversação, oratória e espitologia). Ao incluir a

biografia fora da seara do Jornalismo, o autor introduz a noção de estratégias de produção diferenciadas, ao menos em relação ao Jornalismo mais tradicional, baseado nos paradigmas da objetividade e da imparcialidade positivista.

Antes de Amoroso Lima, em 1945, Viana Filho já havia escrito que

ora chamamos biografia a simples enumeração cronológica de fatos relativos à vida de alguém; ora usamos a mesma expressão para trabalhos de crítica nos quais a vida do biografado surge apenas incidentalmente; ora empregamos em relação a estudos históricos em que as informações sobre certa época se sobrepõem às que se referem ao próprio biografado; ora a emprestamos às chamadas biografias modernas ou romanceadas. E até obras em que a fantasia constitui o elemento essencial da narrativa aparecem com rótulo idêntico. (VIANA FILHO, 1945, p. 11)

A definição de Viana Filho, embora historicamente importante, carece de várias reflexões para o que se espera do gênero biografia atualmente e para o que tem sido produzido sobre essa égide. Hoje, cada vez mais, o natural é, por mais que os conceitos de realidade e fantasia, verdade e ficcionalidade possam ser discutidos, a biografia seja definida como a narrativa de uma vida que terá por base aquilo que foi checado, investigado, notado pelo biografado e pelo seu olhar de observador. Embora as estratégias de produção do texto possam ser as mais variadas, os autores que refletem sobre a biografia, principalmente, no campo da História e do Jornalismo, não admitem a possibilidade de elementos fantasiosos na trajetória de vida que está sendo contada. O que se espera de uma biografia é que ela conte, detalhadamente, a partir das investigações, pesquisas e do estilo do biógrafo, uma versão da vida de uma pessoa que, pelas suas especificidades, torna-se tema de interesse de, ao menos, uma parcela de público. Como diz Vilas Boas (2008, p. 21-22), a “biografia deve nos proporcionar descrição detalhada de uma existência”. A biografia, portanto, tem as características que permitem classificá-la como um gênero: “Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização

da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, [1979] 2011, p. 262, grifos no original).¹

A inclusão e a necessidade de pertencimento em algum gênero foi motivo de discordância desde as primeiras manifestações que poderiam ser chamadas de biografias, como se verá à frente. Já no período das hagiografias, narrativas sobre a vida de santos, comuns na Idade Média, a controvérsia se instalou.

Muitos críticos incluem a escrita hagiográfica como própria da Literatura. De acordo com Carbonell (apud FRAZÃO DA SILVA, 2011, p. 1), “o próprio fato de tal literatura ser designada pelo termo [hagiografia], tornado pejorativo entre os historiadores, [...] pode fazer crer que já não se trata de História”. No entanto, os homens da Idade Média, ao escreverem sobre santos, acreditavam estar fazendo História.

Em relação a essa interpenetração de outros gêneros no fazer biográfico, o próprio Bakhtin ([1979] 2011) dá pistas para a compreensão, dizendo que não se pode, de modo algum, minimizar a heterogeneidade dos gêneros discursivos e, por isso, há uma grande dificuldade em defini-los. O teórico russo sugere a distinção entre os gêneros primários (os mais puros e simples de serem encaixados numa definição) e os gêneros secundários (os complexos):

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico etc. No processo de sua formação, eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários

¹ Optou-se, neste trabalho, compreendendo a importância do momento histórico de cada produção de conteúdo, por citar o ano original da obra no caso dos clássicos dos estudos de discurso, como é o caso dos trabalhos de Bakhtin, Pêcheux e Foucault. Assim, nas referências no corpo do texto, o ano que aparece entre [] diz respeito à publicação da primeira edição.

(simples), que se formaram nas condições de comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo, a réplica do diálogo cotidiano ou da carta no romance, ao manterem a sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana. No seu conjunto, o romance é enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas à diferença deles é um enunciado secundário (complexo). (BAKHTIN, [1979] 2011, p. 263-264)

A biografia segue o mesmo raciocínio aplicado ao romance: ao utilizar formas das narrativas histórica, literária e jornalística, forma um gênero complexo, marcado pela interação de diferentes saberes e fazeres. Todorov, ao mostrar que os gêneros discursivos são tão diversos quanto as práticas discursivas, resume o pensamento bakhtiniano e imputa uma dimensão ideológica ao conceito, ao afirmar que ele é um “modelo de mundo que o texto propõe” (TODOROV, 1981, p. 128).

Adam e Heidmann (2011) fazem seis proposições sobre os gêneros. Dizem eles que:

1. Todo texto participa de um ou de vários gêneros;
2. Os gêneros são tão diversos quanto as práticas discursivas;
3. Os gêneros são práticas normatizadas, cognitivamente e socialmente indispensáveis;
4. Os gêneros são categorias dinâmicas em variação;
5. Os gêneros existem apenas no âmbito de um sistema de gêneros;
6. A genericidade envolve todos os níveis textuais e transtextuais.

Com exceção da última proposição, as anteriores são praticamente autoexplicativas. Na sexta afirmação, os dois teóricos demonstram sua preferência pelo conceito de genericidade em detrimento ao de gênero. “É menos examinar o pertencimento genérico

de um texto que atualizar as tensões genéricas que o informam” (ADAM E HEIDMANN, 2011, p. 20). Essa postura permite pensar por que, para o biógrafo, é, de certa forma, importante manter o discurso de que ele faz, ao mesmo tempo, História, Jornalismo e Literatura. “Analisar uma participação em vez de se limitar a um pertencimento classificatório permite entrar na complexidade dos fatos do discurso” (ADAM E HEIDMANN, 2011, p. 21). Ao partir para a escrita de um texto biográfico, o autor carrega consigo, ainda que, inconscientemente, memórias do fazer e do saber originárias desses três campos, bem como a legitimidade construída por cada um deles e as imagens projetadas socialmente dos profissionais que estão inscritos em cada um desses campos.

O biógrafo reveste-se da credibilidade inerente ao fazer jornalístico e à atividade do historiador para construir seu discurso de “verdade”, referenciado com base em técnicas como as entrevistas e a consulta aos documentos. Em outras palavras, o biógrafo está sujeito ao procedimento de controle do discurso chamado por Foucault ([1970] 2004) de “vontade de verdade”: “O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa” (FOUCAULT [1970] 2004, p.20). O filósofo francês dá outras pistas importantes, como a noção de disciplina e comentário, para entender as amarras e interdições do discurso biográfico, analisadas no terceiro e no quarto capítulos deste trabalho.

Além disso, a liberdade na escrita conferida ao gênero ao situá-lo como uma fronteira da Literatura, permite ao biógrafo ser incluído no grupo dos escritores, o que lhe atribui, ainda que num primeiro olhar, o status de criativo e intelectual, socialmente valorizados e importantes para quem pretende seguir carreira no mundo das letras.

1.1.1 Entre o Jornalismo, a Literatura e a História

Pelas características de relato jornalístico, é natural que, ao se propor a fazer a narrativa da vida de alguém e dadas as condições do mercado editorial, que espera lucratividade de suas publicações, a primeira pergunta que um biógrafo se faça na escolha de um biografado é qual seria a relevância desse personagem e o interesse que o público teria em conhecer a sua história.

Ao questionar por que tal personagem merece que sua biografia se torne pública, o autor já está partindo de uma das características do Jornalismo: a relevância das informações, a sua universalidade de interesse, conforme Otto Groth (cf. BUENO, 1972) definiu num dos textos básicos da implantação de um fazer jornalístico contemporâneo a partir da segunda metade do século XX.

Da mesma forma, todo o trabalho durante a escrita será de seleções, conscientes ou inconscientes, determinadas historicamente. Assim, fatos secundários da vida do personagem (a partir dos critérios daquele momento e daquele autor) serão descartados. Ainda que o personagem selecionado pelo biógrafo não seja uma unanimidade, a forma como a história será contada ou como o livro será divulgado, certamente, vai tentar encontrar argumentos que demonstrem a importância de tal personagem.

Ao contar uma história, amarrando cenas, reconstruindo lugares, descrevendo pessoas e tentando transmitir emoções e momentos, o biógrafo, no entanto, estará usando estratégias ora da Literatura, ora da reportagem. Pela extensão do texto e pela necessidade de criar uma narrativa que envolva o leitor, raramente poder-se-ia escrever uma biografia usando o método da pirâmide invertida, próprio da técnica jornalística tradicional e pelo qual as informações são hierarquizadas no texto por ordem de

importância decrescente. Outro método, que também não tem o mesmo apelo para o envolvimento do leitor, seria a produção de um texto mais acadêmico, pouco acessível à maioria, mas que, durante muito tempo, como abordado mais à frente, foi um formato bastante comum em biografias, principalmente, de personagens mais ligados a área científica.

Pelas estratégias narrativas utilizadas, é comum, por exemplo, ouvir frases como “essa é uma biografia romanceada” ou então “parece que você está lendo uma estória”. Essas duas colocações, embora possam ser discutidas teoricamente, dizem respeito à forma literária de narrar, cada vez mais comum entre os biógrafos, como lembra Vilas Boas (2002). A expressão “biografia romanceada”, embora usada muitas vezes pelo grande público e pela própria mídia em suas resenhas sobre livros, é vista com reservas pela maioria dos teóricos, pois o adjetivo “romanceada” traz a concepção de imaginário, de narrativa ficcional, própria do gênero romance, como ele foi constituído historicamente, a partir do século XVIII.

No momento em que faz a sua investigação da vida do biografado, o biógrafo arma-se de toda sorte de técnicas, como a entrevista em profundidade e a observação participante. Nesse processo de investigação da história de vida a ser contada, a biografia esbarra nos métodos historiográficos. O biógrafo começa a fazer uso de documentos, de cartas, de memórias e, necessariamente, se quiser entender melhor a vida do seu personagem, do contexto histórico no qual ele vive/viveu. Mas, ao final disso tudo, que tipo de narrativa ter-se-á? Ou então: que tipo de texto montar com toda essa celeuma de materiais e de informações?

A questão que se coloca é que, durante muito tempo (e ainda hoje, por algumas correntes), tanto o Jornalismo quanto a História diziam ser “a” verdade e foram assim que esses campos do conhecimento ganharam notoriedade e credibilidade, afinal, a busca pelo verdadeiro é uma das razões existenciais humanas. Enquanto o Jornalismo dizia mostrar “a verdade” do presente, a História mostraria a do passado. Mais contemporaneamente, tanto Jornalismo quanto História abriram-se a repensar os próprios métodos e têm descoberto o quanto é falha ou, no mínimo, leviana, essa faceta de verdade. Basta uma breve reflexão sobre a forma como os discursos são construídos para se perceber tal falácia, que perdurou por décadas, inclusive, em manuais de redação, usados como material didático em escolas de Jornalismo.

Sobre a verdade, Vilas Boas (2002) lembra que o seu resultado final da biografia está diretamente condicionado aos “contratos autorais” assinados entre biógrafo e biografado ou, então, entre o biógrafo e os “guardiões da memória”, ou seja, os herdeiros de um personagem já morto. De acordo com Vilas Boas (2002), além do biografado, a editora que encomenda a obra e as fontes ouvidas para a reconstrução da trajetória de vida são elementos que interferem no resultado. O tipo de biografia que se tem, se autorizada ou não, encomendada por uma editora ou pela própria família ou se produzida no formato de *ghost-writer*, também será decisivo no formato final do discurso que se terá. Para cada condição de produção, uma verdade emergirá.

Isso tudo prova que jamais alguém escreverá “a história” de um personagem. Será sempre “uma história”, uma versão. O mercado brasileiro, seja atento a isso ou, então, interessado na polêmica que pode surgir a partir de versões conflituosas, tem sido bastante receptivo à publicação de obras com o subtítulo de “uma vida”. Biografias que pretendem ser “a história da vida”, “a vida” ou “a versão definitiva” trazem muito mais a

“retórica da verdade do que a verdade da retórica” (VILAS BOAS, 2002, p. 34) e são, no mínimo, estratégias de venda e marketing de editoras e da indústria cultural. Em busca da “verdade”, de deixar um registro mais completo possível, a biografia pode se tornar uma exaustiva compilação de dados, com direito até mesmo a índice remissivo e onomástico, em alguns casos.

A perspectiva da historiografia moderna não é diferente em relação à existência de versões, motivada pelo movimento da Nova História, surgido na França nos anos 1970, principalmente com as teses dos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora. Esse movimento historiográfico, atento às teorias da linguagem, do discurso, da interpretação, da produção simbólica e da subjetividade, baseia-se não apenas na descoberta de novos objetos de estudo, mas também no desenvolvimento de novas abordagens e métodos, constantemente em associação com outras disciplinas das Ciências Humanas, como a Linguística, a Sociologia e a Antropologia. Se para Le Goff uma coisa é o acontecimento (*l'évenement*), outra é o fato histórico (*le fait historique*), na mesma linha de raciocínio, uma coisa é a vida, outra é a biografia.

De acordo com Burke (1992, p. 10-16), há seis características essenciais que permitem compreender a proposta da Nova História:

1. Tudo tem uma história, tudo tem um passado e pode ser reconstruído e relacionado ao restante;
2. Os historiadores tradicionais pensam a história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos. A Nova História está mais preocupada com a análise das estruturas;

3. Enquanto a história tradicional se prende aos feitos dos vitoriosos, dos que têm ou tiveram o poder, a Nova História preocupa-se também com as pessoas comuns e com as outras versões dos acontecimentos, não apenas com os “vencedores”, mas também com os “vencidos”;
4. Ao contrário da proposta tradicional, que baseia seus relatos nos documentos, a Nova História usa metodologias correlatas, baseadas em indícios e evidências, como a oralidade, a memória etc;
5. Os questionamentos dos historiadores da Nova História são mais amplos: ocupam-se dos movimentos coletivos, das tendências etc;
6. A atividade humana é pensada numa visão interdisciplinar: Antropologia, Economia e Psicologia também contribuem para a compreensão do ser humano numa reconstrução histórica.

Nessa perspectiva, a pergunta que se faz, quando se analisa a possibilidade de produção de uma biografia, é: “Pode-se escrever a vida de um indivíduo”? (LEVI, 2006, p. 169) ou, então, o que determina a história que se contará de um personagem? A resposta é transpassada por elementos que vão desde as informações a que teve acesso, até velhas concepções do que seria a vida, a interpretação que, constantemente, dá-se a fatos corriqueiros e ao próprio papel a ideologia na constituição, na formulação e na circulação dos discursos, como se verá posteriormente.

Como discurso, ou seja, “efeito de sentido entre locutores”, conforme a definição de Orlandi (2009, p. 21), baseada em Pêcheux, a quem recorrer-se-á outras tantas vezes nos capítulos seguintes, qualquer texto terá sua significação montada em cada ato, em cada momento de contato.

Bourdieu (2006) lembra que toda tentativa de biografar será sempre uma ilusão, mas o sucesso da narrativa biográfica é a busca pela significação dos acontecimentos, pela ordenação dos fatos e das referências históricas que o ser humano carrega. Fazer biografia, para Bourdieu (2006, p. 185), é:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significação e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

A Nova História é, ou deveria ser, a concepção de relato histórico a ser adotada por quem pretende fazer biografia ou analisá-las. Como dizem Rondelli e Herschamann (2000), à biografia não resta outra trajetória a não ser tornar-se uma reunião de fragmentos dotados de sentidos e que permitirão ao leitor elaborar uma imagem sobre quem teria sido o sujeito sobre quem se escreve.

Não é possível, dadas as condições e as limitações do fazer jornalístico, pensar a biografia como sendo História fora dos pressupostos da Nova História. Se a história também é materializada pela linguagem, é, portanto, impossível separá-la das significações que lhe são atribuídas pelo lugar, pelo sistema de referências e pela cultura. Michel de Certeau, outro partidário desse movimento, lembra que uma forma de compreender a própria História é pensar e refletir sobre seus métodos, já que “sempre se insistiram mais no inventário, na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso” (1982, p. 66). A biografia, além da consulta a documentos e materiais que possam conter vestígios da vida do personagem em questão, trabalha com memória, lembranças daqueles que são entrevistados e contribuem para que a vida seja narrada. Pois bem, está aí outro conflito: memórias são editadas por quem fala e por

quem ouve, são reconstruídas e, muitas vezes, contadas não porque se viveu aquilo, mas porque alguém contou daquela forma. As memórias são imagens construídas sobre o passado a partir das referências do presente. Por mais que pareçam com o “vivido”, serão sempre dotadas de valor de acordo com o entrevistado, a relação estabelecida com o entrevistador e a circunstância da entrevista. Pêcheux ([1983] 2010a, p. 56) contribui para essa reflexão nos seguintes termos:

A certeza que me aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Além das limitações para o impossível “resgate” da memória (e, por isso, a preferência pelo termo “reconstrução”), o momento da entrevista, a habilidade do entrevistador e as condições do encontro entre fonte de informação e biógrafo também trarão suas interferências nesse processo. É esse encontro que vai possibilitar o que, entre os guardados do passado, reaparecerá e como isso será feito, se de forma fria, se marcante. “Para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (DAVALLON, 2010, p. 25).

A partir de um detalhado estudo dessas dificuldades de se contar a vida de alguém e com a convicção de Derrida (1998) de que o passado não está pronto e é construído por lembranças e pela materialidade do discurso, Felipe Pena (2004) propõe um novo formato para se escreverem biografias: a metodologia dos fractais, fruto de sua tese de doutorado. O jornalista e pesquisador parte do pressuposto da impossibilidade de narrar o passado por completo e defende que a biografia, atualmente, faz-se a cada instante pela mídia: a história de vida dos personagens é contada em pequenas narrativas, o que poderia

prescindir de um livro que narrasse toda a vida de alguém. Um risco que se corre ao produzir uma biografia é sempre a criação de um mito, de um herói, em detrimento das diversas facetas de um personagem, marcada por suas idiossincrasias e vicissitudes. A proposta de Pena, como uma solução, testada com sucesso pelo próprio autor na biografia do empresário de mídia Adolpho Bloch é:

Organizar uma biografia em capítulos nominais (fractais) que refletissem as múltiplas identidades do personagem (por exemplo, o judeu, o gráfico, o pai, o patrão etc.) No interior de cada capítulo, o biógrafo relacionaria pequenas histórias/fractais fora da ordem diacrônica. Sem começo, meio e fim, o leitor poderia começar o texto de qualquer página. (PENA, 2006, p. 91)

A proposta de Pena assemelha-se à forma como se entra em contato com um personagem. Quando um ser humano conhece o outro (a menos que seja alguém que se acompanha desde o início da vida, privilégio praticamente reservado a alguns poucos familiares e amigos), ele entra em contato, primeiro, com uma de suas facetas e só depois vai (ou não) decifrando outras nuances, conhecendo desdobramentos, máscaras, personagens e fatos coadjuvantes da história. No caso da proposta de Pena, além do lançamento da primeira versão da biografia, totalmente escrita por ele, foi lançado, na internet, um site em que pessoas que conviveram com Bloch podiam interagir, contando suas histórias e lembranças, o que gera a chamada “biografia sem fim”. Nas edições seguintes, o biógrafo recuperou as memórias escritas no site, investigou-as, transformou-as em texto. O leitor tornou-se, assim, um coautor. Para justificar sua opção, Pena busca fundamentação de seu método na física quântica e na teoria dos fractais:

Não existe um verdadeiro biografado, apenas complexos pontos de vista sobre ele [...]. Tudo o que temos são lacunas, e elas são infinitas. Não é possível contar essas histórias como elas realmente aconteceram, então limite-se a tentar torná-las interessantes e divida seu trabalho com o leitor. (PENA, 2006, p. 96)

A proposta de Pena ajuda a evitar alguns lugares-comuns na escrita biográfica. Como já dito, é muito fácil que, ao escrever sobre uma vida, até pelo envolvimento natural do biógrafo que pesquisa, haja uma tendência para tornar o personagem um herói, o que, ao contrário do que se propõe numa biografia, o desumanizaria.

De acordo com Vilas Boas (2008), seis fatores contribuem para uma visão restrita da biografia e dificultam uma abordagem mais abrangente da vida de determinado personagem. Segundo esse autor, as limitações dos biógrafos geralmente são causadas por relatos baseados: 1) na descendência; 2) no fatalismo; 3) na extraordinariedade; 4) na ilusão de contar “a” verdade; 5) na falta de transparência e 6) no tempo.

A descendência é típica da concepção contemporânea de sucesso e do valor dado histórica e culturalmente à família. Vilas Boas diz que uma das causas da miopia narrativa de alguns biógrafos é o fato de aceitar “previamente que o biografado seja mero efeito, mera consequência do que seus pais foram ou deixaram de ser” (VILAS BOAS, 2008, p. 52). Ainda a partir dessa visão, é possível criticar a “psicanalização vazia” (VILAS BOAS, 2008, p. 58). Apesar da ignorância de muitos sobre o que Freud realmente escreveu e propôs sobre a formação da personalidade, ainda é comum que biógrafos usem explicações simplistas para a formação dos indivíduos, baseando-se nas exíguas informações sobre teorias como o Complexo de Édipo. Tudo isso em busca de explicações centradas também no modelo darwinista de descendência e evolução das espécies.

O fatalismo, por sua vez, deriva, em partes, da ideia de descendência. Já na Escola de Frankfurt, na década de 1940, o sociólogo Leo Lowenthal analisou biografias de celebridades dos meios de comunicação de massa. A conclusão foi que dois grupos eram

sempre considerados essenciais no triunfo do personagem: os pais e os amigos. “O indivíduo em si surge como mero produto do seu passado” (LOWENTHAL, 1961, p. 119). Na análise que Vilas Boas (2008, p. 99) faz sobre as biografias, “é como se os biógrafos estivessem dizendo assim: meu personagem estava fadado a construir uma obra notável; nada nem ninguém poderia impedir seu extraordinário feito”. Nas narrativas biográficas, grande parte do texto é destinada à construção da carreira profissional e do sucesso conseguido pelo personagem. Assim, é comum que o leitor, ao final da narrativa, tenha a ideia de que o biografado tinha tudo para vencer. Era fadado à vitória. Essa concepção, não raro, parte daquilo que se imagina como sucesso: fama e grana, embora esse trajeto a ser construído também dependa da área de atuação do biografado e dos estereótipos referentes a cada campo do conhecimento, do sexo ou da classe social.

A construção de uma história de vida com base simplesmente em fatores como a hereditariedade ou como uma obra premeditada (fatalismo) simplifica a trajetória de um personagem tanto quanto o que Vilas Boas (2008) nomeia de extraordinariedade, ou seja, o biografado visto como “anormal, gênio” (VILAS BOAS, 2008, p. 121) ou, então, vocacionado ou enviado por Deus, como era comum no período das hagiografias. É normal, pois, que, ao final da leitura, tenha-se a imagem de que se conheceu a história de um “herói”, de um “mito”. “Esse modelo um tanto autoritário tornou a biografia o veículo de divulgação das criaturas de grande quilate” (VILAS BOAS, 2008, p. 129). Durante muito tempo, não se poderia conceber uma biografia de gente comum, apenas de “seres extraordinários”. Nos últimos anos, os jornalistas têm se dedicado também a histórias de pessoas de menor notoriedade, por causa de algum apelo jornalístico que encontre. Vilas Boas sugere, ao tentar uma fuga a esse modelo, que se perca (ou ganhe) algum tempo pesquisando os coautores da obra da pessoa em foco. “O fato é que uma pessoa não é,

não poderá ser, um simples *self-made* nascido com o gene da vitória” (VILAS BOAS, 2008, p. 152).

A verdade, o quarto limitador da atividade do biógrafo, é uma herança da visão mais tradicional de História e de Jornalismo. Mas, em se tratando de relatos e, portanto, de discursos, “as biografias tanto revelam quanto ocultam” (VILAS BOAS, 2008, p. 159). Como já se disse aqui, nenhum relato conseguirá ser “a vida” de alguém. Sempre poderão surgir outras narrativas que vão contradizer fatos, corrigi-los, acrescentar novos dados e memórias.

Se a verdade de uma narrativa pode ser colocada em dúvida ou pelo menos contraposta a outra versão, é importante sempre que haja a transparência por parte de quem a produziu. A narrativa do biografado reflete, evidentemente, elementos da vida do biógrafo, dos métodos utilizados por ele e das relações que estabeleceu com o objeto do seu texto. O problema é que, nem sempre, esses métodos chegam aos leitores, muitas vezes para transmitir a falsa ideia de “verdade”, de “relato completo”. É preciso ser muito consciente de suas limitações para que um jornalista ou um historiador demonstre que seu relato não é completo, mas parcial, marcado por aquilo em que ele acredita. “Em geral, nem sabemos por que escolheram tal pessoa e não outra” (VILAS BOAS, 2008, p. 181).

O último elemento restritivo levantado por Vilas Boas é o tempo, ou melhor, a preocupação com a linearidade, com a cronologia. Na busca por uma narrativa que contemple toda a vida de um personagem, os biógrafos se debruçam sobre o passar linear dos dias, praticamente, preenchendo uma espécie de diário ou de calendário da vida, dando, pela limitação de fontes ou de memórias, pouca significação para alguns

acontecimentos. Assim, o relato fica frio, sem vida, porque não há o que narrar, mas apenas informar.

1.1.2 Biografia e Jornalismo Literário

Quando se aborda a biografia e sua relação com a Literatura, convém sempre perguntar qual a definição de Literatura que se utiliza. Uma vez que a biografia tem a proposta de contar a vida de uma pessoa real, a partir de investigações, apuração de dados e de pesquisa, a proposta de Literatura que convém é aquela apropriada pelo chamado Jornalismo Literário, ou seja, fidelidade à observação e responsabilidade na apuração, mas liberdade para contar a história, destituindo-se das técnicas propostas pelo jornalismo tradicional, praticado pela maior parte da imprensa.

Embora o termo Jornalismo Literário seja recente, com seus primeiros registros à época da contracultura nos Estados Unidos (WOLFE, 2005), a relação entre Jornalismo e Literatura, historicamente, é uma constante. Até hoje, é comum que escritores, para sobreviver, uma vez que a Literatura, “entre nós, não dá nem para o charuto” (COELHO NETO, apud COSTA, 2005, p. 46), empreguem-se na imprensa, como cronistas ou columnistas. Na origem da atividade jornalística moderna, no século XIX, a mão de obra para a imprensa vinha quase que exclusivamente das penas dos escritores. Nomes como José de Alencar (1829-1877), Machado de Assis (1839-1908) e Aluísio Azevedo (1857-1913), antes de se tornarem expoentes do romance, ocuparam-se na imprensa, ajudando, inclusive, a criar gêneros tipicamente nacionais. José de Alencar é considerado um dos inventores da crônica no Brasil, por causa da coluna “Ao Correr da Pena”, que mantinha na *Gazeta do Rio de Janeiro* e na qual se dedicava a, em estilo bastante livre, comentar e refletir os ocorridos na então capital do Império.

Numa época em que o Jornalismo ainda não tinha sua base conceitual constituída e que seus artífices eram justamente aqueles que dominavam o fazer literário, era praticamente impossível diferenciar o que seria a escrita literária e a escrita jornalística. Como demonstra Costa (2005), o mais habitual era que os escritores levassem para o jornalismo seu estilo e formato de construção de texto. Da mesma forma, esse período (meados do século XIX) coincide com o surgimento na Europa, mais particularmente na França e na Inglaterra, do Realismo que, nas décadas seguintes, vai se espalhar pelo resto do mundo ocidental. Passa a ser comum, então, que escritores também usem técnicas próprias do jornalismo para investigarem a realidade que contarão em suas obras. Émile Zola (1840-1902), um dos expoentes desse movimento, chegou a se empregar numa mina de carvão para escrever *O Germinal*, sua obra-prima, concluída em 1885. Atualmente, não são poucos os exemplos de jornalistas que utilizam esse recurso da vivência numa determinada realidade para produzir suas reportagens.

Da mesma forma, Charles Dickens (1812-1870), na Inglaterra, antes de escrever o romance *Nicholas* (1838), viaja a três cidades do Yorkshire, usando pseudônimo e fingindo estar à procura de escola para o filho de um amigo viúvo, para conseguir acesso aos famigerados internatos ingleses. Esse recurso lembra a hoje comum “câmera escondida”, usada por produtores de televisão para apurar assuntos até mesmo com pouca relevância jornalística. Sobre essas estratégias usadas pelos escritores, o próprio Zola contribui para o debate da aproximação então existente entre Jornalismo e Literatura, num texto publicado originalmente em 1881:

Seria um estudo curioso dizer como trabalham nossos grandes romancistas contemporâneos. Quase todos estabelecem suas obras a partir de notas, tomadas longamente. Quando estudaram com um cuidado escrupuloso o terreno onde devem caminhar, quando se informaram em todas as fontes e têm em mãos os múltiplos documentos dos quais necessitam, somente nesse momento decidem escrever [...]. Vê-se, nesse trabalho, o quanto o imaginário tem pouca importância. (1995, p. 13-14)

O trecho de Zola demonstra como, no século XIX, o fazer jornalístico e o literário andavam juntos. A descrição que o escritor faz do trabalho do escritor, em nada fica a dever para a atividade jornalística, usando, inclusive, termos próprios do jargão de repórteres, como “fonte” e “notas”. Além disso, como se espera do jornalista, só após a checagem e a apuração dos dados é que se vai ao texto. Nesse momento da história, como se vê, o Jornalismo emprestava as características do texto literário e a Literatura emprestava as técnicas jornalísticas. No Brasil, esse intercâmbio ficará mais nítido a partir de Euclides da Cunha e de João do Rio, já no prenúncio do Pré-Modernismo.

Euclides da Cunha (1866-1909) é considerado por vários autores (BULHÕES, 2007; LIMA, 2008 e 2010; PENA, 2006) como um dos precursores do Jornalismo Literário no Brasil, com a produção de seu *Os Sertões*, sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), além de ser considerado um dos iniciadores do Jornalismo sobre Ciência, por essa mesma obra (OLIVEIRA, 2002).

No Rio de Janeiro dos primeiros anos da República, imaginava-se que o movimento de Antônio Conselheiro no Nordeste era pró-monarquia e queria produzir um levante contra a República. Euclides que, republicano havia muito tempo, escrevera alguns artigos contrários ao movimento social nordestino, foi convidado pelo jornal *A Província de S. Paulo* (mais tarde e até hoje *O Estado de S. Paulo*) para fazer a cobertura jornalística em Canudos.

A viagem de Euclides rendeu centenas de páginas de anotações, estudos e consultas a cientistas que foram reunidos cinco anos mais tarde em *Os Sertões*. Parte desse material também está em *Diário de Uma Expedição*, uma espécie de caderno de campo do

escritor publicado pela primeira vez em 1975 (com o título *Caderneta de Campo*, pela editora Cultrix) e que já recebeu sucessivas reedições. De acordo com Oliveira (2002), ao abordar, principalmente, na primeira parte do livro², denominada “A Terra”, uma diversidade enorme de informações sobre o clima, a geologia, a vegetação, a água e os mineirais da região de Canudos, “Euclides preconiza o jornalismo científico e ambiental contextualizado e interpretativo, no qual a informação científica dá suporte à compreensão da realidade” (OLIVEIRA, 2002, p. 33). Além disso, Cunha usa também vários fundamentos deterministas, evolucionistas e da Psiquiatria (a famosa referência ao médico inglês Henry Maudsley, no final da obra, é uma dessas evidências: “É que ainda não inventaram um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades”), para explicar o comportamento do homem do sertão.

João do Rio (1881-1921), pseudônimo de Paulo Barreto, é outro nome de grande importância no contexto da produção que mescla Jornalismo, Literatura e Ciência no início do século XX. O autor vai narrar as características do povo carioca e, para justificar algumas de suas análises, busca fundamentos na Ciência evolucionista do período, em forma de ampliação dos dados obtidos na observação feita nas ruas.

No Brasil desse período, tanto em João do Rio como em Euclides da Cunha, percebe-se como os literatos e jornalistas aderiam a modelos evolucionistas, principalmente na discussão sobre as raças. É comum nessas obras verificar, por exemplo, menções às chamadas raças inferiores, um ideário científico bastante difundido na época. Farias (2010) lembra que João do Rio, à sua maneira, selecionava e utilizava muitas dessas

² *Os Sertões* está dividido em três partes. Na primeira, Euclides da Cunha aborda aspectos geográficos, geológicos, climáticos e ambientais do sertão nordestino. Na segunda, denominada “O Homem”, ele narra a biografia de Antônio Conselheiro, além de retratar a vida do nordestino comum. A terceira, “A Luta”, trata do conflito de Canudos e as investidas do Exército Brasileiro para acabar com o movimento.

teorias em seus textos, seja para falar sobre os costumes africanos ou sobre o dia a dia no Rio de Janeiro. Citando trechos de *As Religiões do Rio*, obra de 1904, Farias (2010, p. 10) analisa a obra do autor da seguinte forma:

Para começar, o jornalista parecia não ter dúvidas de que estava lidando, nestes casos, com homens e mulheres de "raças inferiores". O Xico Mina até podia se vestir como João do Rio e os seus – com "ternos brancos e suíças cortadas rentes" - mas não tinha como escapar de seu "cérebro restrito de africano". Sanin, um negro mina forte, de 40 anos, também trazia do centro da África "a capacidade poética daquela gente de miolos torrados". Por sua vez, as iaôs (negras filhas-de-santo dos candomblés), em sua "inaudita selvageria", representavam as grandes "demoníacas e farsistas da raça preta". A história de cada uma delas, "quando não é sinistra pantomima, é um tecido de fatos cruéis, anormais, inéditos, feitos de invisível, de sangue e de morte". E, num processo de *animalização*, dizia que seus "turvos antros de bruxedos" estavam abarrotados de "gorilas manhosos" e "negras aterrorizadas" que "uivavam". (grifos no original)

A história tem ainda, para além da transição dos séculos XIX e XX, outros momentos e exemplos em que a vivência de escritores foi essencial para a produção de obras de ficção. Antes, é o caso de Daniel Defoe (1660-1731) e Edgar Allan Poe (1809-1849) que emprestaram seus estilos à escrita de reportagens policiais em jornais ingleses. Depois, é o caso de autores brasileiros da segunda fase do Modernismo, a partir da década de 1930, de Nelson Rodrigues (1912-1980) ou então de nomes como Ernest Hemingway (1899-1961), cujo *Por quem os sinos dobram* (1940) é o principal exemplo dessa interação. A obra, embora conte com elementos ficcionais, só foi escrita após a vivência do autor, então repórter, na cobertura da Guerra Civil espanhola (1936-1939). Essa produção literária baseada na observação do real confirma a tese de D'Onófrio (2002, p. 9-10), para quem

Fictício não quer dizer falso, mas apenas historicamente inexistente [...]. A personagem de ficção é muito mais verdadeira do que a pessoa real, pois esta é obrigada a ocultar sua verdadeira essência, seus desejos mais recônditos, e a colocar a máscara que o seu status requer; aquela, por ser fruto da imaginação, pode abrir-se para nós em toda a sua autenticidade, não constrangida por preceitos morais.

A trajetória de Euclides da Cunha e João do Rio mostram ainda como, no Brasil, Literatura, Jornalismo e Ciência estão juntos, desde o início, como estratégia de divulgação científica.

O distanciamento do Jornalismo e da Literatura, como se fossem opositores, ocorre quando o Jornalismo deseja adotar um caráter científico em busca da verdade e, para isso, passa a se basear nos preceitos positivistas. De acordo com Medina (2008, p. 25), “os princípios positivistas dão garantia aos operadores da informação jornalística de que, como diria Comte, elimina-se a vã erudição e se constrói um relato da ordem natural das coisas”. Ainda de acordo com essa autora, que critica a estrutura positivista e valoriza a humanização, naquilo que ela designa como sendo “o diálogo dos afetos”, o Jornalismo, ainda hoje:

Das ordens imediatas nas editoriais nos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais, os dogmas propostos por Augusto Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, os livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista. (MEDINA, 2008, p. 25)

Entre as metodologias utilizadas pelo Jornalismo e que se encaixam na visão da suposta “objetividade”, está o lide (grafado em muitos trabalhos, em inglês, *lead*), estratégia típica do jornalismo estadunidense e que propõe um formato tecnicista para a produção de um relato jornalístico: já no primeiro parágrafo do texto, o leitor tem as seis informações básicas que compõem um fato: o quê, quem, onde, como, quando e por quê. Nos parágrafos seguintes, a informação é detalhada a partir do formato da pirâmide invertida: o menos relevante fica para o final. Esse formato de texto, que pretende ser objetivo e sem intervenções externas, permitiria fazer da notícia o próprio “fato” e não um relato dele. Para um Jornalismo que, na tentativa de vender suas versões, pretende levar a

público “a verdade”, como demonstram tantos slogans de jornais, emissoras de TV e rádio, o método cartesiano, relido e aprofundado pelo Positivismo comtiano, ajusta-se perfeitamente, “afinal, a Ciência positivista do século XIX prometia uma racionalidade que avaliaria com precisão e resolveria com clareza de princípios os problemas da humanidade” (MEDINA, 2008, p. 46). É natural e explicável por esse modelo por que, tantas vezes, o jornalista, ao redigir sua notícia na área científica, desconsidera informações sobre métodos, amostra ou alcance do levantamento. É mais esperado ver uma notícia escrita nos seguintes termos “Estudo comprova que ovo faz mal à saúde” do que “Estudo realizado no Nordeste comprova que ovo pode fazer mal à saúde”, que seria, certamente, mais próximo da proposta da Ciência e dos resultados, afinal as conclusões são sempre a partir de determinados aspectos e sob certas condições.

Ainda que o modelo do lide tenha imperado no Jornalismo praticado nos Estados Unidos e que, inspirando-se por lá, o Brasil o tenha adotado notadamente a partir da década de 50, modelos alternativos e críticas a essa proposta começaram a surgir a partir dos anos 70, com a evolução dos estudos da linguagem (abordando-a na visão dos pressupostos discursivos) e da própria Ciência:

Importante sublinhar que, em um país muito bem abastecido por noticiários de imprensa e rádio (e, logo em seguida, de televisão), surgem revisões da eficiência positiva do Jornalismo: a sociedade norte-americana estava desinformada no que tange às circunstâncias internacionais, às vésperas de estourar a Segunda Guerra Mundial. E, por incrível que pareça, a situação se repete na crítica de analistas quanto à desinformação social por ocasião da Guerra do Vietnã, no século passado, e as guerras do Iraque, nos séculos XX e XXI. (MEDINA, 2008, p. 28).

No período da Guerra do Vietnã, que coincide com o movimento da contracultura, é natural que surja, em razão dessas circunstâncias, posicionamentos contrários à visão positivista. Ao movimento surgido no bojo desse período, os próprios participantes

chamaram de New Journalism, pois propunham não o relato objetivo e único, mas sempre baseado na observação pessoal, na versão, na subjetividade e na utilização de estratégias diversas, muitas delas próprias da Literatura, retomando a antiga relação entre escritores e jornalistas, que havia sido, durante algumas décadas, colocada de lado, por causa dos paradigmas positivistas adotados pela imprensa. Esses autores, criticados por teóricos da objetividade jornalística, sofreram diversos preconceitos, que ressoam ainda hoje. O termo “Novo Jornalismo”, inclusive, passou a ser adotado de forma pejorativa. O título do livro de Marc Weingarten³, *A turma que não escrevia direito* (2010) é expressivo disso: embora autores como Truman Capote, Gay Talese, Tom Wolfe, Joan Didion e Hunter Thompson reiventaram o jeito de fazer reportagem nos anos 1960 e 1970, com qualidade de texto comparável a grandes escritores, eles tiveram de enfrentar acusações típicas de quem reverte a ordem dominante.

No esforço de fazerem um jornalismo menos positivista, entravam em cena teorias vindas da leitura de autores como Freud, Marx, Nietzsche e Paul Ricoeur, que ajudavam a configurar esse novo jeito de fazer jornalismo:

O jornalista teria, pois, a aprender com a Psicanálise o método de desmistificação e articulação dos sentidos. Nietzsche acrescenta uma nova ferramenta mental determinada: é necessário persistir, pois o sentido das coisas consiste precisamente num conjunto de forças, de ação e reação, primárias e secundárias [...]. De Nietzsche e Marx, um passo na complexidade interpretativa do real concreto: a aproximação do sentido de um fenômeno nada mais é que o aprofundamento em suas aparências. Assim, o enlace dos três, bem além do Positivismo: a determinação do sentido no complexo de forças que atuam sobre o fenômeno (Nietzsche), a decifração da essência encoberta pelas aparências (Marx) e ressignificação dos símbolos na narrativa da contemporaneidade (Freud). (MEDINA, 2008, p. 30-31)

³³ Nesse livro, o jornalista e pesquisador faz uma abordagem histórica de como o New Journalism se constituiu, os preconceitos enfrentados e as heranças deixadas.

Com a criação, a partir dos anos 70, de um campo de estudo e de uma metodologia de trabalho jornalística denominada Jornalismo Literário, as reflexões sobre a biografia passaram a se concentrar nessa esfera, por seu caráter de humanização, perspectiva de “versão” da história e uso de estratégias literárias na escrita.

1.2 As Características do Jornalismo Literário

Pena (2006) e Lima (2009) incluem a biografia como um dos gêneros do Jornalismo Literário e, entre os demais (perfis, narrativas de viagens, memórias, reportagem-conto e ensaio etc.), o mais praticado e lido.

Mas, sendo assim, quais seriam as características desse fazer jornalístico que empresta características da Literatura? Mark Kramer e Norman Sims (1995) efetuaram um estudo detalhado envolvendo a maioria dos escritores estadunidenses que fugiam aos paradigmas do Jornalismo tradicional, com formatos modulares de produção, e chegaram à conclusão de que um texto produzido sob essa égide tem como principais características a humanização de fontes e de autores, o uso da linguagem literária e a busca por informações precisas e aprofundadas, aliás, pressuposto de qualquer que seja a proposta de Jornalismo a seguir. Dessas características, surgem sete pilares: 1) a humanização; 2) a imersão; 3) a digressão; 4) a voz autoral; 5) o estilo; 6) o uso de simbologias e linguagem estética; 7) a precisão de dados e informações.

O primeiro pilar do Jornalismo Literário, de acordo com Sims e Kramer (1995), é a humanização, ou seja, o intuito de narrar as histórias sempre a partir das experiências de vida, selecionando e focalizando personagens. Nessa proposta, as pessoas não servem para ilustrar um fato ou um dado, como ocorre, costumeiramente, no jornalismo tradicional. Ao contrário: elas protagonizam a narrativa. Em vez de o repórter que for falar,

por exemplo, de células-tronco fornecer, primeiramente, todo o embasamento científico e, depois, ilustrar a problemática com um personagem, no Jornalismo Literário, ele inicia a discussão pela história de vida de alguém, falando de seus dilemas e dificuldades. A partir disso, todos os outros dados, com as estatísticas, as explicações médicas etc., passam a ter sentido. A humanização auxilia no processo de compreensão da narrativa e gera identificação com os leitores, que se veem reconhecidos no que leem. Por causa do foco na história de vida, alguns dos gêneros mais comuns em que se produz Jornalismo Literário são justamente aqueles em que a trajetória, as experiências ou as características do ser humano são o objetivo, como é o caso das biografias, dos perfis, das memórias e das narrativas de viagem⁴.

Para conseguir realizar uma reportagem em profundidade e conhecer em minúcias as histórias de vida que vão compor a sua narrativa, o jornalista deve ter como estratégia aquilo que é chamado por Sims e Kramer (1995) como a imersão na realidade a ser reportada. O envolvimento do repórter com o tema a ser retratado é essencial para uma cobertura de qualidade e humanizada. Obviamente, todo jornalismo, independente do epíteto que carregue, deveria se pautar pela imersão. No entanto, o esquema industrial a que está submetido, a cada vez mais reduzida estrutura das redações e certo comodismo que se observa entre jornalistas, essa característica tem sido deixada de lado e práticas como a entrevista por telefone ou por e-mail, que permitem ao repórter ter apenas uma parte da informação que, presencialmente, poderia ter, têm sido recorrentes.

⁴ Perfis são textos que focalizam o presente do personagem, com a pretensão de produzir um retrato escrito de sua existência. “Retrata um indivíduo como em uma arqueologia psicológica, que vai escavando e trazendo à tona seus valores, suas motivações, talvez seus receios, seus lados luminosos e suas facetas sombrias, quem sabe.” (LIMA, 2009, p. 427). As memórias são textos autobiográficos que, na visão de Lima (2009), focalizam uma parte da vida do autor, como a infância, o início da carreira etc. As narrativas de viagem também têm caráter biográfico, mas tem a especificidade de focalizar uma experiência de viagem, não raro com o objetivo de apresentar ao leitor a cultura do lugar visitado.

No Jornalismo Literário, a proposta é permanecer o máximo possível em contato com os personagens e com as cenas que serão retratadas, uma vez que isso permitirá uma abordagem mais densa e uma descrição mais coerente e fidedigna. Falaschi (2005), ao analisar a utilização dessa característica no jornalismo brasileiro, conclui que, na busca de um relato mais denso e aprofundado, o repórter deve permanecer o tempo que for necessário para conhecer efetivamente o seu objeto de trabalho.

Como pretende uma visão mais ampla e contextual, o terceiro pilar é a digressão, entendida como a busca por uma nova possibilidade de tratar o assunto central, afastando-se da narrativa principal ou do protagonista, buscando, inclusive em outras áreas do conhecimento, informações complementares que contextualizem e expliquem os fatos e as atitudes. “Não se trata da visão reduzida do cartesianismo, mas, sim, da incorporação de óticas modernas e abrangentes” (LIMA, 2009, p. 101).

O quarto pilar do Jornalismo Literário é a voz autoral. Essa proposta jornalística baseada no “diálogo dos afetos” (MEDINA, 2010) também se propõe a humanizar o repórter que, no jornalismo tradicional, apenas reproduz técnicas e métodos considerados unânimes, precisos e objetivos. O repórter, no Jornalismo Literário, passa a ser considerado uma parte de todo o processo, reconhece-se que há alguém que produz a narrativa, dá sentido às suas experiências e àquilo que observa. Por vezes, o jornalista será, inclusive, personagem da história, contando dificuldades e percepções que também trazem informações sobre o fato que dá origem à reportagem. Kramer e Sims (1995) entendem que a voz autoral é tão importante como ferramenta informativa quanto a ambientação de um acontecimento. Por meio dessa proposta, informação, interpretação e opinião são elementos que fazem parte da atividade do repórter.

Esse processo de humanização do repórter dá gênese ao quinto pilar do Jornalismo Literário: o estilo. Ele, inclusive, é essencial para a aproximação com o fazer da Literatura, já que se configura como as escolhas e as estratégias próprias de cada autor para construir sua narrativa:

Tem-se estilo quando a obra alcança uma original, conclusiva, irrepetível harmonia própria [...]. Falar do estilo significa, assim, falar do modo como a obra é feita, mostrar como foi se fazendo (seja, por vezes, através da progressão puramente ideal de um percurso gerativo), mostrar por que se oferece a um tipo de recepção, e como e por que a suscita. (ECO, 2002, p. 152-153)

Assim, colocando sua âncora na realidade, o jornalista diferencia seu texto criando recursos e emprestando-os das narrativas ficcionais, mas sem perder de vista as informações, fruto de sua apuração. Como na Literatura, não há regra de como narrar. O importante é ajustar o texto para, além de informar, produzir peças esteticamente elaboradas. Algumas das estratégias utilizadas são a descrição, o suspense, a citação de símbolos de status de vida, a reprodução de diálogos, a diversidade de pontos de vista possíveis para a narrativa, a pontuação utilizada como geradora de sentidos e até o fluxo de consciência. (KRAMER; SIMS, 1996 e WOLFE, 2005). Não é à toa, portanto, que há uma preferência, nos discursos de teóricos que defendem a proposta do Jornalismo Literário, pela palavra “narrar” e não “relatar” quando abordam a atribuição do repórter. Autores como Lage (2005) e Marques de Mello (2003), assim como os manuais de redação dos principais periódicos brasileiros, dizem que a função do jornalista é “relatar” os fatos. Entre os clássicos do Jornalismo brasileiro, os únicos que reconhecem a possibilidade de a reportagem ser uma “narração” são Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), num texto que, não por acaso, tem um capítulo intitulado de “Namoros com a Literatura”.

O jornalista, na proposta do Jornalismo Literário, torna-se um narrador, no sentido de que ele é, como queria Benjamim, aquele que traz o saber que vem de longe (1987), aquele que sabe ouvir e que “tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (BUITONI, 1986, p. 47).

Ainda na tentativa de fazer um texto esteticamente elaborado, com construção textual própria da Literatura, o uso de símbolos e metáforas é a sexta característica. Na verdade, os termos “símbolos” e “metáfora”, para Sims e Kramer (1995), são uma forma de representar todas as figuras de linguagem e estilo, o tratamento estético dado à língua, que foge ao aspecto meramente referencial. A visão desses autores, quando relatam as características da linguagem literária, é corroborada por Proença Filho (2007), para quem a linguagem literária tem como características a complexidade, a multissignificação, a conotação, a liberdade criativa e a ênfase no significante.

O sétimo dos pilares do Jornalismo Literário é uma lembrança de que, por mais que haja liberdade na forma, o conteúdo deve privilegiar a informação detalhada e precisa. Definido como precisão de dados e informações, mostra que o jornalista deve ter em mente a busca de dados checados e confiáveis que vão lhe assegurar uma narrativa centrada em fatos e não em fantasia. O uso de números e estatísticas oficiais, por exemplo, quando bem contextualizados, auxilia nessa precisão. A citação das fontes das informações também é essencial no processo informativo e para uma leitura atenta aos sentidos: saber donde procedem os dados é ter a primeira informação que permitirá ao leitor mais atento refletir sobre as condições que permitiram a tal dado aparecer.

1.3 Da Hagiografia ao Contemporâneo: A Constituição Histórica do Gênero

A biografia surge da busca incessante do homem por exemplos a seguir, por catarse e por projeções. Os primeiros registros de textos que poderiam ser classificados como biografias – por se destinarem a narrar toda a vida de um ser humano – estão no início da Era Cristã. À guisa dessa busca de exemplos, os biógrafos daquele período se ocupavam principalmente de nobres, santos, reis, pintores e poetas. Raramente, como demonstra Whittmore (1988), havia espaço nas narrativas do período para os indivíduos comuns, considerados meros pecadores, sem nada que pudesse merecer um escrito.

Numa época em que não havia Freud, tampouco qualquer teoria que pudesse explicar comportamentos e controvérsias na vida de uma pessoa, a não ser os aspectos místico-religiosos, era comum que as biografias se ocupassem de fontes que, hoje, poderiam se definir como “esotéricas”. Vilas Boas (2002, p. 33) diz que “os biógrafos antigos não exploravam as fontes presentes na casa de Alexandre, o Grande, por exemplo, e sim os sinais dos céus no dia de seu nascimento”. Como se percebe, o fatalismo e a extraordinariedade, abordados há pouco, já faziam parte das narrativas biográficas ainda nos primeiros séculos da Era Cristã. Entre os primeiros biógrafos, de acordo com Whittmore (1988), está o filósofo Plutarco (46-120 d.C), de quem chegaram até os nossos dias cerca de 50 biografias, a maioria de outros filósofos e nobres, como o próprio Alexandre, O Grande e Licurgo. Entre as características da sua obra, está a tentativa de comparar a inteligência dos homens nobres, tentando encontrar elementos comuns. Em *Vida de Alexandre*, Plutarco faz um preâmbulo sobre seus objetivos como escritor, situando-se entre a narrativa historiográfica e a biográfica, mas já demonstrando a importância da humanização para a biografia:

Com efeito, não escrevemos história, mas vidas. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes as que mostram melhor as virtudes ou os vícios dos homens. Muitas vezes uma pequena coisa, a menor palavra, um

gracejo ressaltam melhor um caráter do que combates sangrentos, batalhas campais e ocupações da cidade. Assim como os pintores, em seus retratos, procuram fixar os traços do rosto e o olhar, refletindo nitidamente a índole da pessoa, sem se preocupar com as outras partes do corpo, aqui nos permitimos concentrar nosso estudo, principalmente, nas manifestações características da alma e esboçar de acordo com esses sinais, a vida dessas duas personagens [Alexandre e Júlio César], deixando a outros os grandes acontecimentos e combates. (PLUTARCO, apud MAGALHÃES, 2006, p. 182).

O trecho citado também é importante porque retoma a discussão sobre as fronteiras da biografia: Literatura, História e Jornalismo. Pelas palavras de Plutarco, ao biógrafo, interessam as virtudes e os vícios do biografado, enquanto ao historiador, são essenciais os feitos e eventos dos quais o personagem participou. É como se a narrativa historiográfica, nesse trecho, estivesse mais preocupada com os aspectos públicos da vida de alguém e a biografia, aos aspectos privados, particulares. Essa visão, embora historicamente importante, não se pode ser aplicada aos propósitos do Jornalismo Literário, que quer, justamente, produzir a junção da maioria possível de elementos públicos e privados que fazem (ou fizeram) um personagem, com todas as suas particularidades e vida pública.

Na Idade Média, também foi muito comum um subgênero da biografia, a hagiografia (do grego “hagios” – santo), que tinha como objetivo narrar a vida dos santos católicos e imputar, nos fiéis, seus exemplos de entrega e subserviência aos desígnios divinos. As hagiografias integravam, de acordo com Frazão da Silva (2011, p.1), “martirólogos, necrológicos, legendários, revelações (visões, sonhos, aparições, escritos inspirados etc), paixões, vidas, calendários, tratados de milagres, processos de canonização, relatos de transladação e elevações” e tinham como personagem central “um indivíduo considerado santo, seja um mártir, uma virgem, um abade, um monge, um pregador, um rei, um bispo ou até um pecador arrependido” (FRAZÃO DA SILVA, 2011, p. 1).

Os primeiros registros de textos hagiográficos estão nos textos que, em Roma, abordavam os suplícios dos mártires, perseguidos por professarem a fé cristã. O gênero se tornou cada vez mais comum conforme o Cristianismo se desenvolvia e o culto aos santos crescia. Embora seja um gênero eminentemente medieval, ainda hoje são comuns, em editoras de cunho católico, o lançamento de livros com as biografias dos santos, que, do ponto de vista discursivo, ainda trazem como marcas históricas alguma memória medieval como um Deus punitivo e a valorização da pobreza como formas de atingir a santidade.

Os textos hagiográficos tendem a ser simplistas quando a questão a ser analisada é o contexto histórico da vida dos santos, numa tentativa de supervalorizar a trajetória santificada, mitificada do personagem. Ao evitar uma abordagem de contexto, que muitas vezes permitirá ao leitor a percepção de que o acontecimento na vida do santo era algo corriqueiro naquele período, o autor concede mais facilmente extraordinariedade à vida do personagem sobre o qual escreve. Como diz Bakhtin ([1979] 2011, p. 170), “a hagiografia evita a transgressão restritiva e excessivamente concretizante, pois esses elementos sempre reduzem a autoridade; deve-se excluir tudo o que é típico de uma dada época, de uma dada nacionalidade [...], de uma dada condição social, de uma dada idade”.

As hagiografias, conforme Frazão da Silva (2011), ganharam mais espaço na Europa a partir dos séculos XI, XII e XIII, quando começaram a ser traduzidas do latim – a língua em que todos os documentos oficiais e da Igreja eram escritos – para as línguas vernáculas, como o espanhol, o português e o francês. A autora ainda lembra que as hagiografias, embora indissociáveis da fé católica, não eram consideradas textos canônicos, até pela diferença de concepção sobre santidade que apresentavam se comparadas umas às outras. Tinham, antes, caráter festivo de demonstrar a vitória do

santo contra o mal, simbolizado na figura do Diabo. Não raro, esses textos eram lidos em praças públicas e durante festas religiosas:

Os textos hagiográficos não só apresentam diferenças formais, como também incorporam concepções diferenciadas de santidade. [...] Baños Vallejo, seguindo a perspectiva literária e o método histórico-descritivo-comparativo, concluiu que existiu um gênero hagiográfico na Idade Média e que este se distinguia não pela forma dos textos, mas por seu conteúdo. Para este autor, seriam traços comuns dos textos hagiográficos medievais a apresentação de três elementos fundamentais: as ações realizadas em vida pelo santo e que retratam o seu desejo pela santidade, a morte vista como processo de aperfeiçoamento e, finalmente, os milagres *post-mortem*, como sinal do êxito e comprovação da santidade desejada pelo santo. (FRAZÃO DA SILVA, 2011, p. 1)

Essa visão medieval do gênero biografia permaneceu cristalizada, como prática e como memória, durante séculos, inclusive, após o Renascimento, quando muitos dos valores anteriores cultivados foram repensados e refutados. Clifford (1962, p. 10), ao fazer um histórico das biografias na Inglaterra, diz que os biógrafos, mesmo quando não tratavam da vida de um santo, até o final do século XVIII, tinham a clara finalidade de edificar a imagem de um personagem, segundo a ética cristã: “Ao descrever uma pessoa verdadeiramente santa, suas obras teriam êxito ou fracasso na medida em que ensinassem a virtude cristã e fortalecessem a fé vacilante”.

A história da biografia começa a mudar a partir de 1791, com a publicação de *The life of Samuel Johnson*, de James Boswell, um marco na história do gênero, de acordo com vários autores, como Vilas Boas (2002) e Clifford (1962). Esse livro continua sendo relançado e sempre merece atenção de críticos literários.

Boswell (1740-1795) nasceu na Escócia e, além de escritor, foi advogado e jornalista. Seu biografado, Samuel Johnson, foi um dos mais importantes críticos de Literatura e jornalista do século XVIII na Inglaterra. A obra de Boswell é relevante em termos históricos, porque ele

concentrou-se estritamente em uma só pessoa, ajustando-a como especulações psicológicas [...]; forneceu reflexões profundas sobre como narrar uma vida; expôs ao leitor os obstáculos à escrita ao longo do texto; inclui cartas pessoais, documentos, incidentes e conversas pessoais que manteve com Johnson. (VILAS BOAS, 2002, p. 35)

Como se percebe, várias características da obra de Boswell continuam pautando as discussões e a produção de biografias em nosso tempo, como a inclusão da voz autoral e de *making-off*⁵ do processo de escrita, o que diz respeito ainda à transparência do biógrafo.

Ao final do século XIX, ou seja, cem anos após a morte de Boswell, o gênero biografia, continuava ganhando espaço na Inglaterra e, então, começava também a chamar mais atenção de críticos literários, que lançaram questionamentos, ainda hoje pertinentes, como quais os limites do biógrafo, até onde ele teria o direito de investigar e quais as atitudes mais importantes a serem retratadas no texto. Em seguida, outra contribuição importante foi o surgimento da Psicanálise, com Sigmund Freud (1856-1939), que possibilitou novas explicações para o comportamento humano, ainda que, muitas vezes, numa biografia, esse aspecto pode ser essencialmente negativo:

Poucos biógrafos contemporâneos devem ter lido a obra de Freud detidamente. Apesar da relativa ignorância acerca do que o psiquiatra austríaco realmente pensava, biógrafos continuam invocando-o. Talvez por isso se exponham ao risco da “psicologização” vazia. O próprio Freud, que não suportava a “bisbilhotice” dos biógrafos, escreveu que, com muita frequência as grandes realizações acompanham uma anormalidade psíquica que leva alguém a acreditar que as duas coisas são inseparáveis uma da outra. (VILAS BOAS, 2002, p. 36-37)

Embora cada fase dessa retrospectiva tenha trazido colaborações importantes para a configuração da biografia, nenhum movimento contribuiu mais para seu firmamento do que o New Journalism, nas décadas de 60 e 70, nos Estados Unidos. O grupo do qual

⁵ Making-off é uma descrição do processo de trabalho.

faziam parte Gay Talese, Truman Capote, Joan Didion, Norman Mailer, Lillian Ross e Tom Wolfe, entre outros, não só valorizava a escrita de histórias de vida, como queria dar a ela um fazer típico da Literatura em termos de estratégias e de linguagem.

O espaço dedicado, nesse período, a perfis nas revistas e a valorização da biografia pelos críticos literários e pelos prêmios contribuíram para o crescimento do gênero e, principalmente, para que ela ganhasse mais notoriedade como Jornalismo. Entre os fatos que comprovam essa tese, está o reconhecimento do trabalho de Robert Caro no Prêmio Pulitzer⁶, o principal na área de comunicação nos Estados Unidos. Até então, na categoria biografia, essa premiação não havia sido outorgada a nenhum jornalista, mas apenas a historiadores:

O lançamento de *The Power broker: Robert Moses and the fall of New York* (1975), de Robert Caro, primeiro jornalista a conquistar o Prêmio Pulitzer na categoria biografia, gerou comentários entusiásticos nos meios de comunicação americanos. A obra de estreia do repórter no território da biografia foi aclamada como a que “melhor expressou a união do historiador com o artista. A história de vida de Robert Moses, político poderoso que modernizou em termos urbanísticos a cidade de Nova York, obteve mais que aclamações. Steve Weinberg acredita que as 1.300 páginas de *The Power Broker* influenciaram profundamente o fazer biográfico dos Estados Unidos. Caro empregou recursos literários para dar suporte à cronologia da vida do urbanista do modo que ele a viveu. Baseado em documentos inéditos e com narrativa instigante, retratou a época tanto quanto o próprio Moses. Até 1975, a maioria dos biógrafos americanos de destaque era ligada, direta ou indiretamente, a universidades. (VILAS BOAS, 2002, p. 24)

Até o movimento do New Journalism, os biógrafos, em geral, eram especialistas em alguma área e decidiam escrever uma biografia de alguém que dera sua contribuição ao campo do conhecimento a que pertenciam tanto biógrafo quanto biografado. De acordo com Oates (1990), os biógrafos desse período estavam mais interessados em oferecer

⁶ O Prêmio Pulitzer é concedido a expoentes do Jornalismo, da Literatura e da Música. É administrado pela Universidade de Colúmbia, em Nova York e foi criado em 1917. No caso do Jornalismo, concorrem todos os autores que se proponham a escrever textos de não ficção.

uma interpretação nova sobre sua especialidade: eram pesquisadores que pretendiam escrever sobre um de seus pares.

A preocupação, via de regra, era menos com a vida e mais com a obra. “Para esses autores, a biografia serve fundamentalmente como exibição de sua própria erudição. O resultado é uma biografia pobre, que talvez nem seja uma boa história ou uma boa crítica” (OATES, 1990, p. 12).

O fato de hoje, as biografias, em geral, serem cada vez mais produzidas a partir do Jornalismo Literário, não significa que não continuem existindo textos pobres em termos narrativos, que se propõem, mesmo classificados como biografias, a serem mais uma explanação teórica sobre a obra. Um exemplo: em 2010, chegou às livrarias o livro *Saramago – Biografia*, que ganhou destaque, pois, logo após o seu lançamento no Brasil, o biografado morreu. A obra, escrita pelo pesquisador português de Literatura João Marques Lopes é mais um compêndio analítico da obra saramaigana do que propriamente a história de sua vida, o que demonstra que a prática criticada por Oates (1990) persiste.

Na década de 1980, depois da influência do New Journalism, as biografias não pararam de crescer nos EUA e ganhar novos espaços. Como lembra Vilas Boas (2002), os biógrafos começaram a ser alvo de debates sobre o que constituiria uma biografia de qualidade e o que se esperava do gênero, do ponto de vista da História, da Literatura e do Jornalismo. Na transição da década de 80, duas mil biografias já eram colocadas no mercado por ano nos EUA, fato que também se observava em crescimento no Brasil e na maioria dos países ocidentais.

No Brasil, a primeira obra biográfica escrita por um jornalista foi *Morte no Paraíso*, de Alberto Dines, sobre o escritor Stefan Zweig (1881-1942) que se refugiou no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, mas acaba se suicidando, horrorizado com o avanço do Nazismo na Europa.

Atualmente, tanto no Brasil quanto no resto do mundo ocidental, a maioria dos biógrafos vem do Jornalismo (VILAS BOAS, 2008). São, costumeiramente, repórteres um pouco mais experientes que, se estão nas redações, desempenham funções como repórteres-especiais⁷, ou, então, depois de trabalhar por anos em periódicos, dedicam-se apenas à produção de livros e biografias, ou então, numa outra possibilidade, continuam colaboradores como cronistas ou colunistas dos jornais e revistas.

No Brasil, Ruy Castro e Fernando Morais são hoje considerados os dois principais autores no gênero. O primeiro escreveu, entre outras, biografias de Carmem Miranda, Mané Garrincha e Nelson Rodrigues e, além da atividade como biógrafo, é cronista semanal na *Folha de S. Paulo*. Morais dedica-se exclusivamente aos livros-reportagens e, entre as biografias que escreveu, estão a do escritor Paulo Coelho e a da militante comunista Olga Benário Prestes.

Depois dessa contextualização sobre a biografia e sua interdependência metodológica e constitutiva com o Jornalismo, a Literatura e a História, no capítulo seguinte, será discutida a relação desse gênero com a divulgação científica.

⁷ Repórter-especial, geralmente, é aquele que não cobre notícias do cotidiano nas redações dos jornais. Mais experientes, a ele são confiadas matérias mais analíticas, com aprofundamento e investigação mais detalhada.

Capítulo 2

A BIOGRAFIA COMO RECURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Aparentemente, a expressão “divulgação científica” traz uma obviedade que pode ser perigosa. Como toda expressão, por ser produzida sócio-historicamente, está associada a um conjunto de representações e valores, além do imaginário sobre o que é Ciência. Afinal, como diz Latour (2000, p. 53), “quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos [científicos] e máquinas, entramos no meio das controvérsias”. Silva (2006, p. 54) exemplifica assim a dificuldade de definir o que é divulgação científica:

Coloquem-se lado a lado uma reportagem da revista *Veja* sobre clonagem ou células-tronco embrionárias, textos da *Ciência Hoje* sobre os mesmos assuntos, um da *Superinteressante*, um artigo publicado num jornal pela *Mayana Zatz*, um livro do biólogo Richard Lewontin intitulado *A tripla hélice*, o testemunho de um cientista sobre mudança climática no Congresso norte-americano, um relatório escrito por um cientista sobre mudança climática a pedido de uma organização financiada pela indústria petrolífera ou por uma ONG ambientalista, o *Sumário para Políticos* do IPCC2 sobre o estado da arte das pesquisas sobre mudanças climáticas, e ainda, o filme *Gattaca* e uma peça de teatro como *Casca de Noz* baseada no livro *As cósmicas* de Ítalo Calvino. Dificilmente se poderia dizer o que é e o que não é divulgação científica nesse conjunto.

O problema da definição do que seria divulgação científica começa pelo termo e continua, sem cessar, quando se parte para o estudo da textualidade. O termo “divulgação” já carrega na sua composição etimológica pré-conceitos e limitações. “Divulgação” traz

consigo a ideia de “comum”. No entanto, o uso dessa palavra acabou recebendo uma aceção negativa na cultura contemporânea. Quando se diz que algo é “vulgar”, o termo tem uma forte conotação negativa.

2.1 Um Problema de Terminologia

Equivalentes à tradução do termo “divulgação” também são usados em outras línguas para designar a comunicação científica para o grande público. Como diz Epstein (2002, p. 133): “em francês se diz *vulgarization*, em inglês *popularization* da Ciência”. O termo “popularização”, embora pouco utilizado em português para abordar a comunicação científica, carrega menos um histórico de analogias negativas e pejorativas do que “vulgarização” ou “divulgação”. Popularizar, no entanto, não deve significar simplificar, reduzir ou considerar o grande público inferior. O termo deve trazer a concepção de “tornar comum, partilhar informações”.

Não se pode esquecer que a popularização da Ciência deve estar acompanhada (e é ela mesma uma das estratégias para isso) da chamada “alfabetização científica”. De acordo com Bauer (1994), esse processo incorpora três conteúdos:

1. Noção geral sobre determinados conceitos e temas ligados à Ciência;
2. Noções sobre a natureza da atividade científica;
3. Consciência de que a Ciência tem papel essencial na sociedade e na cultura.

Embora a tratativa de assuntos ligados à Ciência pelos meios de comunicação tenha importante papel nessa alfabetização científica, ela é eminentemente ligada à escola. Conhecer a Ciência e suas finalidades, como se vê, tem um papel importante na construção da cidadania:

A alfabetização científica, entre outras coisas, favorece a distinção entre a ciência e a pseudociência, torna viável uma noção básica das explicações científicas para os fatos, desenvolve o pensamento racional, ajuda a despertar da vocação para a pesquisa científica entre os jovens e favorece o exercício da cidadania. (EPSTEIN, 2002, p. 11)

Caldas (2003) e Demo (2010) também julgam que, antes da divulgação, é necessária uma alfabetização científica. “Mensagem crucial é que, para além das alfabetizações tradicionais, requer-se hoje *formação científica* capaz de inserir as pessoas na *sociedade intensiva do conhecimento*” (DEMO, 2003, p. 61, grifo no original). Nesse trabalho, deve entrar também a formação de um senso crítico diante da Ciência e da própria divulgação, particularmente, aquela feita pela mídia, forma pela qual a maioria dos leigos entrará em contato com a Ciência. Por isso, Demo lembra que a alfabetização científica deve ser capaz de abordar elementos como métodos científicos, competência analítica, formulação metodológica e argumentação. A dificuldade, segundo ele, começa na formação de professores, que ainda podem ter a visão de Ciência como a verdade final sobre determinado assunto. Ele defende que a alfabetização científica deve ser realizada na direção de não se proclamarem verdades universais, nem regras fatais, mostrando que o conhecimento é dinâmico e o processo de aprendizagem deve ser sempre aberto ao novo.

Como produto histórico, a Ciência também não pode ser transmitida como alheia às relações de poder. “Alfabetização científica é parte importante da resposta à pergunta: que tipo de formação estaria mais próxima da habilidade de produzir oportunidades na vida e no mercado? (DEMO, 2010, p. 61). Caldas (2003, p. 73) completa essa discussão dizendo que a relação entre mídia, educação e construção da cidadania a partir do Jornalismo Científico (parte da divulgação de Ciência) “é tarefa inadiável”, principalmente para evitar falácias e perigos com o surgimento de um “consenso fabricado” (CHOMSKY,

apud CALDAS, 2003) pelos meios de comunicação sobre determinado assunto. Para ela, essa alfabetização crítica para a Ciência deve vir acompanhada de uma discussão sobre o próprio fazer científico contemporâneo, repensando, inclusive, o papel do jornalista científico, face “aos contornos adquiridos pelos avanços da Ciência moderna, em que a circulação da informação científica representa negócios e interesses específicos de grandes grupos econômicos” (CALDAS, 2003, p. 73). O conhecimento sobre Ciência faz parte, portanto, da construção da cidadania e da democracia, pois é capaz de ajudar a formar cidadãos mais participativos e que possam cobrar de seus governos políticas científicas adequadas e necessárias às circunstâncias de determinado país ou momento histórico.

Vogt apresenta outra possibilidade de nomenclatura para a interação entre leigos e cientistas por meio da comunicação: a chamada “cultura científica” que, segundo ele, é uma expressão melhor do que todas as outras já citadas, por ter a vantagem de englobá-las e

conter ainda, em seu campo de significações, a ideia de que o processo que envolve o desenvolvimento científico é um processo cultural, quer seja ele considerado do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares ou na dinâmica social do ensino e da educação, ou ainda do ponto de vista de sua divulgação na sociedade, como um todo, para o estabelecimento das relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais, de seu tempo e de sua história. (VOGT, 2003, p. 1)

Vindo dos estudos da semântica, Vogt lembra que, ao optar pelo termo cultura científica, é preciso compreender pelo menos três possibilidades de sentido, que se oferecem pela própria estrutura do termo: cultura **da** Ciência, cultura **pela** Ciência e cultura **para a** Ciência.

2.2 Jornalistas, Cientistas e Alfabetização Científica

Seja qual for o termo escolhido, não se pode desprezar que a informação de caráter científico deve ter dois sentidos, conforme define Mora (2003). Para ela, há duas vertentes a serem consideradas: a da necessidade e a do prazer. Assim, divulgar o que é feito pelo cientista não deve ter, exclusivamente, um caráter informativo. O prazer, para essa autora, faz referência à desvantagem de não se poder fruir da “emoção da Ciência” (2003, p. 31). Já a necessidade corrobora com a ideia de cidadania exposta anteriormente, assinalando que aqueles que nada sabem sobre a Ciência estão excluídos de contribuir para o debate do efeito que ela tem sobre a vida.

A delimitação estrita de campos do saber e de gêneros discursivos, separando, de forma bastante rígida, o que é um texto literário e o que é um texto científico, ajudou a deixar a divulgação científica pouco profícua. Atualmente, é difícil supor que alguém não ligado à academia sinta interesse em ler um artigo científico. O escritor Adous Huxley, no livro “Literatura e Ciência”, de 1963, analisa o conflito existente entre o mundo dos leigos e o mundo científico. A partir disso, Mora (2003, p. 42) acredita que “talvez, Huxley seja o autor contemporâneo que provou, de modo mais evidente, a possibilidade de reconciliação entre Ciência e Literatura”. Huxley tem a hipótese de que a maioria das pessoas tem pouco interesse na Ciência por ela ser, ao menos nos relatos produzidos pelos cientistas, isenta de paixão e relação com a vida prática. Nesse sentido, a posição de Huxley serve como um reforço para que a divulgação científica e o Jornalismo Científico ganhem uma abordagem mais literária, com um texto mais humanizado e envolvente, centrado no personagem, seja ele o cientista, mostrando preconceitos, dificuldades, etapas e descobertas ou então os grandes beneficiados com a evolução da Ciência. “Despojados de todo vestígio de emoção humana, os artigos científicos ficam

reduzidos a expedientes em que é impossível extrair o sentido daquilo que foi feito e os motivos para fazê-los” (MORA, 2003, p. 47).

Entretanto, o que se vê nos meios de comunicação é certa espetacularização da Ciência ou então a divisão do mundo científico em duas culturas, para usar a definição proposta por Snow (1995). A espetacularização é perceptível em reportagens que supervalorizaram as imagens feitas em laboratórios, apresentam como “certezas absolutas” constatações que, na verdade, só são válidas para determinados grupos e em dadas situações. A espetacularização e a busca pela informação de relevância, embora muitas vezes os jornalistas, com as palavras e a construção do texto, tornem algo ordinário em extraordinário, já foram causa de rixas entre cientistas e comunicadores. Os primeiros costumam atribuir aos segundos características como ingenuidade e distorção da realidade. Os jornalistas, por sua vez, criticam os cientistas, dizendo tratar-se de pessoas que só falam entre si e são inacessíveis.

Ao almejar a objetividade e a não interferência do outro em seu trabalho, muitos jornalistas acabaram considerando como uma afronta a possibilidade de construir um texto em conjunto com seus entrevistados. A maioria dos manuais de assessoria de imprensa ou de *midia training*, que tem o objetivo de preparar fontes para entrevistas e contatos com jornalistas, é enfática ao dizer que o entrevistado não deve pedir ao jornalista para ler o texto produzido. Caldas (2010, p. 37), no entanto, ao visualizar o jornalista e o cientista como partes de um processo educacional, diz que

O trabalho em regime de parceria entre jornalistas e cientistas é viável e inadiável. Só depende do respeito mútuo, da visão de mundo desses profissionais, da observação e compreensão do outro. Está diretamente vinculado ao domínio das relações simbólicas, do entendimento da ciência e do jornalismo como atividade humana e, portanto, histórica. Rigor profissional, reconhecimento dos limites naturais de cada área, a busca permanente pelo aperfeiçoamento, postura ética e

responsabilidade social são fatores decisivos para o uso competente da Ciência e da mídia como agentes de libertação e transformação social.

Naturalmente, essa parceria não é suficiente para acabar com os conflitos e este também não é o objetivo. Na proposta do Jornalismo Literário, esse trabalho em conjunto é mais facilmente concebível, uma vez que se reconhece a subjetividade, a produção de um terceiro discurso, oriundo do contato do jornalístico com o científico. O intuito será sempre tornar a comunicação mais adequada e menos sujeita a erros e a mitos que cercam o imaginário sobre Ciência. Isso contribui para afastar a ideia de que cientistas, jornalistas e o grande público estão apartados. Roqueplo (1974) já alertava para o risco de deixar a Ciência como um domínio exclusivo dos cientistas. Ele indica que, além da dificuldade de diálogo que possa existir para a divulgação científica, possa existir também uma falta de interesse político na divulgação dos saberes.

Além do exposto, a alfabetização científica também ajudaria a quebrar a rígida separação entre Ciências Naturais e Ciências Humanas. Embora a Sociologia, a Psicologia, a Linguística e a Geografia, por exemplo, sejam Ciência por abordar de forma sistemática e com rigor metodológico seus temas, os meios de comunicação, de modo geral, tendem a considerá-las “menos Ciência” do que a Biologia, a Química ou a Genética, por exemplo. Isso se materializa quando se abre um jornal e se vê que as descobertas das propriedades de um determinado alimento estão retratadas na editoria de “Ciência”, mas uma nova teoria sobre o estresse ou um estudo sobre as classes sociais aparece sob as siglas de “Comportamento” ou “Sociedade”. Na verdade, o mundo contemporâneo, por meio da divisão do trabalho e da industrialização dos meios de produção, foi criando subdivisões da cultura, especializando-se e apagando relações que possam existir entre as partes. A especialização, que prometia formar conhecimentos cada vez mais avançados em suas áreas, também contaminou o Jornalismo, relegando a algumas o

direito a ser chamadas de científicas, ainda que a Ciência esteja presente na maior parte delas. Snow já indicava essa separação, em texto publicado originalmente em 1959:

Durante muitos dias eu consumia minhas horas de trabalho com os cientistas e, à noite, ficava com alguns colegas literatos. Literalmente, eu tinha amigos íntimos tanto entre os cientistas como entre os escritores. Era vivendo entre estes dois grupos e, mais ainda, movendo-me regularmente entre um e outro que eu me ocupei com o problema que muito antes eu tinha batizado de “as duas culturas”. Constantemente, eu sentia que estava me movendo entre dois grupos – comparáveis em inteligência, idênticos na etnia, não muito diferentes na origem social, tendo aproximadamente a mesma renda, mas que tinha praticamente cessado de se comunicar entre si e que, quanto ao clima intelectual, moral e psicológico tinham tão pouco em comum que, como se alguém, ao invés de ir de um bairro a outro de Londres, tivesse cruzado o oceano. (SNOW, 1995, p.2)

As características associadas à Ciência, a partir dessa divisão em dois grupos distintos, também permeiam o discurso jornalístico. Leibrunder (2011, p. 231) explica que “aspectos característicos do discurso científico, tais como a objetividade e a impessoalidade da linguagem, ainda se encontram presentes no discurso da divulgação científica”. Convém lembrar que essa proximidade tem como gênese o caráter de busca da verdade que tanto Jornalismo como Ciência reivindicam para si. A suposta neutralidade desses discursos objetiva, de alguma forma, fazer o leitor crer que está diante da própria realidade e não de uma interpretação. Leibrunder (2010) indica que o discurso jornalístico sobre Ciência, para transmitir essa suposta realidade, se baseia em caracteres como o caráter metalinguístico, a referencialidade, o apagamento do sujeito (com a opção pelo uso dos verbos em terceira pessoa e, mais raramente, na primeira pessoa do plural ou então pelo padrão lexical e pelo uso do índice de indeterminação do sujeito) e na presença de elementos didatizantes, como a nomeação (a presença da fala do cientista, entre aspas ou por meio de verbos ou preposições introdutores de opinião), a definição, a comparação, a metáfora e a parafraseagem (o uso de expressões como “isto é” e “ou seja”).

Em outras formas da divulgação científica, essa preocupação com a objetividade é menos determinante. Mora (2003) lembra que a divulgação científica pode ocorrer em campos que vão desde a Filosofia até a Arte. “Muitos divulgadores acreditam que a elegância no tratamento também lhe diz respeito e que seu trabalho é tão importante e profissional quanto o dos cientistas” (MORA, 2003, p. 56). A pesquisadora mostra que autores como Carl Sagan, Stephen Jay Gould, Isaac Asimov e Martin Gardner se propuseram a fazer relatos sobre a Ciência que, além de precisos em relação aos métodos e aos resultados das pesquisas, geravam interesse pelo formato de sua produção, próximo às narrativas literárias. Esse tipo de produção seria uma alternativa ao formato tecnicista da escrita dos cientistas e faria uma aproximação com o grande público: “despojados de todo vestígio de boa emoção humana, os artigos científicos foram reduzidos a expedientes em que é impossível extrair o sentido daquilo que foi feito e os motivos para fazê-lo” (IDEM, p. 47). Uma boa divulgação científica seria, portanto, aquela que também conseguisse derrubar alguns mitos, muitos construídos pela própria mídia, como o retrato do cientista como alguém “lógico-dedutivo, frio e carente de humor”, além de afastado da vida cotidiana, passando a imagem do “professor estranho e distraído das histórias em quadrinhos”. (IDEM, p. 47).

No Brasil, a relação entre Jornalismo e Literatura na comunicação científica está na gênese da comunicação de massa sobre Ciência. Sem se esquecer de outros nomes que, pontualmente, trouxeram contribuições, Oliveira (2002) lembra que Euclides da Cunha, no começo do século XX, e José Reis, na segunda metade do mesmo século, conseguiram integrar Jornalismo, Literatura e Ciência.

José Reis (1907-2002), que hoje empresta seu nome ao principal prêmio de divulgação científica do País, foi médico de formação, e é considerado o patrono do Jornalismo

Científico no Brasil (OLIVEIRA, 2002). Ele começou a escrever sobre Ciência em 1932, para a revista *Chácaras e Quintais*, do segmento de Agronomia. Em 1947, passou a escrever uma coluna de Ciência na *Folha de S. Paulo*, onde trabalharia até a sua morte. Uma das grandes contribuições para a cultura científica no Brasil dada por ele foi a fundação de órgãos dedicados à popularização da Ciência, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, e a Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), de 1977. Em seus textos, ele apelava para o trabalho com a linguagem, de modo a chamar a atenção do leitor e, principalmente, seduzi-lo para o texto e as informações passadas:

Ele buscava prender a atenção dos leitores descrevendo de forma sensível os fenômenos que ocorrem na Biologia, na Química, na Matemática, na saúde, no meio ambiente, na Nutrição e, particularmente, nas pesquisas tecnológicas, num esforço para que os industriais e políticos tomassem consciência da importância que esse tipo de pesquisa representa para o desenvolvimento de um país. (OLIVEIRA, 200, p. 35)

Os trabalhos de José Reis, Euclides da Cunha, além da visão demonstrada por Mora (2003), indicam como o Jornalismo Literário pode contribuir para a informação sobre Ciência. A biografia, como um de seus subgêneros, ao aproximar leitores, autores e biografados, por meio do tratamento estético da linguagem, a digressão e a humanização, serve muito a esse feito, pois, ao mostrar o cientista como um cidadão comum, com sentimentos, virtudes e vícios, além de narrar os passos de sua atividade e consolidação como pesquisador, pode contribuir para a quebra da espetacularização da Ciência mostrada pelos meios de comunicação e para a conquista, passo a passo, da alfabetização científica.

O psiquiatra americano Robert Maxwell Young, autor de *What happened to human nature* (2000) estuda, desde o final dos anos 1990, biografias de cientistas com o objetivo de inferir relações sobre como a Ciência reflete seu momento histórico, suas próprias fontes

e o quanto “nosso entendimento de Ciência” é determinado pelo contexto cultural. Nesse sentido, corrobora com a visão de Epstein (2002, p. 11), para quem

cada povo tem uma ou mais preferências culturais, que acabam por caracterizar a própria nação [...]. O que caracteriza essa preferência? Talvez, entre outras coisas, o fato de que quaisquer que sejam as diferenças de classe social ou de nível cultural entre dois interlocutores, ele conversam de igual para igual em temas de preferência cultural de seus respectivos países. [...] Não é porventura o futebol um dos poucos temas que, entre nós, subalternos e superiores, conversam de igual para igual?

Epstein lembra que, na Rússia, por exemplo, o tema sobre o qual a maioria das pessoas poderia falar é o balé. Na Itália, seria a ópera e, na Alemanha, a música clássica, uma vez que esses assuntos já fazem parte da cultura de todo o País. A produção de biografias e a sua publicação, com políticas de acesso ao grande público, o que, necessariamente, também precisa ser acompanhado de uma melhoria na educação do País, é uma contribuição importante para o crescimento da cultura científica, principalmente, se os textos produzidos forem capazes de gerar identificação – natural nesse tipo de produção jornalística – e interesse para conhecer mais a fundo os métodos e as descobertas científicas. Nesse sentido, Young (1988, p. 110) reitera:

Quero repetir que atualmente biografia é uma disciplina, e devemos levá-la a sério [...]. É uma disciplina com sua própria literatura, seus próprios escritos reflexivos, e também parece fornecer uma chave para a epistemologia em ação. Com isso, quero dizer que o biógrafo precisa negociar todos esses planos epistemológicos e estar mais ou menos autoconsciente em relação a eles.

Uma narrativa bem escrita tem o poder não só de gerar identificação entre leitores e personagens, mas também de criar o interesse pelo assunto. Por mais que o tema seja, num primeiro momento, desinteressante, grande parte do envolvimento do leitor pode dar-se pela forma como o texto é construído. A história de vida de um cientista, o dia a dia da sua descoberta, os recursos utilizados, os coadjuvantes e as consequências de seu

trabalho geram o interesse não necessariamente pelo caráter científico, mas pelo humano. Uma narrativa bem construída tem o poder de seduzir o leitor no seu início e, ao final, deixá-lo satisfeito pelas horas dedicadas à leitura, naquilo que Barthes ([1973] 2004) chamou de uma revelação progressiva, comparando o ator de ler a um observador de *strip-tease* num cabaré: “toda a excitação se refugia na esperança de ver o sexo [...] ou de conhecer o fim da história” (p. 16). Medina (2006, p. 67) chega a acreditar que a narrativa pode organizar o caos:

Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o sapiens organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o ser humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital.

A construção de um texto mais narrativo e menos relatorial (compreendendo aqui o uso de recursos como a narração cena a cena, a descrição, a reprodução de diálogos e todos os outros recursos expostos no primeiro capítulo) seria capaz, inclusive, de levar ao público alguns temas mais complexos como a familiarização com os processos de elaboração das políticas públicas de Ciência e Tecnologia (CT&I), além de questões éticas envolvidas com o fazer científico. Isso só é possível numa proposta de texto menos centralizado na busca da objetividade e mais na compreensão ampla da realidade, já que, ao apostar na impessoalidade, é bastante grande a chance de se apagarem as informações sobre a participação do cientista quanto à escolha dos materiais a serem utilizados, a condução dos experimentos e a própria predileção do pesquisador por um tema.

No caso específico das biografias, além do interesse pela vida do outro, o que é típico de um certo voyeurismo, característico da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), a busca pela compreensão da própria vida, o desejo e a necessidade de se ter um exemplo a

seguir e com quem se identificar ou a qual história se projetar ajudam a compreender a corrida que se estabelece por biografias nas prateleiras das livrarias. A razão é praticamente a mesma da busca por livros de autoajuda, com quem as biografias dividem o topo das vendas do mercado editorial:

A maioria das vicissitudes humanas é universal: a descoberta das janelas do mundo, os duelos do arbítrio contra o arbitrário, as digitais do tempo impressas no corpo e na psique, as tentações de muitas tramas, os enfrentamentos da morte a curto e longo prazo, a vertigem da eternidade. Como leitores, percebemos as perplexidades do sujeito narrado e especulamos intimamente sobre o quanto de nós mesmos pode estar contido na história do outro. (VILAS BOAS, 2002, p.170)

Para Martín-Barbero (2000), a sociedade vive um momento de “boom da memória”, o que explicaria, em parte, o grande interesse pelas biografias. De acordo com ele, outras provas desse interesse pelo passado, numa tentativa de compreender o presente, buscar referências ou se reorganizar, são o crescimento e a expansão de museus, a restauração dos antigos centros urbanos, a moda retrô e a multiplicação de espaços como os antiquários.

Nesse caminho e, não necessariamente com essa proposta, mas contribuindo para que, no ato de leitura, nisso se transforme, há vários exemplos de jornalistas e escritores, no Brasil e no Exterior, que produzem narrativas sobre temas científicos com estilos diferenciados do tradicional padrão de escrita jornalística, sem que isso prejudique a fidelidade dos acontecimentos ou os detalhes técnicos. Um exemplo é o trabalho de Richard Preston, abordado rapidamente à frente.

2.3 A Ciência no Livro-Reportagem: Possibilidades para Além da Biografia

Embora possa haver outros suportes para a apresentação de biografias, como documentários para o cinema e edições especiais de revistas, o modo de apresentação

mais comum para esse tipo de narrativa é o livro-reportagem. A série de biografias publicadas pela revista *Caros Amigos*, a ser analisada neste trabalho, adquiriu o caráter de um livro-reportagem quando, ao final, os fascículos publicados mensalmente podiam ser agregados, conforme sugestão da própria editora, num único volume, inclusive, com o fornecimento, como brinde, da capa dura para encadernação de todo o material.

O livro-reportagem é um veículo de produção jornalística, não periódico, que tem como base, além do suporte material em que é apresentado, a profundidade da abordagem (LIMA, 2009). Geralmente, um livro-reportagem surge a partir de um fato/tema que merece um retrato mais amplo ou com o intuito de fazer memória, demonstrar alguma faceta que foi omitida pela grande imprensa ou então para mostrar algum aspecto da realidade que ainda não se conhece ou narrar a vida de algum personagem que gere interesse público:

O jornalismo em profundidade deve buscar ler a contemporaneidade, que transcende o meramente atual para focalizar com grande pertinência as implicações, hoje, de eventos que não se deram apenas ontem, mas sim há anos, décadas, talvez. Isso porque a contemporaneidade abrange, muito mais do que meros fatos, tendências que se formam ao longo do tempo nas mais diversas esferas da vida social, muitas vezes combinando-se nesse desenrolar. (LIMA, 1998, p. 20).

Assim, é possível, inclusive, que os livros-reportagens (no formato biografia ou em outro qualquer) sejam escritos anos ou décadas após o acontecimento. No entanto, o mais esperado é que o livro traga alguns elementos que ajudem o leitor a entender de que forma tal fato ou personagem ainda traz contribuições ou consequências. Não é de se estranhar, por exemplo, que uma recente coleção de biografias da editora Odisseus foi denominada “Imortais da Ciência” (2009). Ao narrar a história de cientistas de todos os períodos, da Antiguidade (como Arquimedes e Euclides) aos nossos dias, sob o signo da “imortalidade”, é exatamente o aspecto da contemporaneidade que está sendo considerado. Mesmo que já refutadas, teorias científicas da Antiguidade também tiveram

sua contribuição no pensamento atual. O livro-reportagem, assim, prolonga o tempo dos acontecimentos.

Para atingir tal contemporaneidade, o livro-reportagem enquadra-se no chamado Jornalismo Interpretativo⁸, que se preocupa não só com o fato, mas também com o contexto, os antecedentes, o suporte especializado (entrevistas com especialistas no assunto), a projeção para o futuro e as histórias de vida, com variedade temática e de tratamento, determinadas pelas influências ideológicas e políticas de quem escreve, da empresa que publica e do público a quem se dirige.

Lima (2008) reforça a ideia da amplitude do livro-reportagem ao utilizar como referência para explicá-lo a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), definida pelo biólogo austríaco Ludwing Von Bertalanffy (1901-1972), segundo o qual há uma nítida tendência para a aproximação entre as várias Ciências Humanas e Naturais para a compreensão dos fatos. A teoria do austríaco começou a ser desenvolvida na década de 1920, mas alcançou notoriedade e divulgação somente nos anos 1950. Bertalanffy criticava a compartimentação do saber, a divisão rigorosa em disciplinas e incentivava a interdisciplinaridade na compreensão dos fatos. Na TGS, o sistema pode ser definido como um conjunto de elementos que, embora interdependentes, interagem para formar o todo. O resultado dessa junção, por sua vez, é maior do que se cada unidade funcionasse independentemente (BERTALANFFY, 1975).

⁸ De um modo geral, a bibliografia especializada divide a atividade jornalística em três grandes categorias: a informativa – que se preocupa com os fatos do dia a dia, cotidiano – a opinativa – que pretende discutir e repercutir os acontecimentos, a partir da subjetividade e da argumentação dos seus autores, geralmente especialistas em determinado assunto – e a interpretativa – que se baseia no aprofundamento dos fatos, na “elucidação dos aspectos que em princípio, não estão muito claros. Almeja preencher os vazios informativos” (BELTRÃO, 1976, p. 83).

De posse dessa discussão, convém a pergunta: como a Ciência é retratada no livro-reportagem? É importante lembrar que, ao partir do pressuposto da TGS, a Ciência pode (e deveria) permear todos os campos de produção jornalística em livro-reportagem, principalmente, porque isso a ajudaria a conquistar a profundidade tão desejada nesse tipo de produção. Assim, é comum que, na contextualização do tema, os autores de livros-reportagens, qualquer que seja o assunto central da narrativa, busquem dados em pesquisas científicas para compor seu texto.

Lima (2009) destaca também que, numa tentativa de classificação dos livros-reportagens, há um espaço garantido para a Ciência. O pesquisador, um dos precursores dos estudos de Jornalismo Literário no Brasil, analisou a produção de livros-reportagens no País e nas Américas e concluiu que, uma taxonomia, ela comportaria 13 tipos: biografia, perfil, depoimento, retrato, ciência, ambiente, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem.

Sobre o livro-reportagem-ciência, diz que ele “serve ao propósito de divulgação científica, geralmente em torno de um tema específico. Pode também apresentar caráter de crítica ou de reflexão” (LIMA, 2009, p. 53). Assim, um dos autores que mais se destacam na produção de livros-reportagem-ciência na atualidade é o estadunidense Richard Preston⁹, autor, entre outros, de *Zona Quente* (1994), sobre o vírus Ebola, e *Árvores Gigantes*

⁹ Richard Preston é autor também de obras que ainda não foram traduzidas para o português, como *First Light* (sobre astronomia) e *American Steel* (sobre a Companhia Nucor e seu projeto para construir uma siderúrgica revolucionária). É colaborador do New Yorker e é membro honorário do Conselho de Ciências Humanas da Universidade de Princeton. É o único profissional fora da área da saúde a ser premiado pelo Center for Disease Control, por causa de sua obra sobre o vírus Ebola. Por *First Light* ganhou o Prêmio do Instituto Americano de Física. Preston foi também recebeu o prêmio AAAS-Westinghouse e o Prêmio McDermott de Artes, do MIT. Por sua contribuição à divulgação científica, um asteroide, com o tamanho do Monte Everest e algum dia vai colidir com Marte, provocando explosão visível em todo o sistema solar, recebeu seu nome.

(2007), no qual mostra o trabalho de universitários de Biologia para compreenderem um ecossistema que, na Califórnia, formou-se sobre as copas de sequoias gigantes e na tentativa de encontrarem aquela que seria a árvore mais alta do mundo. O livro é narrado com estilo de aventura, inclusive compreensível e interessante para estudantes a partir do Ensino Médio, o que permite que, com o trabalho docente adequado, ele seja incluído numa proposta de alfabetização/ educação científica.

Pelas características do livro-reportagem, a divulgação da Ciência pode estar presente em biografias, em livro-reportagem-perfis, ao abordar a trajetória ou o cotidiano de um cientista, ou no livro-reportagem-ambiente. Da mesma forma, o autor do livro-reportagem poderia dedicar-se a abordar o cotidiano, nuances e processos políticos envolvidos numa instituição de pesquisa e estaria produzindo o que, na classificação, poderia ser considerado livro-reportagem-retrato. Se o autor for um especialista na área e se sentir seguro para propor reflexões, pode-se embrenhar pelo tipo ensaio e assim por diante. Como se vê, em todas essas tipologias é possível falar de Ciência, embora, ainda, no Brasil, a produção de livros-reportagens que a abordem seja parca.

Partindo da ideia de que todo rótulo é reducionista, a proposta aqui não é, de maneira alguma, fazer um enquadramento da Ciência na classificação de Lima, mas, sim, mostrar como questões científicas com tema central podem perpassar os diversos tipos de livros-reportagens, embora alguns possam dedicar-se a elas de forma especializada e segmentada.

Terminada essa discussão sobre o espaço da biografia, num território poroso que integra Literatura, Jornalismo e História, no capítulo seguinte, será abordado como a produção

discursiva, ao envolver esses domínios, é capaz de gerar sentido sobre o que é a Ciência no mundo contemporâneo.

Capítulo 3

DA REVISTA À ANTOLOGIA DE BIOGRAFIAS, DO ESPAÇO POLÍTICO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Como o objeto do estudo desta dissertação é uma coletânea publicada como encarte numa revista, convém uma pausa para um breve histórico desse tipo de publicação no mundo e no Brasil. O brasileiro é apaixonado por revistas e os editores do País não poupam títulos e a descoberta de novos segmentos de mercado. Na banca, revistas brigam entre si na tarefa de seduzir o leitor: cores, imagens, manchetes que querem vender a ideia de notoriedade e relevância, muitas vezes, confundindo entretenimento e informação, opinião e interpretação, disputam o olhar e o bolso do leitor.

Revistas servem também para difundir concepções de mundo, com leitores encontrando em suas páginas o reflexo de como explicam o cotidiano. Se uma parte grande da população compra a *Veja* semanalmente, outra parcela prefere *Carta Capital* e, outra, embora menor, opta pela *Caros Amigos*. Se uns querem uma revista para saber de seus *hobbies* ou de seus interesses particulares, há publicações que se dedicam exclusivamente a temas tão particulares como motocicletas ou orquídeas. Outros visitam as bancas em busca de inspirações para trabalhos ou para a vida, e encontrarão títulos e

títulos saltando aos olhos. Do simples artesanato ou culinária, à decoração inspirada em palácios ou em pratos que saem das cozinhas dos chefs, não faltam alternativas no mercado que, por enquanto, pouco se abalou com o crescimento das mídias digitais. Dados da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) mostram que, de 2001 a 2011, houve um crescimento de 50% no número de tiragem de revistas no País.

Diferente das grandes publicações em jornais, o mercado de revista é mais democrático no Brasil. Enquanto manter um jornal diário e encontrar anunciantes que o banquem é para uma minoria, as revistas são um mercado segmentado, com opções de preços que variam de pouco mais de algumas moedas a até mais de R\$ 50,00. Além disso, a publicação, na maioria dos casos mensal (não mais do que meia dúzia de revistas circula semanalmente no Brasil), facilita a circulação, o custeio, a geração de pautas, a sondagem e a prospecção de anunciantes.

A história que culminou na diversidade de publicações no formato revista não é antiga no Brasil, nem mesmo no mundo. Elas surgiram bem depois dos jornais diários, com sua proposta de notícia quente para acompanhar o café da manhã dos leitores. Desde o início, a revista foi pensada para ser “companheira” do leitor por vários dias ou semanas e para trazer uma versão da vida mais detalhada, mais fria talvez, mas muito mais apetitosa.

3.1 O Mercado das Revistas: Um Breve Panorama Histórico

A história das revistas começou a ser escrita na mesma terra em que, em 1554, Gutemberg inventou a imprensa, permitindo que os textos pudessem ser reproduzidos em larga escala sem a necessidade dos antigos copistas. De acordo com Scalzo (2004), em 1663, surgiu na Alemanha a ancestral das revistas, chamada *Erbauliche Monaths*

Unterredungen, ou, em português, algo como *Edificantes Discussões Mensais*. Publicada durante cinco anos, a revista, organizada por um teólogo, discutia temas como moral, bons costumes, literatura e artes, com caráter bastante didático.

Ainda no século XVII, mas dessa vez na Inglaterra, as revistas começam a sua história de segmentação: o jornalista John Dunton (1659-1733) foi o responsável por criar a primeira dedicada ao público feminino. A publicação trazia seções de aconselhamento sentimental, com respostas a cartas que relatavam desilusões amorosas das leitoras. Interessante notar como a segmentação, assim constituída, é fruto da estrutura social e das condições de produção: as mulheres não participavam, nem ao longe, das discussões masculinas, deveriam ter assuntos diferentes e, principalmente, eram consideradas como secundárias. A segmentação, já nesse período e da mesma forma, atualmente, demonstra uma concepção de mundo e é utilizada com fins mercadológicos pelos editores.

No Brasil, logo depois da autorização para a imprensa, em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa, surge também a primeira revista do País e que, novamente, expressa o caráter especializado e segmentado desse tipo de publicação. De acordo com Bahia (1990), em 1812, o grupo produtor de *Idade D'Ouro do Brasil*, primeiro jornal produzido em Salvador (BA), lançou uma revista, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, de caráter fortemente ligado à maçonaria, perceptível pelos símbolos impressos em suas páginas.

Até o início do século XX, tanto no Brasil quanto no mundo, centenas de jornais e revistas vão surgir, sem, no entanto, manterem-se durante muito tempo no mercado. Era comum, como lembra Bahia (1990), que jornais e revistas sobrevivessem a poucos números por várias razões, entre elas, o baixo número de leitores e o caráter panfletário de muitas dessas publicações, que, por isso, acabavam circulando apenas em grupos restritos aos

interesses difundidos por tais páginas. O Brasil, de acordo com Mira (2001), desperta para o século XX com uma população alfabetizada que não ultrapassava os 15%. Em países europeus, nesse mesmo período, a estatística era outra: cerca de 85% da população dominava, ainda que minimamente, as letras.

As primeiras revistas tinham uma aparência que lembrava muito mais um livro. Não havia ilustrações e os textos eram longos. De acordo com Mira (2001), foi em 1837 que surgiu a precursora das revistas modernas no País: a *Museu Universal*. Segundo o levantamento feito pela autora, essa revista

introduz o uso sistemático de ilustrações, elaboradas por artistas franceses e ingleses, além de um texto mais leve e acessível, em que se misturam preocupações culturais e artísticas com elementos de entretenimento: trechos de romances, contos e poesias populares, notícias sociais, conselhos domésticos, charadas e anedotas. [...] A publicação pretende ser um grande painel de toda a civilização humana. (MIRA, 2001, p. 15)

Em termos gráficos, uma das grandes diferenças entre os jornais e as revistas nesse período são as ilustrações. Na França, em 1843, começa a circular com sucesso a *L'illustration*, com todos os textos ilustrados por artistas plásticos, usando a técnica da xilogravura, que também passa a ser usada no Brasil para ornamentar as publicações do mesmo tipo nas últimas três décadas do século XIX.

A passagem para o século XX marcará outra mudança na imprensa. Sodré (1983) lembra que o Jornalismo começa a solicitar mais espaço para a informação e menos para a doutrinação. A imprensa solicita que “os homens de letras se coloquem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias” (SODRÉ, 1983, p. 297). Assim, as colaborações literárias, os textos opinativos e didáticos (ao menos os assim assumidos) ficam reduzidos às seções de rodapé nos jornais. A saída que muitos encontram são as revistas, que passam a publicar notadamente críticas literárias e análises sociais,

condizentes com o espírito da Belle Époque¹⁰. Entre as publicações que surgem nesse período, destacam-se três: *Revista da Semana*, de 1900; *O Malho*, de 1902; e *Fon-Fon*, de 1907. Essas revistas vão ser grandes utilizadoras das caricaturas e das ilustrações que retratavam a vida nas cidades, mostrando “fatos e personagens que fizeram a política, a cultura e a vida mundana da época” (MIRA, 2001, p. 21).

Em 1900, a *Revista da Semana*, aproveitando ideias que deram certo em publicações antecessoras que já haviam deixado de circular, como *Semana Ilustrada* e *Revista Ilustrada*, publicou seu primeiro número com uma coletânea de fotos comemorativas do quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Essa revista, aproximando-se ainda mais do que se tem hoje no segmento, trazia um resumo dos acontecimentos da semana, “dando ênfase aos crimes, reconstituídos em estúdio fotográfico, além de crítica literária, crônicas, poesias e contos infantis” (MIRA, 2001, p. 22). A ideia da revista foi tão bem aceita e ganhou reconhecimento que, em 1928, conta Sodré (1983), o seu diretor e um dos proprietários, Carlos Malheiros Dias, foi convidado por Assis Chateaubriand (1892-1968) para integrar a equipe que colocou em circulação a revista *Cruzeiro*, a principal transformação até então vista no mercado nacional de revistas. Mesmo sem Malheiros, a *Revista da Semana* circulou até 1958, com uma das principais publicações brasileiras, apenas um pouco ofuscada pelo caráter moderno da produção da equipe de Chateaubriand.

¹⁰ A **Belle Époque** foi um período de cultura cosmopolita iniciado na Europa, mais particularmente, a partir de valores franceses, em 1871, e se estende até a Primeira Guerra Mundial, em 1914. A *Belle Époque* foi considerada uma era de ouro da beleza, da inovação e da paz entre os países europeus, inspirando sobremaneira o cotidiano e o comportamento da elite no Brasil. No mundo das artes, o cinema dava seus primeiros passos; o Impressionismo e a Art Nouveau eram os movimentos-chave. O período é marcado também por uma cultura urbana de divertimento incentivada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte.

Tanto *O Malho* e *Fon-Fon* que circularam, respectivamente, até 1930 e 1958, eram revistas que se propunham a fazer críticas sociais, por meio de sátiras e charges. Até personagens considerados heróis nacionais, como Ruy Barbosa, foram alvo de chacota. *Fon-Fon* também abordava os aspectos da vida moderna no Rio de Janeiro. Seu próprio nome remete aos avanços tecnológicos do período: era a onomatopeia de um automóvel, novidade nas ruas no início do século XX.

Nenhuma revista, no entanto, influenciou o mercado brasileiro como *Cruzeiro*, que poucos números depois de surgir, passou a ser chamada de *O Cruzeiro* (MIRA, 2001). Fernando Morais, ao escrever a biografia de Chateaubriand, conta que o surgimento da revista está intimamente ligado ao projeto para levar Getúlio Vargas ao poder. Vargas e Chatô (como ficou conhecido o empresário de mídia brasileiro, responsável não só por jornais e revistas, mas também pela implantação da televisão no Brasil), arquitetaram a criação da revista para ser o instrumento de propaganda política da Aliança Liberal, com abrangência em todo o País (MORAIS, 1994). De acordo com Bahia (1990), *O Cruzeiro* mudou a concepção de revista semanal no Brasil e “abre com antecedência de algumas décadas um mercado que só se consolidaria e ampliaria à medida que mais publicações de informação qualificada se apresentariam aos leitores” (BAHIA, 1990, p. 186). Entre as qualidades da revista estava o caráter industrial, com organização logística, além da edição que valorizava as grandes coberturas e as reportagens.

Essas características só serão reproduzidas em outra revista com o surgimento de *Manchete*, dos Bloch Editores, a partir de 1952, e de *Realidade*, produzida pela editora Abril, a partir de 1966. Antes disso, apenas a chegada das fotonovelas, a partir da chegada de *Reader's Digest*, de origem estadunidense, provocou alguma alteração no mercado brasileiro de revistas. No Brasil desde 1942, a publicação se pautava menos nas

grandes coberturas e mais nos textos sobre valores familiares e no crescimento pessoal (MIRA, 2001).

Realidade, com periodicidade mensal, inaugura no Brasil o período das grandes publicações no formato revista. “O projeto de realidade era desvendar um país que o noticiário comum não mostrava” (MIRA, 2001, p. 42). Eram frequentes, inclusive, coberturas detalhadas na área científica, até então, com pouco espaço na grande imprensa brasileira. O auge de *Realidade*, inclusive, coincide com fatos de grande apelo jornalístico, como a chegada do homem à Lua, noticiada em detalhes pela revista, além de ser influenciada pelo movimento do *New Journalism*, dos Estados Unidos.

Lima (2009) lembra que, em termos de divulgação científica em revistas, *Realidade* marcou época, dizendo que as matérias de temática científica, além da aplicação de pesquisas de opinião e as edições especiais foram três aspectos com os quais a revista fez história: “As matérias científicas se revelam um considerável esforço para traduzir, em linguagem acessível ao grande público, temas complexos como energia nuclear, oftalmologia, genética” (LIMA, 2009, p. 227).

A revista da Abril teve três fases. A primeira foi de 1966 a 1968, quando o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) acabou com a liberdade de imprensa e implantou a censura no Brasil, dificultando e reduzindo a abrangência do trabalho jornalístico. A segunda fase, que vai até 1972, é um período de grandes reportagens, mas sem o tom de denúncia que a marcara até então. Nesse período, a revista também enfrentou várias dissidências entre jornalistas e realizadores, muitas causadas pelos próprios rumos políticos do Brasil. Na terceira fase, a partir de 1972, a revista fica ainda mais branda, usando uma fórmula editorial parecida com a de *Seleções*, com textos leves, mais preocupada com

curiosidades e informações para o bem-estar do leitor. Nem a fórmula adotada na segunda nem na terceira fase trouxeram êxito (MARÃO; RIBEIRO, 2010). *Realidade* deixou de circular em 1976, quando a Abril já dedicava grandes esforços e tinha público para seu novo projeto: a revista *Veja*, publicada até hoje e a que tem o maior número de leitores no Brasil, de acordo com o Instituto de Verificação de Circulação (IVC), com dados de dezembro de 2011. São um milhão de exemplares semanais.

O Cruzeiro não resistiu à morte de Chateaubriand por muito tempo. Depois de chegar a ter edições em espanhol, dedicadas aos demais países da América do Sul, entra em crise em 1973. A morte de Chatô expôs algumas deficiências do maior império de comunicação das Américas de então: o personalismo e a desorganização com que ele, mesmo conhecendo profundamente os negócios culturais, administrava suas empresas. Tal modelo não encontrou sucessores na família e começou um lento processo de destruição, deixando de circular em 1975. *Manchete* durou mais tempo. Até hoje ainda é a revista que se manteve no mercado brasileiro durante o maior período: de 1952 até 2000, com a falência do grupo Bloch.

O Cruzeiro e outras revistas pioneiras que deixaram de circular entre os anos 50 e 70 cederam lugar, de acordo com Mira (2001), a publicações mais especializadas, que, em vez de tentarem falar com todos os públicos, sobre todos os assuntos, retomaram o caráter de segmentação e implantaram no mercado brasileiro uma característica das revistas de hoje: a intimidade construída com os leitores, seja por razões ideológicas ou pela escolha de assuntos que se tornaram pauta e que também expressam formas de ver e interagir com o mundo.

3.2 O Discurso

Como o item a seguir se propõe a contextualizar e a analisar o discurso das biografias produzidas por *Caros Amigos*, antes de continuar, uma parada para a discussão do quadro teórico-metodológico aqui adotado. Começemos com uma pergunta: o que é um texto?

Para a Análise de Discurso, parte-se do pressuposto de que o texto não é meramente um conjunto de frases e parágrafos, organizados a partir de princípios de coesão e coerência. É mais do que isso: é a materialização de uma prática de textualização determinada histórica e ideologicamente. Esse espaço da manifestação pode, assim, ser entendido como um estado do processo de produção e de circulação de sentidos. O texto é discurso, ou seja, efeito de sentido entre locutores, entre os que participam do processo. Para a Análise de Discurso, o texto não precisa, sequer, ter palavras. Pode ser imagem, um som, uma cor. Ele

não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai abrir-se, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras [...]. Isso mostra, por sua vez, a relação da língua com a história, que não é perfeitamente articulada, resultando de um jogo da língua sobre a própria língua, face à sua inscrição na história. (ORLANDI, 2008, p. 64).

A Análise de Discurso parte da não literalidade da língua e, por isso, o texto não é analisado do ponto de vista gramatical ou como um conjunto articulado de parágrafos. Se algum elemento da gramática salta aos olhos, a relação que se busca não é na esfera morfossintática, mas, sim, em relação à produção de sentido de acordo com as condições de produção daquele texto. Como cada palavra significa? A aparição de um termo, em detrimento (esquecimento) do outro, quais sentidos produz e como demarca a ideologia? Essas são algumas perguntas que a Análise de Discurso coloca. Como diz Orlandi (2008, p. 129),

a textualização, a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político. Em todo dizer, há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma relação significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário.

A concepção de discurso, nesses termos, por si só, derruba qualquer possibilidade de existência de objetividade, como queriam os teóricos do Positivismo e a maioria dos autores das técnicas clássicas do Jornalismo, às quais a vertente literária se opõe. Se as relações se fazem por meio da linguagem e se ela é determinada por condições de caráter ideológico e político, não é possível separá-la de tais determinações. Toda produção discursiva produz sentidos “por” e “para” sujeitos.

A linguagem é, pois, o território da incompletude. O homem aprende a ler o mundo por meio dos discursos com os quais entra em contato e, depois de assimilá-los, eles são reproduzidos consciente ou inconscientemente. O discurso, portanto, é mais o lugar da reformulação do que da criação e da autonomia do sujeito. O indivíduo só tem acesso à parte do que diz. Não é sem razão, portanto, que a Análise de Discurso se estrutura teoricamente pela articulação da Linguística, da História e da Psicanálise.

Se, como retomado, “em todo dizer há confronto do simbólico com o político”, é importante lembrar que o conceito de ideologia, empregado pela Análise de Discurso não condiz com o sentido restrito da palavra como sendo as concepções de mundo de alguém. A discussão se inicia na posição marxista, embora vá se construir, em Pêcheux (1975), como um conceito diferente, a partir de releituras feitas de outros teóricos, notadamente Louis Althusser (1918-1990). Na Análise de Discurso, diferentemente da *Ideologia Alemã* de Marx, a ideologia não é compreendida como falsa consciência ou distorção-inversão da realidade.

Althusser ([1952] 1980) compreende a ideologia como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, [1952] 1980, p. 77) e à medida que ela interpela os indivíduos e os constitui em sujeitos que se reconhecem no seu papel dentro do sistema das relações de produção. Mais à frente, no mesmo texto, Althusser diz que a “natureza imaginária (da relação entre os homens e suas condições reais de vida) fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia” (p. 81).

Pêcheux parte desse ponto e mostra como a ideologia tem papel no processo de interdição dos sentidos. A partir das condições de produção, o indivíduo não está livre para escolher deliberadamente o que enuncia. O falar está afetado, indissociavelmente, ao todo complexo das formações discursivas (PÊCHEUX, 1975). O interdiscurso, assim, foi sendo construído a partir também das relações de poder, assumidas ou não pelo sujeito. Pêcheux mostra, então, que o caráter material do sentido só é possível porque “a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe” (1975, p. 146).

Essa materialidade ideológica, segundo o autor, só é factível a partir da materialidade linguística, que aparece nas formações discursivas, ou seja, no que cada sujeito constrói como texto. Como dito na introdução desta dissertação, Orlandi (1995, p. 9) exemplifica dizendo que, para a Análise de Discurso, “a ideologia não é X, mas o processo de produzir X”. Como faz com que o sujeito produza efeitos de evidência e unidade, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos. Apaga-se a história e os sentidos se instalam, vão sendo percebidos como naturais. Assim, para a Análise de Discurso,

Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. (ORLANDI, 1998, p. 48)

Como todos produzimos sentidos, sempre que estamos diante de um objeto simbólico, seja como produtores ou como receptores, não é possível conceber uma mensagem apenas como uma transmissão de informações, em que alguém diz alguma coisa que será recebida e decodificada por outro. Na verdade, o que ocorre, sempre, é um complexo processo de produção de sentidos, em que são reformulados discursos anteriores, falas definidas pela ideologia, sempre presente, e determinadas pelas condições de produção:

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada. (FOUCAULT, [1966] 1999, p. 16)

A compreensão de um texto, pela Análise de Discurso, não equivale, assim, a decodificar simplesmente o que está escrito ou a interpretar o enunciado, mas será sempre uma tentativa de compreender como os sentidos foram produzidos e a partir de quais posições-sujeito se constituiu o texto, ou dito de outra maneira, quais são os processos discursivos que permitem a formulação na sua forma material.

Compreender o efeito de sentido é partir do pressuposto de que ele não está alocado em lugar nenhum. Não há significação por trás do que se diz, mas apenas produzida nas relações entre os sujeitos e o passado, ou seja, é a inscrição da “língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2008, p. 21). O sentido das palavras está na história, na produção inconsciente de significados, na ideologia, nas condições de produção.

Nesse sentido, importa não só o que foi dito, mas o que está no co-texto e também o que foi “esquecido”. Em relação ao sentido do “esquecimento”, é possível conceber, de acordo com Pêcheux, duas formas distintas. A primeira é da ordem da ideologia: temos a ilusão de estar em nós a origem do que dizemos, mas, na verdade, retomamos sentidos preexistentes, determinados pela história, com as relações de força e com a luta de classes, que configuram a formação social na qual se inscreve o sujeito. Nessa forma de esquecimento, percebe-se como, nem sempre, somos conscientes do que dizemos. O segundo tipo de esquecimento é da ordem da enunciação, ou seja, diz respeito ao fato de que sempre haveria outras formas de dizer, embora nem sempre seja essa uma percepção consciente. Isso produz uma ilusão, a de que o que dizemos só podia ser dito daquele jeito, o que é uma falácia, uma vez que o modo de dizer não se encontra dissociado da história.

Esse conceito está intimamente ligado ao de silêncio (ORLANDI, 1993), ou seja, todo dizer apaga, necessariamente, outras formas possíveis de enunciar. Identificar quais são essas formas é passo importante na compreensão dos sentidos produzidos pelos textos a serem analisados. É nesse cenário que se propõe a análise a seguir e, na trajetória, outras paradas para conceitos não de ainda aparecer adiante.

3.3 A Revista *Caros Amigos* e o Resgate da Imprensa Alternativa Brasileira

A criação da revista *Veja*, em 1968, expõe o surgimento de uma imprensa ainda mais hegemônica do que a existente até então com os *Diários Associados*, de Chateaubriand. Essa nova configuração da mídia brasileira, crescendo muitas vezes com apoio do regime militar (1964-1984), vai continuar fortalecida após a redemocratização: uma imprensa que,

nas mãos de uma minoria, está a serviço de grupos de mídia, anunciantes e do jogo político, inclusive, governamental.

O período que compreende o crescimento de *Veja* e, também, a alteração nos seus propósitos ideológicos, de contrária à favorável ao governo, também foi um período efervescente da chamada imprensa alternativa. Surgida no bojo de jornalistas e intelectuais que queriam fazer valer a liberdade de expressão e criar um espaço de crítica ao modelo ditatorial, entre 1964 e 1980, de acordo com Kucinski (1991), surgiram cerca de 150 jornais que se contrapunham à imprensa hegemônica. Essas publicações

tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período de tempo em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de uma escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p. XIII)

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) situa esse tipo de publicação como aquela que pretende ser independente dos grupos de poder e que mantém um discurso de oposição à mídia majoritária:

Durante o regime militar, existiam dezenas de jornais alternativos. Hoje, em plena democracia, a ditadura de mercado engoliu as publicações, enquanto as grandes redes de TV e os jornais ligados a poderosos grupos de mídia receberam empréstimos superfacilitados do BNDES. Quando era Ministro das Comunicações, o [Luís] Gushiken foi muito claro com os representantes dos veículos *Brasil de Fato*, *Caros Amigos*, *Correio da Cidadania* e *Reportagem*, que foram pedir anúncios do Governo Federal em 2002: “Se quiserem publicidade, devem apoiar o Governo!”. (LOLLO, apud MARQUES, 2005, p. 1)

Caros Amigos chegou às bancas em abril de 1997, sob a direção do jornalista Sérgio de Souza – que se manteve no cargo até 2008, quando morreu aos 74 anos. A publicação, nos últimos cinco anos, de acordo com a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), circula com 40 mil exemplares mensais.

Bicudo (2004) explica que a revista surgiu de uma conversa entre Sérgio de Souza e José Carlos Marão, que trabalharam juntos na fundação e na primeira fase da revista *Realidade*. Aos dois, se juntaram nomes de reconhecimento no jornalismo brasileiro, como Alberto Dines, Mathew Shirts e Roberto Freire. Estava fundada, numa casa amarela (o que daria nome à editora responsável pela publicação), aquela que, na visão de Bicudo (2004), veio resgatar a proposta de uma imprensa alternativa no Brasil. Para ele, a revista é uma

recriação criativa, inovadora e recontextualizada das experiências e propostas consagradas na década de 70 [...]. É atualmente a grande representante dessa vertente, na medida em que recupera a função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico (PEREIRA FILHO, 2004, p. 29).

Caros Amigos e as publicações especiais são os únicos produtos da editora Casa Amarela. Entre os produtos não periódicos e que serviram como encartes da *Caros Amigos*, embora possam ser adquiridos de uma só vez, ao final da publicação das séries, estão duas coleções de biografias, todas no mesmo padrão gráfico-editorial: “Grandes Cientistas Brasileiros” (2009/2010) e “Rebeldes Brasileiros” (2010), além da coletânea de ensaios “Os Negros” (2008), definida por seus editores como “um paradidático em fascículos”, escrito pelo historiador e jornalista Joel Rufino dos Santos. Há ainda “Ditadura Militar” (2011), que a editora Casa Amarela nomeia como “livro-documento em fascículos”. Com suas publicações, a revista *Caros Amigos* ganhou três prêmios Vladimir Herzog, o mais importante do País na premiação de reportagens sobre Direitos Humanos,

além de conquistar outras três menções honrosas no mesmo concurso. Também já venceu o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos e o Prêmio de Divulgação Científica da Fapitec-Sergipe.

No material de divulgação, a revista se intitula como produtora de jornalismo “independente, crítico e opinativo”. Uma grande diferença em relação a outros veículos está no reconhecimento desse caráter opinativo. A maioria das publicações jornalísticas seria capaz de, em nome do marketing, dizerem-se independentes e críticas, mas não opinativas. O reconhecimento dessa característica já demarca, em *Caros Amigos*, uma posição contrária à grande imprensa. Em seu site, a revista se define da seguinte forma:

A revista *Caros Amigos*, dirigida pelo jornalista Sérgio de Souza, é a resposta editorial aos anseios e necessidades de informação de um público leitor permanentemente preocupado com os rumos de nossa sociedade, da nossa cultura e disposto a influir de alguma forma nesses rumos. Desde seu lançamento [...], a *Caros Amigos* traz as diferentes opiniões e ideias de importantes personagens da vida brasileira, além de reportagens, compondo um amplo quadro dos planos político, social, econômico, cultural, das artes, das ciências e da ética [...]. A linha editorial da *Caros Amigos* sempre trata, em suas matérias e colunas, sobre os mais variados temas, abordados com total liberdade pelos articulistas, além de longas e esclarecedoras entrevistas [...]. A revista conta com profundas reportagens, ensaios sobre questões brasileiras e internacionais, uma página central com instigantes ensaios fotográficos e seções críticas sobre artes, política, comportamento e humor¹¹.

Sérgio de Souza, ao definir a revista como “alternativa”, com a memória do jornalismo do período ditatorial, usava o termo com reservas, conforme entrevista concedida a Bicudo (2004, p. 27-28):

Alternativa, hoje, é toda a imprensa que não pertença aos todo-poderosos de sempre: Globo, Abril, *O Estado*, *Folha*. Daí minha reserva em aceitar o termo para *Caros Amigos*, porque a origem dos alternativos da época da ditadura militar era a resistência à censura da informação. Hoje, teoricamente ao menos, estamos dentro e não sob as instituições. Influências de *Bondinho* e *Realidade*, objetivamente, *Caros Amigos* não

¹¹ Disponível em: www.carosamigos.com.br. Acesso em: 23 abr. 2012.

carrega. É outro tipo de publicação, de estrutura editorial. Talvez subjetivamente sim, quando procura despertar a discussão abordando a realidade com olhar principalmente crítico, quando elege temas de interesse das majorias, quando trata de ouvir pessoas que contribuam para o crescimento do leitor, quando expõe a violação dos direitos humanos, quando se espanta com uma política de privilégios e com um grau de injustiça social aberrante.

As posições de Sérgio de Souza, Achilles Lollo (jornalista italiano que atuou em periódicos contra-hegemônicos em seu país, onde se filiava à extrema esquerda, radicado no Brasil desde o início dos anos 80, quando atuou na fundação do Partido dos Trabalhadores – PT) e Francisco José Bicudo Pereira Filho (autor de uma dissertação de mestrado sobre a *Caros Amigos*) sobre o sentido de ser “alternativo” faz pensar a noção de equívoco da língua, conforme Pêcheux ([1983] 2012), o que permite uma análise do deslocamento de sentidos produzidos por essa palavra no decorrer da história recente do Brasil. Para Pêcheux ([1983] 2012), as palavras não têm sentido preso à sua literalidade. O sentido é sempre dado nas relações, na tomada de uma palavra por outra, na transferência (metáfora). Em consequência disso, o sentido está sujeito ao equívoco, ou seja, “todo enunciado é intrinsecamente susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 53).

De posse dessa informação sobre a opacidade e o equívoco característico da linguagem, analisemos os trechos anteriores, em que a palavra “alternativa” aparece. Se, num dado momento, durante a Ditadura Militar, o sentido da palavra “alternativo” remetia à resistência à censura da informação, hoje, noutro momento histórico, o “alternativo” está dentro da própria instituição governamental, por meio dos contratos publicitários. Assim, a característica de “alternativa” coloca-se no processo histórico no qual a palavra é produzida, afinal, como mostrou Achilles Lollo, se as publicações “quiserem publicidade, devem apoiar o Governo!”.

Publicar material com chancela do governo, como foi o caso da coletânea “Grandes Cientistas Brasileiros”, como exposto no item a seguir, ao mesmo tempo em que confere credibilidade ao material, já que aparece como legitimado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, faz com que a revista produza outro sentido para o “alternativo”. O alternativo, na verdade, agora, faz-se pela possibilidade de elaborar biografias (gênero não preso à noção de factualidade, fundamento do Jornalismo), da escolha dos personagens e por se vincular a um governo (Luís Inácio Lula da Silva, do PT) que chegou ao poder como “nova opção”, depois de uma política neoliberal de décadas.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, nesse caso, serve como uma chancela de que as biografias que ali estão reunidas têm utilidade pública. Não é possível desconsiderar ainda que esse tipo de parceria, em razão do caráter exemplar que as biografias assumem e o didatismo presente na proposta da coleção, acabam indicando modelos de cidadãos e de cientistas a serem seguidos pelos brasileiros, principalmente, por aqueles que podem entrar em contato com esse material de forma didática, nas escolas.

3.4 Da Divulgação Científica em Revistas à Coleção “Grandes Cientistas”

Quando foi colocar no mercado *Realidade*, a editora Abril encomendou uma pesquisa sobre os assuntos que o brasileiro gostaria de ver numa nova publicação jornalística. Nos anos 1960, eis que o resultado apontou, entre outros, Ciência. De acordo com Mira (2001, p. 72), os assuntos que mais interessavam variavam de acordo com a classe social, o sexo e a idade, mas eram de “interesse mais geral matérias sobre Ciência e progresso, grandes problemas brasileiros e assuntos relativos ao sexo e à educação sexual”.

Convém lembrar que, assim como hoje, o conceito de Jornalismo Científico utilizado pelos veículos de comunicação, na maioria das vezes, estava relacionado à cobertura de

temáticas ligadas à área da tecnologia ou das chamadas Ciências Naturais, o que ajuda a entender o que a revista pretendia colocar na sua editoria científica. Além disso, é importante que sejam analisadas as condições de produção dessas preferências.

O Brasil vivia, nesse período, um surto desenvolvimentista, começado com Juscelino Kubitschek (1902-1976), que pretendia avançar “cinquenta anos em cinco”. Isso auxilia a compreender, novamente, a relação feita no período entre “Ciência” e “tecnologia”, no sentido mais restrito da palavra, ou seja, desenvolvimento de ferramentas, máquinas e informatização. Além disso, chegavam as multinacionais e aumentava a população urbana. O interesse por textos sobre sexualidade também se explica historicamente. A década de 60 é referência como um período de liberalização sexual, com questões até então tabus chegando às rodas de conversa, impulsionadas pelo movimento do feminismo e da contracultura.

Atualmente, com o crescimento da segmentação, fruto de uma estratificação da cultura e de suas dezenas de subdivisões, a divulgação científica no Brasil por meio do Jornalismo é feita em revistas segmentadas/especializadas, em editorias nos grandes jornais e revistas e em sites especializados. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) deu o pontapé inicial nas revistas direcionadas a essa área ao lançar, em 1982, a revista *Ciência Hoje* (bimestral e acadêmica, de início, e, desde 1987, mensal e de divulgação científica). Em 1987, a Abril lançou a *Superinteressante*, voltada para o público infanto-juvenil e marcada pelo enfoque da “curiosidade”. A Editora Globo, em 1990, lançou a *Globo Ciência* (atual *Galileu*, hoje no mesmo estilo da *Superinteressante*). As universidades e as agências de fomento, como a Fapesp, a Faperj e a Fapemig, de um modo geral, mantêm também seus setores de publicações de jornalismo institucional. Por meio de suas assessorias de comunicação, é comum que elas mesmas produzam jornais

ou revistas em que apresentam, ao público universitário e à imprensa, o resultado de suas pesquisas. A divulgação científica nesses periódicos toma, mais notadamente, a forma de notícias, reportagens, entrevistas pingue-pongue, artigos¹² e perfis.

Mesmo não sendo especializada em Ciência, no final de 2009, a revista *Caros Amigos* introduziu um novo gênero, pouquíssimo praticado no setor de divulgação científica na imprensa brasileira, ao produzir, a partir de um contrato publicitário com o Governo Federal, a coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”.

Pela primeira vez, um periódico jornalístico brasileiro lançava uma antologia de biografias com o propósito de divulgar a Ciência feita no país. São comuns suplementos que acompanham as publicações e que contam a história de vida de artistas plásticos (a exemplo da coleção “Grandes Pintores”, da *Folha de S. Paulo*) e de filósofos (a coleção “Os Pensadores”, da Abril). Nesses dois casos, diferente do que acontece na coleção de *Caros Amigos*, os discursos biográficos vieram seguidos de textos escritos pelos próprios biografados, como na coleção da Abril, ou, no caso da citada coleção da *Folha*, de fac-símile de suas pinturas.

A coletânea “Grandes cientistas Brasileiros” foi publicada em 12 fascículos de 32 páginas, contendo duas biografias cada um. As publicações chegaram às bancas a partir do dia 6 de dezembro de 2009 e seguiram até a primeira quinzena de novembro de 2010. A cada mês, um novo fascículo estava à venda e podia ser adquirido por mais R\$ 8,90, além do preço pago pela revista. No oitavo fascículo, o leitor ganhava uma capa dura para reunir

¹² Cabe a distinção entre o artigo gênero de difusão científica, produzido por pesquisadores com o intuito de apresentar resultados de pesquisas e publicado em anais de congressos e revistas científicas e o artigo gênero jornalístico, que pertence ao campo opinativo e cujo objetivo é a defesa de um ponto de vista.

todas as 384 páginas de biografias de cientistas que juntaria até o final da coleção. O material foi coordenado pelo editor de Casa Amarela, Hamilton Octávio de Souza, e dirigida por Wagner Nabuco de Araújo. Em todas as edições, figurou publicidade governamental, sob a sigla “apoio”, do Ministério da Ciência e da Tecnologia que, inclusive, divulgou em seu site texto do release na íntegra produzido pela revista para divulgar a coletânea. O plano dos fascículos foi o seguinte:

Quadro 1 – Plano da coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”

N.º/Mês de Publicação	Cientistas Biografados	Autores dos textos	Área de atuação dos biografados
I - Dez. 2009	Carlos Chagas e Johanna Döbereiner	Júlio Demanto e Bárbara Mengardo	Medicina/Biologia e Agronomia
II – Jan. 2010	Florestan Fernandes e Cesar Lattes	Bárbara Mengardo e Júlio Demanto	Sociologia e Física
III – Fev. 2010	Milton Santos e Crodowaldo Pavan	Bárbara Mengardo	Geografia e Genética
IV – Mar. 2010	Celso Furtado e Maurício Rocha e Silva	Júlio Demanto e Otávio Nagoya	Economia e Medicina/Farmacologia
V – Abr. 2010	Darcy Ribeiro e Nise da Silveira	Júlio Demanto e Bárbara Mengardo	Antropologia e Psicologia/Psiquiatria
VI – Maio 2010	Mário Schenberg e Gilberto Freyre	Júlio Demanto e Otávio Nagoya	Astronomia e Antropologia
VII – Jun. 2010	Adolpho Lutz e Paulo Freire	Otávio Nagoya e Bárbara Mengardo	Medicina/Biologia e Pedagogia
VIII – Jul. 2010	Sérgio Buarque de Holanda e Fritz Feigl	Júlio Demanto e Bárbara Mengardo	História e Química
IX – Ago. 2010	Luís da Câmara Cascudo e Graziela M. Barroso	Otávio Nagoya e Débora Prado	Sociologia/História e Biologia/Botânica
X - Set 2010	Oswaldo Cruz e Anísio Teixeira	Bárbara Mengardo e Débora Prado	Medicina/Biologia e Pedagogia
XI – Out. 2010	Josué de Castro e Henrique Morize	Otávio Nagoya e Bárbara Mengardo	Geografia e Física/Meteorologia
XII – Nov. 2010	Vital Brazil e José Bonifácio	Júlio Demanto e Otávio Nagoya	Medicina/Biologia e Mineralogia

À primeira vista, a antologia lembra a concepção gráfica de uma enciclopédia. Não à toa, a própria *Caros Amigos*, em materiais de divulgação publicados nas edições que antecederam o primeiro fascículo e em seu site, dizia que a coleção era uma “obra de referência”: “Os 12 fascículos mensais, 32 páginas coloridas a cada edição, formam ao

final uma **obra de referência** de 384 páginas. A capa dura especial, gratuita, vem no oitavo fascículo” (CAROS AMIGOS, 2009, p. 1, grifo meu).

Antes de refletir sobre esse trecho, vale lembrar que todo discurso é, naturalmente, oriundo de outros. A isso, Pêcheux (1975) chamou de interdiscurso. “Toda formação discursiva dissimula pela transparência de sentido que nela se constitui sua dependência com relação ao todo complexo dominante das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975, p. 162).

A memória, portanto, apareça ela de forma consciente ou não, faz parte da produção do discurso. O interdiscurso, assim, é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente [...], o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2009, p.31). Por essa razão, é impossível analisar um discurso como um simples texto, pois sempre será preciso, referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir das condições de produção.

A utilização do termo “obra de referência” e a concepção gráfica do fascículo indicam o propósito de a coleção encontrar espaço nas estantes entre as enciclopédias e os dicionários. As imagens e a presença desse tipo de livro nas bibliotecas, o seu caráter prático, de credibilidade, permitindo consulta didática e rápida sempre que necessária, se constituem como um interdiscurso desse enunciado. É nesse formato de “obra de referência” que a coleção continua sendo vendida via *site* da editora Casa Amarela. Mais de dois anos depois do término da circulação dos fascículos em banca, é possível adquirir desde um único fascículo até toda a coleção já encadernada. Assim, a coletânea poderia ser concebida como um instrumento linguístico, conforme a visão de Aurox (2009). De

acordo com esse autor, dicionários e enciclopédias são tecnologias da escrita e da linguagem que produzem interferência tanto na circulação quanto na própria concepção da escrita ou da temática retratada na obra. Assim, a antologia de *Caros Amigos*, tendo inclusive a chancela governamental, diz respeito não apenas ao leitor, mas principalmente do sujeito da Ciência. Impossível, nesse ponto, não associar essa proposta ao conceito de aparelhos ideológicos do Estado, como definiu Althusser ([1952] 1980). Afinal, aqui já se fazem presentes, pelo menos, o sistema educacional e o sistema político.

A tentativa de figurar como uma “obra de referência” e, portanto, que modeliza o que é ser cientista e fazer Ciência, faz também lembrar Bueno (1985), para quem a divulgação científica se esbarra nos propósitos educacionais. Segundo ele, a prática de divulgar Ciência dá-se em dois níveis: o nível educacional (onde estão os livros didáticos, por exemplo) e o nível jornalístico. No entanto, é importante lembrar que, com mais força a partir de meados dos anos 90, o discurso jornalístico tem sido cada vez mais levado para as salas de aula, por meio da chamada educomunicação. Assim, na contemporaneidade, um texto jornalístico pode muito bem compreender também o propósito educacional. Na coleção aqui analisada, essa finalidade pedagógica também foi valorizada pelos editores:

Com um formato leve e colorido, a coleção é a ideal para professores, alunos, pesquisadores e interessados na história do País. Além da biografia, os fascículos contextualizam a história dos homenageados com fatos do mundo, trazem quadros explicativos, curiosidades e uma entrevista com um especialista da área. No final, tem também uma linha do tempo do personagem e outras publicações relacionadas ao tema para quem quiser estudar mais (CAROS AMIGOS, 2009).

O trecho, atribuído no site da revista simplesmente “à redação” de *Caros Amigos*, busca reforçar positivamente o trabalho da coleção ao dizer que a biografia está contextualizada à história. Ora, seria possível ser diferente? Tem-se a impressão de estar presente, nesse trecho, uma fala que teima em dizer que é possível fazer biografia sem compreender o homem como fruto de sua história e sem estar diretamente relacionado ao seu contexto

de vida. Interessante notar, nesse trecho, a presença da palavra “homenageado”, que carrega a carga e a ideia de genialidade.

Ao dizer que “os fascículos contextualizam a história”, tenta-se negar, por outro lado, um imaginário pré-construído de que haveria um dom natural com que certas figuras escapam às determinações históricas. A concepção de “dom” está presente, inclusive, nas falas corriqueiras com que se refere a pessoas que, em algum aspecto de sua vida, têm uma trajetória que foge ao que a maioria compreende como banal.

Percebe-se também, principalmente, com a utilização do advérbio “além” que a revista aponta essa característica de seu texto como um diferencial. Nas edições, essa preocupação virá por meio de uma diferenciação gráfica. Em todas as biografias, há um quadro, no meio do texto, em que aparece a rubrica “contexto” e o momento histórico no qual o cientista biografado viveu e produziu sua obra é rapidamente retratado.

O didatismo é fortemente valorizado, buscando enfatizar que os professores são um público que a revista quer atingir. Em toda cena de enunciação, a localização do outro com quem se pretende manter o diálogo é decisiva para a análise da produção de sentidos. Assim, de acordo com Arfuch (2010, p. 29), os gêneros discursivos são “agrupamentos marcados constitutivamente pela heterogeneidade e submetidos a constante hibridização no processo de interdiscursividade social, e também a consideração do *outro* como figura determinante de toda interlocução” (grifo no original).

O caráter didático da coleção indica, caso adotado por docentes e escolas, a permanência de muitos conceitos sobre Ciência e cientista que já encontram ressonância na educação brasileira. Assim, vai se produzindo um conjunto de “coisas a saber” (PÊCHEUX, 1975) que o cidadão brasileiro precisa dominar e para as quais precisa ser educado. Em outros termos, será importante na definição do chamado efeito-leitor da

coletânea. Orlandi (2008, p. 151) lembra que “ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade, constituindo assim ao mesmo tempo uma gama de efeitos-leitor correspondente”. No caso, os desdobramentos do texto permitem indicar os trajetos que o leitor de *Caros Amigos* terá para sua convivência com a Ciência, ou seja, no texto, são produzidas imagens ou representações das posições que podem ou não ser ocupadas pelos leitores, interpretando a Ciência, dando significados a ela. “À escrita (formulação) do discurso da divulgação científica corresponde, pois, o efeito-leitor que o institui e que o caracteriza no modo mesmo em que ele se apresenta na circulação dos sentidos em uma formação social dada em sua história” (ORLANDI, 2008, p. 151).

Uma reflexão sobre a nomenclatura. Leitores dessa dissertação que, por ventura, estejam mais ligados aos estudos de Comunicação Jornalística e Marketing poderiam dizer: mas isso corresponde ao conceito de “público alvo”. No entanto, a distinção a ser feita reside no fato de que a noção de público alvo não leva em consideração a produção de sentidos, mas, antes, apenas uma forma de conhecer as expectativas do leitor e dar o que ele espera receber, sem se preocupar com a circulação e a produção de discursos. Para a Análise de Discurso, as condições de produção da leitura perpassam cinco fatores, conforme Orlandi (1998): a) o contexto em que a leitura é feita; b) os objetivos de quem lê; c) o lugar social ocupado por autor e leitor; d) o tipo de discurso e de gênero aos quais pertence o texto; e) as leituras anteriores.

Se o discurso passa pela constituição, pela formulação e pela circulação de sentidos, tão importante quanto a reflexão sobre o efeito-leitor é a concepção de autoria. Orlandi (2012) lembra que Ducrot afirma que há duas funções enunciativas do sujeito: a de locutor, “aquela pela qual ele se representa como eu no discurso” e a de enunciador, “a

perspectiva que esse eu constrói” (p. 102), para depois acrescentar outra função: a de autor, aprofundada a seguir.

3.5 Coletânea, Função-Autor e Produção de Sentidos

Até aqui, as palavras “antologia” e “coletânea” foram usadas como representando o mesmo material e, como mostra a bibliografia especializada, os dois termos podem, *grosso modo*, designar o mesmo tipo de produção editorial.

As palavras “coletânea” ou “coleção” parecem mais adequadas/pertinentes, em razão do valor histórico de que o termo “antologia” está revestido no Brasil. Os suplementos publicados por veículos jornalísticos são tradicionalmente chamados de “coleção”.

A palavra “antologia” é mais utilizada quando se aborda a seleção de textos já canonizados, mais próximo, inclusive, da etimologia do termo, ou seja, “buquê das melhores flores”. É comum se referir à “antologia” quando se pretende nomear um agrupamento de textos, do mesmo ou de autores diferentes, geralmente de reconhecido valor entre os pares ou críticos da área. Claro que é necessário compreender que essa seleção já carrega posições discursivas na avaliação, na compilação e na função.

Serrani (2008) faz um breve retrospecto histórico dos dois termos. Retomando, entre outros, os estudos de Bárbara Mujica e Bárbara Benedict, ela conclui que a utilização de um ou de outro é de ordem histórica¹³. Enquanto corre a busca por qual termo seria o

¹³ Benedict (apud Serrani, 2005) diz que, no século 18, predominavam as coletâneas, organizadas por livreiros que tinham como objetivo apresentar as novidades. No final do mesmo século, já são mais comuns as antologias, que seguiam levantamento histórico e eram montadas por homens de “letras prestigiosos” (SERRANI, 2005, p. 271). Mujica (apud Serrani, 2005, p. 271) expõe que uma “coletânea convida a leituras breves e desconexas, uma antologia convida a estudo prolongado”.

mais preciso, resta dizer que, independente da nomeação, essas compilações são construções discursivas que muito podem dizer sobre o tema que abordam.

É interessante como a não especialização em Ciência, mas a posição política muito bem definida desde o início da circulação da revista criaram alguns critérios de seleção de quem seriam os cientistas com direito a figurarem entre os “grandes” da coleção de *Caros Amigos*. O release de divulgação do material informava apenas que “a seleção dos cientistas foi feita de forma conjunta, entre os editores da coletânea e representantes do Ministério da Ciência e da Tecnologia”.

Os critérios, apesar de não claramente expostos, revelam-se numa análise, como será feito a seguir, e servem não só para uma primeira visão sobre o que a revista concebe por “Ciência”, como também por “biografia”. Embora os textos tenham sido escritos por jornalistas diferentes – ao todo, foram quatro autores que se dividiram nas 24 biografias – quem desempenha o que a Análise de Discurso denomina de “função-autor” da coleção é a revista *Caros Amigos*.

Os estudos do discurso têm debatido duas concepções de autor: uma de Foucault, originária do texto “O que é um autor”, de 1969, e a concepção de Orlandi, a partir de diversos textos, entre eles o intitulado de forma provocadora como “Nem escritor, nem sujeito: apenas autor”, de 1987. No uso popular, autor é sinônimo de escritor e é por isso que esse texto chama a atenção pelo seu título, ao esclarecer que, para a Análise de Discurso, o autor não é necessariamente aquele que “escreve”.

Para compreender essa concepção, convém lembrar o que Pêcheux (1975) chama de forma-sujeito. A partir do pressuposto de que “toda prática discursiva está inscrita no

complexo contraditório-desigual-sobredeterminado de formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 1975, p. 213) e de que não existe prática sem sujeito, Pêcheux indica o desdobramento entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal”. É pela “forma-sujeito” que o sujeito do discurso se inscreve numa determinada formação discursiva, com a qual ele se constitui. No movimento que o sujeito promove de incorporação e dissimulação dos saberes, ele produz o efeito de unidade.

Isso ajuda a compreender como a linguagem, com todos os seus efeitos de sentido, construções históricas e ideologia, é dada socialmente e o autor é tomado por ela. Quem escreve delimita, agrega os discursos, ou seja, a relação com a linguagem é constituída pela ilusão de que se é a fonte do que se diz, quando, na verdade, se retomam sentidos e dizeres. Não se pode deixar de reconhecer, no entanto, o discurso como um acontecimento, tanto do ponto de vista de Foucault ([1969] 2009) quanto de Pêcheux ([1983] 2012), que destacam que todo enunciado pode produzir, pelo acontecimento de sua aparição, deslocamentos, rupturas, emergências de sentidos outros e novos:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX [1983], 2012, p. 56)

O sujeito é constitutivo da linguagem e está inscrito na história, de modo que sua relação com a língua não pode ser compreendida como condicionada pela consciência e domínio dos sentidos. O autor é uma condição do sujeito, na relação com a história e a linguagem,

tornando-se um foco de coerência para os enunciados. Pela relação do texto com outros sentidos, outros “já-ditos”, o interdiscurso, o sujeito se torna autor ou leitor de um texto.

Para Foucault ([1969], 2009), a função-autor é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de *alguns discursos* dentro da sociedade” (FOUCAULT, [1969] 2009, p. 275, grifo meu). O filósofo francês explica que, historicamente, os textos passaram a prescindir de um autor, à medida que os discursos se tornavam transgressores, facilitando, assim, uma futura punição. Na Antiguidade, muitas narrativas foram colocadas em circulação sem a necessidade de um nome de autor, o que fez, inclusive, com que muitas chegassem até nosso tempo sem a certeza de quem as teria lavrado. Os textos científicos, como os tratados de Medicina, no entanto, precisavam tê-lo, para conferir-lhes validade. Nos séculos XVII e XVIII, os mesmos textos científicos passaram a ter valor menos em função do nome do autor que os acompanhava e mais pela sua ligação com um conjunto de “verdades” demonstráveis. O princípio de autoria foucaultiano estabelece que o autor é um princípio de agrupamento do discurso, que dá unidade e origem de significações. O nome de autor, nesse caso, serve tanto para designar ou identificar quanto como um princípio de classificação. Os nomes de autor

servem para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (FOUCAULT, [1969] 2009, p. 278)

Nessa concepção, o funcionamento da autoria está pautado pela legitimação. Para Foucault, há textos que circulam socialmente que não estão afetados pelo nome do autor, como é o caso de panfletos, notícias de jornal (raramente se fala da “reportagem de fulano”, mas, sim, da “reportagem de tal veículo”). Há, no entanto, como diz Lagazzi-

Rodrigues (2010, p. 92), uma “brecha na discussão de Foucault, que permitiu a expansão da noção de autoria”, feita por Orlandi:

Em meu trabalho, desloquei essa noção de modo a considerar, à diferença de Foucault, que a unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria. Dessa maneira, atribuímos um alcance maior e que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Em outras palavras: **um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele.** (ORLANDI, 2009, p. 75, grifo meu).

A posição de Orlandi (2009) é, portanto, mais ampla: todo e qualquer texto (oral, escrito, visual etc.) funciona a partir das determinações de uma função-autor, inclusive aqueles que circulam sem autoria atribuída ou demonstrada. Mesmo quando alguém conta uma piada, um provérbio ou outro tipo de texto que circula de forma anônima, a função-autor, para Orlandi, está em funcionamento, assumindo a unidade, a coerência e a responsabilidade pelo dizer:

Diríamos que o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela, são mais visíveis os procedimentos disciplinares. (ORLANDI, [1987] 2012, p. 103)

Socialmente, quando um texto circula associado a um autor (no nosso caso, a uma revista) basta para que sua existência já chegue carregada de significados e posições para os leitores. Também é importante lembrar que a função-autor muda conforme as condições históricas e é intrínseca aos gêneros discursivos.

O nome *Caros Amigos*, portanto, tem um funcionamento e não poderia ser modificado por *Veja*, *Isto É*, *Pasquim* ou qualquer outro, pois tem um papel que delimita seus tetos, caracteriza um modo de ser e se opõe a outras publicações. A função-autor é uma característica do modo de existência na sociedade.

Produzir sobre a guarda de uma revista traz reflexos no modo de se gerarem sentidos e também no modo como os jornalistas vão elaborar seus textos. A unicidade de estilo nos textos, além de retomar o velho paradigma de um jeito de escrever que seria próprio do Jornalismo, baseado na objetividade e no falar para um grande número de pessoas ao mesmo tempo, também reforça a ideia de coletânea. Os textos podem ser lidos seguindo as mesmas marcas discursivas. Assim, a função-autor pode ser notada em vários momentos. Começemos com a escolha dos nomes que mereceram o epíteto de “grandes cientistas”.

A seleção dos 24 nomes que compuseram a coleção teve como critério, facilmente identificável, o já falecimento dos cientistas biografados. Todos estavam mortos há pelo menos dez meses, caso de Crodowaldo Pavan, do fascículo número 3. Todos também viveram a maior parte de suas vidas no século XX, com exceção de José Bonifácio (1763-1838), o patriarca da independência brasileira, que tem sua vertente de mineralogista abordada pela coleção no último dos fascículos.

A escolha por cientista mortos faz emergir um interdiscurso, bastante comum e repetido por vários biógrafos consagrados, embora sem nenhuma equivalência na teoria sobre o que seria uma biografia: comumente, como mostram alguns depoimentos a seguir, jornalistas ouvem dizer que o bom biografado é aquele que está morto. Há algumas justificativas para isso.

Biografados mortos dão aos autores mais liberdade, já que os biógrafos não contam com o balizamento da pessoa sobre quem escrevem. Os influenciadores, nesse caso, se

resumem aos familiares e amigos, os chamados guardiões da memória (VILAS BOAS, 2002; ARFUCH, 2010).

Sobre esse assunto, um dos principais biógrafos brasileiros, Ruy Castro, após ter encontrado vários problemas com biografados e familiares que entraram na Justiça em nome da “memória” de pessoas como Mané Garrincha, o jogador de futebol biografado em “Estrela Solitária”, de 1995, se posiciona da seguinte forma:

O biografado morto é mais confiável. O vivo talvez não faça por mal, mas vai mentir sobre si mesmo. Pior, obrigará seus amigos a mentir. [...] Se for me meter em outra biografia, já decidi: meu biografado não poderá ter parente ou herdeiros por lado nenhum. Para isto, terá de ser, se possível, filho único, órfão, solteirão, estéril e brocha. (CASTRO, 2008, p. 96-97)

A busca por “uma verdade” menos discutível e mais assertiva, perseguida pelo Jornalismo e pelos historiadores, com menos influências externas, está nessa fala de Ruy Castro que, por outro lado, deixa de considerar que “contar a história de uma vida é dar vida a essa história” (ARFUCH, 2010, p. 44). Jogar o discurso sobre a vida de alguém para a leitura é dar-se sempre ao jogo de significações, leituras que levarão em conta interesses diferenciados, subjetividades e expectativas latentes.

Fernando Morais, biógrafo dos já mortos Olga Benário e Assis Chateaubriand, além de um vivo, Paulo Coelho, também já se posicionou sobre o assunto. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* (2012, p. E4), afirmou: “Imagina alguém ter feito a biografia do senador Demóstenes Torres e publicado no dia 28 de fevereiro. No dia 29 prendem o [Carlinhos] Cachoeira. Você ia ter que mudar de profissão!”.¹⁴ A ideia de escrever sobre mortos reduz

¹⁴ O autor refere-se ao escândalo político que, em março de 2012, trouxe a público que o senador Demóstenes Torres tinha ligações com Carlinhos Cachoeira, ligado à máfia dos caça-níqueis, que garantia trocas e benefícios com o governo federal.

a possibilidade de descobertas posteriores que possam prejudicar a imagem, quase sempre idolatrada, que se cria dos biografados.

Essa preocupação com a “realidade” única e uniformizada é efeito de pré-construído oriundo do jornalismo positivista, baluarte da verdade e que tem importância na formação dos discursos sobre biografia e desconsideram a linguagem nas suas determinações estruturais históricas.

No fundo, essa “verdade”, embora isso pareça contraditório, nada mais é do que uma “ficção”. Quéré (1982, p.154) lembra que o discurso jornalístico se constitui no binômio “ciência-ficção”, uma vez que, ao mesmo tempo, em que busca um modelo de veracidade semelhante ao da Ciência, apresenta-se por meio da forma narrativa, notadamente de estrutura ficcional:

Le pouvoir des media n'est pas un pouvoir parmi d'autres, positionné dans un univers d'intérêts et de rapport de forces. Il réside dans leur rôle de foundation. Il est corrélatif de leur fonctionnement comme supports pratiques d'un mode historique d'objectivation de la médiation symbolique constitutive d'un système socio-culturel. Il est lié à la production narrative qu'ils organisent¹⁵.

Na sequência, Quéré (1982, p. 159) explica que o Jornalismo adota, na prática, estratégias mais próximas do conceito de verossimilhança: “Ne pouvant s'installer dans le domaine du vrai. L'écriture journalistique constitue du vraisemblable en recourant à la fiction”¹⁶. Assim, a busca pela “verdade” se torna mais fácil quando a história de vida de

¹⁵ Em tradução livre: “O poder da mídia não é um entre outros, posicionados num universo de relações e interesses e relações de força. Ele reside numa outra base. Ele é correlato ao seu funcionamento como suporte prático de um modo histórico de objetivação da mediação simbólica, que se constitui como um sistema sociocultural. Ele está ligado à produção narrativa que eles organizam”.

¹⁶ Não pode instalar o discurso do jornalismo na área da verdade. A escrita jornalística se constitui como verossimilhança, em consonância à ficção.

alguém já está finalizada. Ela é menos sujeita a reviravoltas e redescobertas, embora, saiba-se, elas sempre poderão ocorrer. A morte, nesse caso, também produz uma unidade imaginária, principalmente em textos narrativos, e passa a representar o fecho de uma trajetória. Essa concepção de contar a história toda de alguém faz parte das representações imaginárias dos biógrafos, como se percebe na discussão do primeiro capítulo e pelos recortes apresentados há pouco das falas de Ruy Castro e Fernando Morais.

3.6 Função-Autor e Interdiscurso em Funcionamento nas Biografias

Dos critérios de seleção ao texto das biografias. Para efeito de análise, feitas essas primeiras ponderações da coletânea como um todo, serão analisados os efeitos de sentido produzidos em dez das 24 biografias publicadas na coleção “Grandes Cientistas”.

A escolha desse número deu-se a partir da observação de três critérios:

1. Ter, ao final, a mesma quantidade de cientistas da área de Ciências Humanas e das Ciências Naturais (cinco para cada);
2. Analisar os fascículos na íntegra;
3. Incluir, na análise, a diversidade racial e de gênero, dada a importância dessas questões na estrutura social brasileira, o que permitirá perceber também a sua influência nos discursos sobre ciência e cientista.

Assim, os textos analisados são as biografias:

Na área de Ciências Naturais - Carlos Chagas (fasc.1), Johana Döbereiner (fasc.1), Cesar Lattes (fasc.2) Crodowaldo Pavan (fasc.3) e Graziela Barroso (fasc.9). Na área de Ciências Humanas - Florestan Fernandes (fasc.2), Milton Santos (fasc.3), Darcy Ribeiro (fasc.5), Nise da Silveira (fasc.5) e Câmara Cascudo (fasc.9).

Selecionamos, a seguir, como recorte, os dois primeiros parágrafos dos textos das biografias em análise que exercem o papel de lide e sublide, o que traz várias considerações sobre a função-autor e o interdiscurso, como se explica após os fragmentos:

- A) Quando o médico sanitário Carlos Chagas descobriu a presença do parasita *Trypanosoma cruzi* no sangue de uma pessoa, em 14 de abril de 1909, dava os passos finais não só para uma descoberta fundamental para a saúde como também realizava um fato único na história da medicina: pela primeira vez o mesmo pesquisador descobria o agente de uma doença, seu vetor (no caso um inseto transmissor) e ainda descrevia a moléstia por ele causada – isso com menos de trinta anos e cerca de cinco anos após ter se formado. Triplo feito – ou quádruplo – se considerarmos que Chagas também tratou dos primeiros pacientes da doença que descobriu.

A façanha, que completa um século neste ano de 2009, colocou-o definitivamente na história da ciência brasileira e mundial. Nas palavras do seu futuro mentor, o também médico sanitário Oswaldo Cruz, “nunca nos domínios das pesquisas biológicas se tinha feito um descobrimento tão complexo e brilhante”. (p. 3-4)

- B) Após a 2ª Guerra Mundial, a necessidade de produzir alimentos em larga escala engendrou processos que aumentaram de forma expressiva a produção agrícola com o uso de fertilizantes, sementes selecionadas, pesticidas, irrigação e mecanização, geralmente para cultivar uma única espécie em grandes extensões de terra, a monocultura. Esse aparato sustentava a chamada revolução verde. Corria 1950.

Foi quando desembarcou no Brasil, vinda da Alemanha, a agrônoma Johanna Döbereiner, cientista que mudaria os rumos da agricultura, indo contra todos os princípios da dita revolução liderada pelos Estados Unidos. (p. 17)

- C) Dona Maria Fernandes, uma portuguesa que veio para o Brasil com apenas 13 anos para trabalhar nas lavouras do interior de São Paulo, casou-se cedo. Ainda adolescente foi prometida para um colono português, mas o casamento durou pouco: em 1918, o marido morreu de “gripe espanhola”, doença que assolou o país após o final da 1ª Guerra Mundial.

Desamparada, Maria vai para a capital, onde tornou-se empregada doméstica. Em uma das casas em que trabalha, se envolve com outro empregado e engravida. Abandona o serviço sem noticiar o pai sobre a gravidez. Consegue outro emprego, também como doméstica, em casa de classe média na região do Brás, bairro em fase de rápida industrialização no começo do século passado, ocupado principalmente por imigrantes, que vinham para o Brasil trabalhar nas indústrias e plantações de café. (p. 35)

- D) Em meados dos anos 1930 a principal questão com que se deparava a Física nuclear era sobre o que fazia o núcleo do átomo se manter

coesos, uma vez que era formado por nêutrons (carga neutra) e prótons (carga positiva), e estes deveriam se repelir por força elétrica. Foi o japonês Hideki Yukawa quem melhor resolveu teoricamente o problema, ao supor que deveria haver alguma outra partícula compondo o núcleo, que funcionasse como uma “cola”, impedindo prótons e nêutrons de se repelirem. A esta partícula hipotética Yukawa deu o nome de “méson”. Faltava, no entanto, a comprovação de sua existência, para a qual foi fundamental o trabalho de um jovem físico brasileiro, César Lattes.

A hipótese da existência do núcleo atômico fora proposta em 1911, a partir de experimentos cuidadosos, pelo neozelandês Ernest Rutherford, ganhador do Prêmio Nobel de Química em 1908. Ele desenvolveu a concepção de que em todo átomo há um núcleo, onde se concentram as cargas positivas e grande parte da massa atômica, ao redor do qual gravitam os elétrons. (p. 49-50)

- E) Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, que governou enfrentando forte oposição. Sete anos depois, ainda no poder, anunciaria pelo rádio a implantação do Estado Novo: o Congresso Nacional foi então fechado e uma nova Constituição se impôs sobre os cidadãos. Começava o primeiro período ditatorial pelo qual o país passaria, com prisões, torturas e perseguições a todos que lutavam contra a posteriormente chamada “Era Vargas”.

A repressão, no entanto, chegou com menos força na Bahia, estado que acabou se tornando um ambiente de grande movimentação de intelectuais de tendências marxistas, como Mario Alves, Carlos Marighella e Jacob Gorender. O geógrafo Milton Santos, que viveu sua juventude nesse contexto, não escapou de tais influências e lentamente foi se afeiçoando ao pensamento de esquerda, apesar de nunca ter, ao longo de sua vida, filiado-se a algum partido político. (p. 67)

- F) As épocas de grande desenvolvimento da ciência costumam ser marcadas por aqueles pesquisadores que se destacam não apenas por suas descobertas, mas também pelo talento especial em explicá-las de modo compreensível para a sociedade em geral, que, dessa forma, pode também participar dos avanços do conhecimento. O geneticista Crodowaldo Pavan foi um desses grandes nomes da popularização científica brasileira e tinha paixão por esse trabalho, como explica a pesquisadora Glória Kreinz, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), uma de suas parceiras mais assíduas em seus últimos anos de vida.

“Podemos avaliar a seriedade com que Pavan pensava na divulgação [científica] pelo fato de ele ter comparecido a um evento inaugurado na Estação Ciência logo após assistir à missa de sétimo dia de sua mulher, Maria de Lourdes Pavan, em 1988”, conta Glória. A Estação Ciência, na capital paulista, é um grande espaço dedicado à democratização do conhecimento. Visitado por mais de 400 mil pessoas anualmente, é considerado um dos principais legados que o geneticista deixou à popularização da ciência brasileira. (p. 81-82)

- G) “Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não

consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

Quem não conhece a trajetória do antropólogo Darcy Ribeiro – autor da frase, pronunciada ao receber o título de Doutor Honoris Causa, da Universidade de Sorbonne, na França, em 1979 – pode pensar que ela exprime apenas frustração. Mas seu sentido é político, de reafirmação dos ideais que o cientista defendeu e trabalhou para concretizar e disseminar entre os brasileiros. (p. 131-132)

- H) “Nise da Silveira era, acima de tudo, uma revolucionária”. A frase do jornalista Bernardo Carneiro Horta define com exatidão essa psiquiatra que, contrariando o molde vigente à sua época, no início do século XX, conseguiu modificar a maneira como se tratavam os portadores de doenças mentais.

A psiquiatra Nise da Silveira foi pioneira em tudo o que fez. Primeira mulher a se formar em medicina na Bahia; primeira a introduzir atividades artísticas, como pintura e colagem, no tratamento de esquizofrênicos no Brasil; primeira a fundar um hospital-dia, no qual o doente pode dormir em casa. (p. 145)

- I) O escritor Luís da Câmara Cascudo é um dos intelectuais mais importantes do Rio Grande do Norte. Conhecido principalmente por sua pesquisa sobre o folclore brasileiro, Câmara Cascudo foi um estudioso e observador da cultura brasileira. Suas obras reúnem temáticas amplas, que ultrapassam o folclore, como pequenos detalhes do cotidiano, costumes, modos de falar e vestir, superstições e até hábitos alimentares.

Cascudo foi sociólogo, professor, escritor, jornalista e historiador, porém sabia exatamente como se definir: “faço questão de ser tratado por esse vocábulo que tanto amei: professor. Os jornais, na melhor ou na pior das intenções, me chamam de folclorista. Folclorista é a puta que os pariu. Eu sou professor. Até hoje minha casa é cheia de rapazes me perguntando, me consultando”, afirmou Câmara Cascudo no programa *Depoimento TV Cultura – Cascudo*, exibido em 1978, pela TV Cultura. (p. 259-260)

- J) Não foram poucos os motivos que deram à Graziela Maciel Barroso “a fama de primeira-dama da botânica brasileira”. A pesquisadora rompeu barreiras sociais e foi a primeira mulher de sua época a trabalhar no ramo, tornando-se referência na área de sistemática de plantas, antes mesmo de ter uma graduação ou qualquer título acadêmico. Em seus mais de 50 anos de carreira, dedicou-se a descobrir e esquematizar diversos tipos de vegetais de diferentes regiões do Brasil, e também a formar centenas de estudantes e pesquisadores para a trilha de estudo que ela ajudou a abrir e consolidar.

Seu nome foi emprestado para três gêneros, cerca de 25 espécies de plantas e ao prédio de botânica sistemática do Jardim Botânico, onde passou a maior parte de sua carreira. Autora de mais de 65 artigos científicos, além de muitas descobertas, Graziela deixou dois livros para as próximas gerações de biólogos: *Sistemáticas das*

Embora, pelo formato não periódico dos textos da coletânea, a preocupação com a humanização dos biografados e o não rigor no seguimento da técnica do lide foram usadas por “Grandes Cientistas Brasileiros”, nesses trechos, a formação do jornalista a partir da técnica da pirâmide invertida mostra-se como interdiscurso que afeta sua prática de escrita.

Os jornalistas (e todos os jornalistas contratados pela revista para esse projeto são formados em cursos superiores na área) aprendem desde cedo que o primeiro parágrafo deve trazer a informação. Até quando fala de textos com mais liberdade estilística, para as chamadas “reportagens não factuais”, os manuais de redação, como da *Folha de S. Paulo*, e d`*O Estado de S. Paulo* – considerados como modelos – falam da necessidade de apresentar ao leitor o fato de que se fala logo no início do texto, sem delongas, o que seria estratégia da Literatura. Isso demonstra que, mesmo a biografia sendo um texto possível de liberdade estética, a memória do lide e das exigências da redação fazem-se presentes como interdiscurso nos gêneros jornalísticos, sejam quais forem eles. Rossi (1991, p. 33), embora reconheça a necessidade de originalidade, lembra que a “não padronização não deve ser sinônimo de busca obsessiva da originalidade. A função de um jornal ou de qualquer publicação não é apresentar textos de grande originalidade, mas simplesmente apresentar bons textos, com muita informação e rigorosa exatidão”.

Rossi (1991) mostra que, historicamente, a padronização de repórteres e redatores transformou esses profissionais em especialistas de uma técnica. Assim, ao escrever o texto, a estrutura da biografia mostra que “o lide, formalizado pelos norte-americanos ainda no século passado, passou a se constituir um traço importante de motivação para o

produto/notícia, para agarrar o consumidor no contato imediato” (MEDINA, 1988, p. 135). Zanotti (1999, p. 19) diz que o lide “obriga o autor a trocar a ordem cronológica do acontecimento, típica da literatura, pela ordem psicológica, tendo como vista chamar o leitor para o consumo da informação jornalística”.

Em todos os recortes citados, o leitor é impelido a perceber qual a importância do cientista biografado e o que justifica sua inserção na coletânea. Ou seja, o lide se faz presente “não apenas como um resumo do dado principal, mas como o próprio dado principal” (ZANOTTI, 1999, p. 19). Fez-se necessário, como forma de justificar a inserção desses personagens no hall dos “Grandes Cientistas Brasileiros”, demonstrar já nos primeiros parágrafos, como se fosse um lide, o caráter de excepcionalidade e dedicação acirrada à Ciência. Carlos Chagas (A), além do “triplo feito”, fez suas descobertas “com menos de trinta anos de idade e cerca de cinco anos após ter se formado”. Johanna (B) era também “recém-formada”. Lattes (D) era um “jovem físico brasileiro”. Crodowaldo (F) tinha “talento especial” e compareceu a um evento científico “logo após assistir à missa de sétimo dia de sua mulher”. Já Nise (H) foi “pioneira em tudo o que fez” e Graziela (J) “rompeu barreiras sociais e foi a primeira mulher de sua época a trabalhar no ramo”.

No entanto, ao conferir importância aos cientistas, a coletânea usa atributos diferentes para a área de Ciências Naturais e para as Humanidades. Os fragmentos A, B, D, F e J referem-se a cientistas da área de Naturais. Já C, E, G, H e I são da área de Humanas. No caso do primeiro grupo, enfatizam-se, nos primeiros parágrafos, as contribuições de suas atividades científicas para o progresso: Carlos Chagas (A) “dava os passos finais não só para uma descoberta fundamental para a saúde como também realizava um fato único na história da medicina”; Johanna (B) é a “cientista que mudaria os rumos da agricultura, indo contra todos os princípios da dita revolução liderada pelos Estados

Unidos”; Para César Lattes (D), sobrou a “comprovação” da existência da partícula “méson”; e Graziela (J) é lembrada como “a primeira-dama da botânica brasileira”, que “dedicou-se a descobrir e a sistematizar diversos tipos de vegetais”.

No caso dos cientistas da área de Humanas, o que se percebe é um predomínio da trajetória de vida e não da obra no início dos textos. Em Florestan (C), a narrativa prioriza a história de sua mãe, para construir, primeiro, o personagem do menino pobre que se transforma num dos grandes nomes da Ciência brasileira. Florestan é sequer citado no trecho inicial da biografia. Já em Milton (E), o contexto político da juventude do autor é mostrado, sem fazer também nenhuma citação sobre sua contribuição para a Geografia. O texto sobre Darcy (G) começa com uma frase de impacto, mas que expõe o trabalho que desenvolvera como um militante e menos como um cientista, com trabalhos sobre os índios, a educação e a universidade. Em Nise (H), os parágrafos demonstram como ela foi, primeiro, uma mulher pioneira e depois, uma cientista. Por fim, em Câmara Cascudo (I), são apresentados todos os atributos profissionais, mas nada sobre o que ele trouxe de contribuição científica para tais áreas. Os trechos mostram uma unidade que a função-autor imputou à humanização do cientista para as biografias de *Caros Amigos*: no caso da área de Ciências Humanas, focaliza-se a vida, mas se esquece da obra. Nas Naturais, a obra e suas contribuições para o progresso são o destaque.

Dos trechos citados, há uma diferença de tratamento no que diz respeito a Crodowaldo Pavan (F). Embora ele tenha sido geneticista e, assim, pertencer a área das Naturais, o texto se refere a ele muito mais como um “divulgador de Ciência” e, com isso, *Caros Amigos* também deixa transparecer sua visão de divulgação, ou seja, explicar as descobertas científicas “de modo compreensível para a sociedade em geral, que, dessa forma, pode também participar dos avanços do conhecimento”.

Os trechos também podem ser analisados à luz do quadro das formações imaginárias de Pêcheux ([1969] 1990), que coloca em cena a função-autor, o efeito-leitor e seu referente, para definir as condições de produção do discurso a partir de lugares, normas estabelecidas entre cada um desses três elementos constituintes. Segundo Pêcheux, o que funciona no processo discursivo é uma série de formações imaginárias, ou seja:

1. Os lugares que os interlocutores atribuem a si mesmo e ao outro;
2. A imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro;
3. A imagem que os interlocutores fazem do referente.

Por essa razão, as condições de produção do discurso devem ser entendidas não só como a situação em jogo, mas também com sua representação no imaginário histórico-social. Logo, para Pêcheux ([1969] 2000, p. 83):

A formação ideológica caracteriza um elemento susceptível de intervir como uma força confrontadora com outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais”, nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.

Para Pêcheux ([1969] 1990), no discurso se fazem presentes um sujeito A (no nosso caso a Revista *Caros Amigos*) e um destinatário B (os leitores), que estão em lugares determinados na estrutura social e que, portanto, têm suas ideias e posições sobre Ciência, o referente (R). Esses lugares mais do que estarem representados, são transformados nos processos discursivos e é por isso que o discurso não pode ser considerado apenas como uma troca de informações entre A e B (uma oposição ao clássico modelo de emissor que lança uma mensagem ao receptor por meio de um canal

e de um código). Mais do que isso, é jogo de efeitos de sentidos, produzidos pelo imaginário, atravessado pela ideologia.

Nos processos discursivos, funcionam, como explica Pêcheux ([1969] 1990), um conjunto de formações imaginárias que designam os lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (p. 82).

Todo processo supõe a existência das seguintes formações imaginárias:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim? IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim? IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim? IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim? (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 83)

Com Pêcheux, pode-se concluir que o processo discursivo supõe também uma antecipação, que se dá do ponto de vista de quem exerce a função-autor e também do leitor. Na coleção, isso se percebe no release de divulgação, cujo trecho já foi reproduzido aqui, ao afirmar que a coleção “tem um formato leve e colorido” e “é ideal para professores, pesquisadores e interessados na história do País”.

Ainda a partir dos trechos iniciais de cada biografia, e pela sua importância na “sedução ou afastamento do leitor” (ZANOTTI, 1999, p. 15), haja vista haver nos leitores também uma imagem do que esperar de um texto biográfico, produzido por uma revista jornalística com as características de *Caros Amigos*. Percebe-se que uma visão bastante utilitária de Ciência, de aplicação imediata na vida cotidiana, marcou as escolhas.

Essa visão, entendida como o imaginário de A e B sobre R, encontra equivalência na percepção pública de Ciência que, como outro exemplo de pré-construído, gera sentidos.

Entre 2002 e 2003, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e a Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (Ricyt/Cyted) realizam uma pesquisa na Argentina, no Brasil, no Uruguai e na Espanha com o propósito de levantar quais eram as percepções públicas sobre Ciência e Tecnologia, abordando o imaginário social do tema, a compreensão de conteúdos de conhecimento científico, os processos de comunicação social da Ciência e a participação dos entrevistados em questões científicas¹⁷. Entre as constatações do levantamento, estão algumas que se relacionam diretamente com essa abordagem utilitarista de Ciência, ligada à saúde e à melhoria de vida da população. “A Ciência como fonte de benefícios para a vida do ser humano é uma imagem que conquista a maior adesão no Brasil (46,9%) e Uruguai (49,4%)” (VOGT; POLINO, 2003, p. 81). Esse trecho é a análise feita pelos pesquisadores para a pergunta “Quais das seguintes frases você acha que melhor expressam a ideia de Ciência”, para a qual havia dez opções: Grandes Descobertas; Avanço Técnico; Melhoria da Vida Humana; Compreensão do Mundo Atual; Domínio da Natureza; Transformação acelerada; Perigo de descontrole; Concentração de Poder; Ideias que Poucos Entendem; e Outras. Os entrevistados podiam responder até duas alternativas. Foram ouvidas 762 pessoas (162 delas no Brasil). Entendendo a percepção pública como um pré-construído, justifica-se o aparecimento, nos recortes, de trechos como: “uma descoberta fundamental para a saúde”, “o doente pode dormir em casa”, “alfabetizar as crianças”, “fazer uma universidade séria”, “formar centenas de estudantes e pesquisadores”. Resta ainda notar, que como pré-construído, influenciando o princípio de autoria, estão os próprios intuitos do Ministério da Ciência e Tecnologia e, por conseguinte, o projeto de País. O Ministério indica que o seu objetivo político é “transformar o setor (de Ciência e Tecnologia) em

¹⁷ Os resultados dessa pesquisa encontram-se compilados em Vogt e Polino (2003). Os organizadores do livro “Percepção Pública da Ciência”, da Editora da Unicamp/Fapesp, foram da equipe realizadora da pesquisa. A obra é bilíngue (português e espanhol).

componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade”¹⁸. Essa posição também se enquadra nas condições de produção dos discursos nas biografias, uma vez que o produto foi patrocinado pelo Governo Federal. O reflexo dessa aproximação está no trecho inicial do primeiro fascículo, ou seja, o primeiro texto com que o leitor entra em contato na coletânea:

Começamos com Carlos Chagas e Johanna Döbereiner, revolucionários em suas respectivas áreas, a medicina e a agronomia. Ele **desvendou o ciclo completo de uma doença**, feito **nunca repetido na história da ciência**, e imortalizou o sobrenome Chagas. Ela provou a eficácia do processo de produção agrícola que diminuiu em muito o uso de fertilizantes químicos, **achado que levou o Brasil a se tornar o segundo produtor mundial de soja**. (p. 2)

Os trechos “desvendou o ciclo completo de uma doença” e “achado que levou o Brasil a se tornar o segundo produtor mundial de soja” são determinantes da relação estabelecida entre a coleção e o projeto de Ciência no País, conforme o Ministério da Ciência e Tecnologia. Faz-se ressoante a ideia de “componente estratégico” ao mostrar o crescimento econômico e ao enfatizar o pioneirismo de Chagas, além de indicar os “benefícios” científicos ao falar da contribuição do médico em desvendar todo o ciclo da doença, do vetor ao tratamento.

Os recortes dos primeiros parágrafos dos textos permitem ainda perceber mais um critério de seleção na coletânea de *Caros Amigos*. A revista demonstra, principalmente entre aqueles em que mais aborda a trajetória de vida (e não de obra), uma predileção às histórias com alguma ligação aos movimentos sociais ou mesmo, no passado, à esquerda e àqueles que, de alguma forma, foram reconhecidamente injustiçados (pela Ditadura,

¹⁸ Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/105.html?execview=#tt>. Acesso em: 31 out. 2012.

pelo gênero, pela situação social, pela cor da pele etc.). Isso é parte do efeito-leitor e da demarcação ideológica da publicação, como também se percebe pelas outras publicações especiais e coleções da editora Casa Amarela, como “Os Negros” e “Rebeldes Brasileiros”, mencionadas. *Caros Amigos*, em seu slogan, se define como “a primeira à esquerda” e, entre suas editorias mensais, está “Direto dos Movimentos”. Tudo isso também exerce o papel de interdiscurso na função-autor em que se coloca a revista.

Essas opções ficam bastante nítidas pela presença de dois nomes da Geografia na coletânea: Milton Santos e Josué de Castro, ambos ligados à Geografia Humana, campo de estudo das questões sociais e políticas e não das características físicas, geológicas ou climáticas da Terra, a denominada Geografia Física. Na verdade, as concepções de Geografia de Santos e Castro se resvalam muito no campo da Sociologia e da Antropologia, expondo aspectos ligados à distribuição de renda, concentração fundiária e fome. Por sinal, os dois cientistas são bastante reverenciados nas falas sobre políticas públicas, combate a injustiças e a desigualdades.

A citação à Johanna, como aquela que fora “contra todos os princípios da dita revolução liderada pelos Estados Unidos”, expõe sentidos que vão desde a aplicabilidade de suas descobertas – valorizadas socialmente na atualidade em que tanto se fala de sustentabilidade – a certo antiamericanismo que, conforme Bicudo (2004) e Soldi (2006), é característico do conteúdo da revista, também funcionando como um pré-construído, uma vez que a publicação se baseia, embora com um deslocamento, como mostrado, no conceito de “alternativa”.

Importante é também notar que, ao apresentar os cientistas selecionados para a coletânea, há a recorrência a uma fonte de informação que pode funcionar como outro

legitimador para considerar o biografado como parte importante da ciência brasileira. Esse é um recurso comum no texto jornalístico, que sai em busca de pessoas “autorizadas” (ROSSI, 1990) para referendar temas e posições. Faz parte, portanto, do princípio da disciplina, conforme definição de Foucault ([1970] 2004, p. 30), ou seja, “domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos [...] à disposição de quem quer ou pode servir-se dele”.

No fragmento A, sobre Carlos Chagas, aparece uma entrevista em que se recorre a uma fala de Oswaldo Cruz, reforçada pelo título de “mentor”. Nos primeiros parágrafos sobre Pavan, aparece uma entrevistada, Glória Keinz, que vem acompanhada de atributos que lhe dão o direito de falar: “pesquisadora”, “da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo”. Nesse mesmo grupo de construções de sentido, pode ser incluída a frase, retirada do fragmento E, antes de abordar as convicções políticas de Milton Santos: “movimentação de intelectuais de tendências marxistas, como Mario Alves, Carlos Marighella e Jacob Gorender”. A recorrência a esses nomes e a essas frases comprova aquilo que Foucault ([1970] 2004, p. 9) chama de interdição: “Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. A presença dessas fontes no texto faz parte do que Foucault denominou de “direito privilegiado do sujeito que fala” (p. 9).

Os pontos expostos até aqui apresentam considerações sobre o processo de seleção dos nomes que compuseram a coletânea de *Caros Amigos* e mostram como as características do Jornalismo, da biografia como gênero, o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia, como patrocinador, a posição política da revista e a percepção pública

funcionam como interdiscurso e pré-construído. No capítulo seguinte, a análise centra-se nos textos e nas imagens das biografias.

Capítulo 4

SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO: BIOGRAFIA, ESTEREÓTIPO E INTERDISCURSO NA SÉRIE “GRANDES CIENTISTAS BRASILEIROS”

Na análise das biografias que compuseram a coleção “Grandes Cientistas”, da revista *Caros Amigos*, feita a seguir, levam-se em conta três aspectos: a função-autor, a terminologia e os estereótipos. Várias questões, entre elas o gênero (cientista homem/ cientista mulher) e a do binômio Ciências Humanas/ Ciências Naturais, serão objeto de análise.

Em conjunto, esses elementos permitem uma visão geral sobre quais imagens ou formações imaginárias de Ciência e de cientista são produzidas nesses textos. Além da análise de caráter discursivo, leva-se em consideração a análise de aspectos ligados à escrita das biografias, como aqueles definidos por Vilas Boas (2008), que, de certa forma, encontram proximidade com conceitos próprios do campo de Análise de Discurso, como a noção de estereótipo.

4.1 Do léxico ao discurso: um caminho além dos verbetes de dicionário

Na maioria das escolas, a cena a seguir é recorrente. Se um aluno desconhece o significado de uma palavra ou está com dificuldade de entender em qual de suas acepções tal vocábulo fora empregado, o professor lhe sugeriria uma consulta ao dicionário. Essa é a forma mais imediatista de obter alguma pista sobre o sentido de uma palavra, mas é também aquele mais restrito, pois é como se os termos estivessem presos a uma literalidade que lhes dá sentido unilateral, desconsiderando as relações que dão sentido na história e pela história. As palavras, arditosas e multifacetadas, falam muito mais do que dizem seus verbetes. Elas só significam em funcionamento em determinadas condições de produção, na interlocução entre quem diz e para quem diz, no efeito de sentido entre os participantes do discurso. Constituição, formulação e circulação são processos indissociáveis na produção dos sentidos.

Assim, a relação com o conhecimento científico, por meio da divulgação científica, precisa ser analisada a partir da utilização da palavra. Como diz Orlandi (2001, p. 21), “a divulgação científica tem, pois, uma correlação com o desenvolvimento das tecnologias de linguagem”. As práticas de linguagem e os sentidos produzidos para as palavras e enunciados que formam um texto trazem consequências para o próprio sujeito, para a Ciência e para a sociedade. Isso justifica, mais uma vez, a importância de se pensarem os discursos que circulam divulgando Ciência, ainda mais quando eles são postos a circular como possível material didático, como é o caso da série “Grandes Cientistas”, de *Caros Amigos*, e quando, da mesma forma, são financiados pelo governo, representado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que, como já foi dito, figurou como apoiador da coleção em todas as edições. “Fica para a escola a construção da imagem do cidadão, sendo a Ciência um dos componentes dessa imagem” (ORLANDI, 2001, p. 28-29). Pêcheux (1975) faz uma alerta sobre essas relações: para ele, há indissociabilidade entre

ciência, tecnologia e Governo, ou seja, a produção de conhecimento está ligada, de forma constitutiva, à circulação desses saberes e a divulgação científica exerce o papel de dizer quais são “as coisas a saber”, a partir dos sujeitos envolvidos nesse processo: Estado (Ministério da Ciência e Tecnologia), revista, leitores, jornalistas envolvidos na produção, professores que usarão como material didático, alunos etc.).

Entender o léxico apenas como um conjunto de palavras à disposição do usuário do idioma é desconsiderar as possibilidades significantes, a constituição do sujeito a partir da noção de heterogeneidade discursiva, a noção de autor e a relação estabelecida entre função-autor e efeito-leitor. Não por acaso, a Análise de Discurso é influenciada pelo pensamento de Jacques Lacan (1901-1981), o que faz com que se instale a primazia do significante sobre o significado, uma guinada para a concepção linguística até então. Assim, no contato com um texto, são feitos gestos de interpretação, ainda que inconscientemente, a partir daquilo que já foi posto ao sujeito, que já lhe foi dito em algum momento.

Em diversos manuais de Jornalismo e livros didáticos da área, é comum se encontrar a informação de que a tarefa das editorias de Ciência é fazer a “tradução” do discurso científico para o jornalístico, que seria mais acessível à população. Essa concepção leva em conta o paradigma do déficit, pelo qual o público não cientista seria completamente alheio aos feitos científicos. Conforme diz Authier-Revuz (1998, p. 107):

A divulgação científica é classicamente considerada como uma atividade de disseminação, em direção ao *exterior*, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no *interior* de uma comunidade mais restrita.

Authier-Revuz (1998) lembra que a divulgação científica não tem como objetivo estender a comunidade científica, mas apenas tornar públicas as informações produzidas nas instituições que fazem Ciência. É como se, nesse processo, a “língua estrangeira” dos cientistas, aqui compreendida como um léxico que não é do domínio de todos, inclusive pela estrutura e pela impessoalidade dos textos científicos, fosse levada para a língua do povo, efeito do que Authier-Revuz (1998) chama de uma “não coincidência entre discursos e interlocutores”.

No entanto, compreender esse trabalho como “tradução”, além de equívoco, deixa de considerar o verdadeiro deslocamento de sentidos, gerando novos significados, filiados a outras posições ideológicas. A ideia de “traduzir”, para o Jornalismo, parece uma forma neutra, objetiva de dizer a “mesma coisa” para o público que se pretende atingir. A informação soa, no mínimo, como simplista quando se entende a palavra como multifacetada e dotada de sentidos que se acumulam e deslizam a cada nova enunciação.

Orlandi (2001, p. 23) diz que, ao contrário de “tradução”, o que se tem é um “jogo complexo de interpretação.” De acordo com a autora, não se trata de tradução, pois “a divulgação científica é relação estabelecida entre duas formas de discurso – o científico e o jornalístico – na mesma língua e não entre duas línguas”. Convém lembrar, para evitar interpretações equivocadas conceitualmente, que, mesmo se se tratasse de uma tradução para línguas distintas, o discurso também não seria neutro. Na seleção do léxico pelo tradutor, também estariam implícitos sentidos impostos não necessariamente pelo autor do texto, mas pelo autor da tradução e pela própria língua em que a segunda versão está sendo construída.

Quem escreve um texto a partir de outros, sejam eles oriundos de leituras, entrevistas ou quaisquer que forem suas origens, fará sempre uma nova dinâmica de interpretação, que ajudará a formar o que Orlandi (2001) chama de “efeito de exterioridade”: “a ciência sai de si, sai de seu próprio meio, para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano dos sujeitos, ou seja, ela vai ser vista como afetando as coisas a saber no cotidiano da vida social”. Retoma-se aqui a discussão sobre a seleção dos cientistas que compuseram a coletânea: entre todos, os 24 nomes utilizados pela antologia foram selecionados como sendo os “imprescindíveis a serem conhecidos”, conforme dizia o release de divulgação e, durante todo o tempo, principalmente, nas chamadas que saltam aos olhos nos textos, vai se enfatizar a importância de tais nomes para a vida cotidiana, valorizando os feitos na área de Ciência aplicada, como se a prática científica tivesse valor apenas pela aplicação imediata na vida de todos, e não também como um processo de descobertas, reavaliações e novas abordagens.

Essa característica notada na produção do material configura a função-autor e pode ser percebida já em elementos que são destacados do texto, como os títulos e as linhas-finas¹⁹ utilizadas pelos editores, conforme se percebe a seguir:

- A) **Salto triplo** da ciência
Após descobrir o ciclo da doença que o projetou, Carlos Chagas dedica a vida à saúde pública, escolha tão laureada quanto criticada: **ele queria sanear o Brasil.**
- B) **Revolução** ecológica na agricultura
A agrônoma tcheca naturalizada brasileira utilizou bactérias para **superar a revolução** verde, da adubação química na monocultura; fez outra **revolução** mais verde ainda.
- C) **Pilar** da sociologia brasileira
A **improvável história** do **menino pobre** que tornou-se o **primeiro grande sociólogo** brasileiro, **incorrupível nas ideias e ações, coerente até a morte.**

¹⁹ No jargão jornalístico, a linha-fina é uma informação relevante destacada do texto, colocada logo abaixo do título, com o objetivo de oferecer dados gerais e importantes sobre o tema a ser tratado na matéria.

- D) **O nosso físico atômico**
Suas contribuições essenciais partiram de ideias simples como registrar, do alto de uma montanha, os raios cósmicos vindos do espaço – em atitudes elevadas, eles são mais intensos.
- E) **O gênio** que povoou a ciência
 Reconhecido internacionalmente, o **mais destacado** intelectual negro **do Brasil** construiu a noção de território como espaço das relações humanas. Com isso, **revolucionou** a geografia dos mapas e gráficos.
- F) A arte de democratizar a ciência
Um dos pioneiros da Genética no Brasil e autor de **importantes descobertas** sobre os cromossomos, Crodowaldo Pavan foi também **educador admirável** e um apaixonado pela divulgação da ciência.
- G) A busca do Brasil indígena
 Antropólogo, etnólogo, educador e estudioso da educação, Darcy Ribeiro foi **também** poeta, romancista, ensaísta e político.
- H) Mergulho no inconsciente
 Com o **próprio esforço**, Nise da Silveira conseguiu resultados considerados **revolucionários** na terapia ocupacional no Brasil, o que lhe valeu o título de **uma das mais brilhantes cientistas** brasileiras.
- I) Observador dos costumes brasileiros
 A **Cultura Brasileira** na visão do professor e estudioso dos hábitos e costumes **do cotidiano do povo Brasileiro**.
- J) Uma vida dedicada à botânica
 A **“primeira-dama da botânica brasileira”** dedicou sua vida a descobrir e interpretar os mais variados tipos de vegetais do país, além de **formar centenas de alunos e pesquisadores** para o ramo.

Ao produzir um título e uma linha-fina, o editor de uma publicação o faz afetado pelos efeitos de pré-construído sobre o funcionamento desses dois elementos estabilizados na história das práticas de escrita do Jornalismo. Ao mesmo tempo em que se considera o título como um filtro, “que pode ser político, jornalístico ou puramente gráfico” (ROSSI, 1991, p. 44), é também “a difícil arte de dizer apenas o essencial” (ZANOTTI, 1998, p. 45), ou aquele momento em que o jornalista “sintetiza em uma frase a notícia que tem em mãos e que deseja revelar o seu leitor” (ZANOTTI, 1998, p. 45). Considerando também

que boa parte do público de jornais, revistas e coletâneas é seletiva, no sentido de que não lê o texto inteiro, a criação dos títulos e linhas-finas torna-se importante mecanismo na constituição dos sentidos. Nos casos citados, os enunciados mostram pelo menos quatro imagens valorizadas nos cientistas biografados: a genialidade (seja ela moral ou na atuação científica), o pioneirismo, a preocupação com as questões que impactam diretamente a vida humana e certa brasilidade, ou seja, a representatividade para a cultura brasileira e o reconhecimento internacional do País.

É muito representativo o uso da expressão “revolução” e de outras dela derivadas, que aparecem nos trechos por cinco vezes, inclusive sendo repetida em dois momentos no texto sobre Johanna Döbereiner, algo incomum em textos jornalísticos, já que todos os manuais e livros técnicos são rigorosos em dizer que não deve usar duas vezes o mesmo termo numa linha-fina e num título. Para além do trecho “o gênio” (inclusive reforçado pelo uso do artigo definido, se comparado, por exemplo, com a construção “um gênio”), usado apenas uma vez, a palavra “revolução” e suas derivadas, nesses trechos, sugerem o reforço da ideia de genialidade, principalmente quando aparecem próximas a outras, como “superar”, “título de brilhantes cientistas” ou então “o mais destacado”. Interessante ainda notar o deslocamento de sentidos provocado com “revolução”, da mesma forma que, no capítulo anterior, foi exposto o ocorrido com o termo “alternativo”.

O que é uma revolução? Em determinados contextos, inclusive naqueles em que o “alternativo” estava relacionado à contra-hegemonia, “revolucionar” estava muito associado à ideia de lutar por ideais políticos de democracia, tanto que é comum a diferenciação ideológica entre nomear o ocorrido em 31 de março de 1964 no Brasil de “revolução” ou de “golpe”. Quando abordado na área de Ciência, no entanto, o sentido da

palavra transfere-se para a concepção de grande descoberta, de descoberta que marca a história e modifica o que se sabia até então, dando novos rumos à determinada Ciência.

No trecho B, o emprego da palavra “revolução” por duas vezes potencializa o sentido de “genialidade”, uma vez que a personagem é colocada como aquele que conseguiu sobrepor algo que já fora considerado extremamente importante. Em G, é o uso do advérbio “também” que ajuda a dar o tom da genialidade: além de todas as funções desenvolvidas em sua área (antropólogo, etnólogo, educador e estudioso da educação), ele foi “também” poeta, romancista, ensaísta e político. No caso de César Lattes, a imagem de genialidade é gerada a partir do fato de que ele conseguira dar “contribuições” a partir de “ideias simples”. Aí também está um já-dito sobre Física, área do conhecimento pela qual, em geral, há uma repulsa pela maioria das pessoas. Assim, o “simples” atua, na função-autor, como uma forma de chamar a atenção do leitor e como uma ideia de que é possível que essa disciplina seja simples e o cientista biografado é revestido de importância porque conseguira tal feito.

O adjetivo “improvável”, usado para se referir a Florestan Fernandes também é demonstração de uma história que poderia ser banal. Nesse ponto, faz-se presente a ideia de fatalismo, conforme definida por Vilas Boas (2008) e exposta no primeiro capítulo: passa-se a impressão de que o biografado estava fadado ao sucesso, o que se percebe também em “próprio esforço”, referindo-se à psiquiatra Nise da Silveira.

A noção de pioneirismo é perceptível, principalmente, nas construções “salto triplo” (essa também dotada de um caráter de genialidade, afinal, fora mais do que um avanço), “pilar”, “primeiro grande sociólogo”, “um dos pioneiros” ou “a primeira-dama da botânica brasileira”. Como estratégia para demonstrar e permitir que se possa sentir a importância

desses cientistas e também uma visão de que a Ciência deve trazer benefícios a toda a sociedade (corroborada pelo já citado objetivo científico do Ministério da Ciência e Tecnologia), a coletânea opta por usar termos em suas linhas-finas como “ele queria sanear o Brasil”, “menino pobre”, “intelectual negro”, “educador admirável” e “formar centenas de alunos e pesquisadores”. Nota-se uma imagem de profissional da área pública dedicado, coerente e que faz bom uso de suas atribuições – uma demanda do Brasil contemporâneo e frequente nas pautas de *Caros Amigos*, como mostra Bicudo (2004). A ideia de revolução, portanto, aparece ao mesmo tempo relacionada à luta pelas questões sociais básicas, mas também às concepções de ineditismo e de genialidade.

A presença desses temas nas pautas da revista e, principalmente, nas aspirações do brasileiro exerce aqui o papel de condições de produção desse discurso, principalmente, pelo fato de que o acontecimento discurso (PÊCHEUX, [1983] 2012) é o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade. Isso também se nota no reforço de que Florestan Fernandes foi “incorrutível nas ideias e nas ações, coerente até a morte”.

A coleção se chamava “Grandes Cientistas Brasileiros” e um discurso que busca valorizar o Brasil como produtor de Ciência e de cientistas também é notado. Num texto sobre o discurso fundador do Brasil, Orlandi (2003) lembra que, por força das falas e dos olhares sobre o brasileiro, vai se construindo um lugar de discurso, em que:

Por força deste processo peculiar de constituição há espaço e condições para que uma ética estrangeira apareça definindo os contornos de nossa própria identidade. Assimilamos os sentidos assim produzidos pelas ‘muitas vozes que nos definem’ e os incorporamos ao funcionamento imaginário da sociedade. (p. 69)

O “lugar de brasileiro” é perceptível em funcionamento nos trechos. Já num dos títulos, aparece “o nosso”, que inclui autores e leitores na mesma conquista de César Lattes.

Funcionando da mesma forma, está a construção “do Brasil” (que reforça, numa paráfrase, algo como “isso é coisa nossa”) ou então “Cultura Brasileira” e “do cotidiano do povo Brasileiro”. Nesses dois últimos casos, relativos à biografia de Câmara Cascudo, percebe-se a utilização, sem razão gramatical, da letra maiúscula na palavra “Brasileiro”, o que lhe destaca dentro da construção da frase.

Os trechos dos recortes também ajudam a comprovar a ideia de que não se transportam sentidos de um discurso para o outro no Jornalismo Científico, não é possível haver uma “tradução”. “Trata-se do que chamamos de transferência, ou seja, é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes” (ORLANDI, 2001, p. 24). O risco de tal transferência, quando ela não é bem feita, é cair no chamado “transporte”, que “resulta em perda, em caricatura” (idem). Tais caricaturas estão presentes, por exemplo, na biografia de Florestan Fernandes, em que se enfatizam os aspectos políticos e de sua militância e menos os resultados de suas pesquisas; na história de Graziela Barroso, em que o “papel de professora” é supervalorizado em detrimento do de pesquisadora, assim como do antropólogo Darcy Ribeiro que, dezenas de vezes, aparece numa posição de “amigo dos índios”, inclusive por causa das imagens selecionadas como ilustração do fascículo, abordado mais à frente.

A ideia de que o discurso jornalístico é uma forma de “traduzir” o científico é derivada, em parte, da existência de um jargão, um vocabulário que seria próprio da Ciência e que, por isso, inacessível ao grande público. Essa concepção já carrega, de novo, a ideia de déficit: o não cientista é praticamente compreendido como um incapaz de mergulhar no mundo da Ciência e precisa dessa “vulgarização”, outra forma de escalonar os dizeres e demonstrar preconceitos linguísticos: há falas e falas. Há falas mais nobres, outras

menos. É o como se se dissesse que a Ciência é nobre; o Jornalismo e a divulgação científica, inferiores.

Na maioria das vezes, essa transformação na linguagem dá-se pela mudança de metalinguagem para terminologia. Ou seja: aquilo que é autoexplicativo num texto que nasceu científico precisa deixar suas marcas, na utilização de alguns termos, no texto de divulgação, o que possibilita a geração do chamado efeito-ciência. A terminologia é a prova da pesquisa, da apuração do jornalista, é a prova de que ele é “apenas” um intercambiário entre o cientista e o leitor (como se possível fosse ser esse intercambiário sem movimento de significação!). Para Orlandi (2001, p. 27), “o efeito da terminologia é pôr em contato sem substituir o discurso do senso-comum e o da Ciência”.

Há, seguindo a mesma linha de raciocínio, uma diferença substancial na forma como cientistas naturais e cientistas da área de Humanas são tratados pela coleção no que diz respeito à terminologia, principalmente quando, por uma característica estilística, para a não repetição das palavras numa mesma frase, fez-se necessário trocar o nome do biografado por outra palavra que a ele se referisse. A seguir, cinco recortes – de uma grande quantidade possível de ser extraída, em que o nome próprio encontra-se utilizado no mesmo parágrafo de uma antonomásia:

- A) Outra característica sempre associada a **Johanna** era o empenho e liderança nos projetos em que se envolvia. Talvez por esse motivo, **a agrônoma** tenha participado de diversas organizações, ganhando diversos prêmios e homenagens. (p. 27)
- B) Marli Pires Morim, ex-aluna de **Graziela**, conta que **a cientista** era uma pessoa simples, humilde e generosa, porém muito firme. (p. 274)
- C) Um dos maiores conhecedores da obra do **intelectual**, o advogado e professor [Diógenes da Cunha Lima] sempre atuou na literatura e publicou inúmeros livros, entre eles **Câmara Cascudo – Um Brasileiro Feliz**. (p. 270)

- D) **Milton** nunca se afiliou a movimentos negros [...]. O **intelectual** também percebia a velocidade como um dos principais agentes destruidores da sociedade.
- E) A valorização da cultura popular e as pesquisas sobre a biodiversidade brasileiras estão no centro de dois **pesquisadores**: **Câmara Cascudo**, um dos principais **intelectuais** do Brasil; Graziela Barroso, conhecida como a **primeira dama da botânica** no Brasil. (p. 258)

Na figura retórica conhecida como antonomásia, semelhante à metonímia, um nome próprio é deslocado, por alguma relação de similaridade, para um substantivo comum. É um recurso bastante utilizado na língua escrita, para evitar repetições de palavras nos textos, mas, ao mesmo tempo, essas substituições conduzem à memória discursiva sobre os personagens de quem se fala e os interdiscursos presentes. Pêcheux (1975) já alertava para o fato de que o sentido é sempre uma palavra, uma expressão, por outra. “É pela transferência que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de sentido” (ORLANDI, 2009, p. 44). O sentido, assim, só existe exclusivamente nas relações produzidas pelas substituições, pelos sinônimos ou pelas paráfrases.

A diferença de tratamento entre cientistas da área de Naturais e de Humanas – o que traz a memória sobre essas áreas – é notado no recorte E, como representativo de uma série de outras aparições nos textos: de início, ambos são tratados como “pesquisadores”, mas numa segunda necessidade de substituição, opta-se por “botânica”, que representa a área de atuação da cientista, e por “intelectual” (assim como acontece em C e em D, um termo vago, genérico, capaz de apresentar dezenas de funções e profissões). Em E, as palavras “intelectual” e “botânica” aparecem como apostos, o que, para a gramática, designa “a mesma realidade, mas de outra maneira”, conforme relembra Dubbois (1973, p. 44). No entanto, na Análise de Discurso, como as palavras não são presas à literalidade e os sentidos fazem-se pelas relações, nunca existe essa “mesma realidade”. “De outra maneira” já é suficiente para o sentido ser outro. No recorte, o aposto funciona

como um mecanismo que permite atingir o intradiscurso, ou seja, a imagem produzida de cientista natural e de cientista da área de Humanas.

Como “as palavras não são só nossas e significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2009, p. 32) é importante pensar em que memórias esses termos se inscrevem, atualizando-as. O mais comum quando, no senso comum, pensa-se em um cientista social ou de qualquer área das Humanas é imaginar o profissional numa biblioteca, rodeado de livros ou, então, fazendo suas pesquisas em espaços economicamente desfavorecidos. Daí, também constrói-se uma associação direta entre a pesquisa na área das Ciências Humanas e a militância política, daqueles que são sempre convidados a emitirem suas opiniões sobre a sociedade, dos que estiveram em constante luta por condições melhores para os cidadãos. Assim, as biografias de *Caros Amigos* valorizam, dedicando um número maior de páginas a aspectos mais relacionados à “vida” dos cientistas da área de Humanas, principalmente, quando eles mantêm alguma relação de resistência com a Ditadura Militar (caso de Florestan Fernandes ou Darcy Ribeiro). Em média, no corpus analisado, os cientistas da área de Humanas tiveram 50% das páginas da biografia escritas sobre a trajetória de vida; os cientistas da área de Naturais, cerca de 30%. No caso dos cientistas da área de Naturais, o foco é muito mais “a obra” e suas relações com a vida prática (a descoberta da cura de uma doença, a colocação na prática de uma teoria, ou uma melhoria na produção agrícola).

Em comparação, demonstrando esse funcionamento, a forma como Lattes e Florestan Fernandes são apresentados na coleção, no texto de abertura do segundo fascículo, em que, embora o sociólogo seja retratado no título como o “primeiro do Brasil”, não se demonstram suas constatações científicas:

Este segundo número da série de fascículos sobre os Grandes Cientistas Brasileiros conta histórias improváveis de superação, uma pessoal e outra científica. **A pessoal** é a de Florestan Fernandes, o engraxate que virou sociólogo; **a científica** se refere a César Lattes, o físico que comprovou a existência da partícula que mantém o núcleo do átomo coeso, até então prevista só teoricamente (p. 34)

A relação que as biografias constroem com os cientistas sociais é quase que romântica: são aqueles que, por “vocação”, decidiram dedicar sua vida aos livros, a descobrirem os cantos do Brasil, a estarem do lado dos oprimidos e a ensinarem, já que a referência à atividade de professor é também muito forte nos textos referentes aos antropólogos e aos sociólogos. Florestan Fernandes, por exemplo, realizou um trabalho em que “**denunciou** que a degradação do regime escravocrata e senhorial abandonou negros e mulatos à própria sorte, relegando-os a uma situação desalentadora, iníqua e desumana” (p. 40). Em destaque, como olho²⁰, aparece também uma frase do próprio Darcy Ribeiro, mostrando esse caráter de desbravador, embora sem citação de onde tal trecho tenha sido retirado: “Fui chamado à minha aventura maior: passar o Brasil a limpo. Não via ninguém, só conduzia a barcaça enorme do destino nacional, atônito, lúcido de dor” (p. 135).

Sobre a docência, há trechos como: “Crodowaldo Pavan foi **também** um educador **admirável**” (p. 81) e, no caso de Milton Santos, “o geógrafo sabia como poucos como são constituídas suas estruturas. No decorrer de sua vida, deu aula em **mais de** vinte instituições de ensino **de todo o mundo, além de** ter orientado **mais de** quarenta dissertações de mestrado e teses de doutorado”. (p. 74). Nos dois trechos, aparecem palavras de caráter inclusivo, como “além de” e “também”, que ajudam a demonstrar a extraordinariedade, excluindo-se, no texto, o fato de que essas funções fazem parte do

²⁰ No jargão jornalístico, o olho é uma frase – geralmente uma fala – retirada do próprio texto que destaca alguma informação. Pode também servir como uma forma de resumir o assunto tratado.

dia a dia de pesquisadores ou professores universitários. Na construção dessa imagem de superioridade, os trechos têm ainda expressões pouco precisas (condenáveis em vários manuais de Jornalismo), como “mais de” e “de todo mundo”.

A presença de pesos diferenciados na utilização de termos para definir a profissão cientista aparece ainda associada à terminologia que define suas práticas. Enquanto, por exemplo, César Lattes, Graziela Barroso, Crodowaldo Pavan e Carlos Chagas têm suas atividades definidas por verbos como “desvendar” (p. 2), “provar” (p. 2), “descobrir” (p. 25, p. 82, p. 87, p. 273), “comprovar” (p. 49, p. 52), “confirmar” (p. 52) ou “fazer descobertas” (p. 12, p. 23, p. 25, p. 51, p. 54, p. 58, p. 81, p. 87, p.94, p. 274), os cientistas da área de Humanas, fizeram uma “profunda análise” (p. 39), uma “reflexão crítica” (p. 43), “análises” (p. 76, p. 152, p. 262), tiveram “ideias” (p. 155) e “concepções” (p. 132), usaram “suas palavras” (p. 260).

É interessante notar que a palavra “pesquisa” aparece poucas vezes nos textos sobre cientistas das Humanas. Quando vai falar sobre o processo natural da Ciência, de partir das constatações já existentes para novos estudos, uma construção que chama a atenção refere-se à psiquiatra Nise da Silveira, uma das que trouxeram para o Brasil a psicologia de Carl Gustav Jung (1876-1961). Até para ajudar a criar uma espécie de heroína e trazendo novamente o caráter de militância, a coleção opta por escrever que “suas lutas [de Nise] continuaram a ser tocadas por outros” (p. 155). De novo, a valorização da militância, trazida pela memória da palavra “lutas”. Para que seja mais bem compreendido o efeito de sentido, convém uma paráfrase. Essa frase poderia ser construída com os seguintes termos: “suas pesquisas continuaram a ser tocadas por outros”. Da mesma forma, quando o texto aborda que muitos médicos acabaram concluindo que a ideia de humanização proposta por Nise para os tratamentos estava

certa e trazia resultados, o texto diz que eles “tiveram de cogitar” (p. 153) e não uma expressão mais assertiva como “eles concluíram”.

Nessa mudança de tratamento entre os cientistas das duas grandes áreas ainda se percebe uma herança das críticas que foram feitas no início do século 20 sobre o processo científico nas Ciências Sociais. Da mesma forma, a concepção de Ciências Naturais traz a memória do Positivismo e sua promessa de “verdade” objetiva. Chauí (2003) chega a dar como título de um capítulo: “São possíveis as Ciências Humanas?”. A autora relembra que, desde sua origem, áreas como Antropologia, Sociologia, Psicologia e Linguística tiveram seus resultados “muito contestáveis e pouco científicos” (p. 227), o que “levou muitos cientistas e filósofos a duvidar da possibilidade de ciências que tivessem o homem como objeto” (p. 227). Como os significados são dados a partir da história, carregando o já-dito, o discurso sobre Ciências Humanas não teria como não carregar a forma como essas áreas do conhecimento foram construídas.

O homem como objeto científico é uma ideia nova se comparada com o estudo dos fenômenos naturais: só surgiu no século XIX. Até então, tudo que se referia ao humano era tratado pela Filosofia. Nas construções textuais relacionadas às Ciências Humanas, ainda persiste um léxico mais próprio do campo da Filosofia, como são as expressões “ideias”, “observações” e “reflexões”. São as diversas memórias presentes nos textos como interdiscurso a se manifestar, ainda que de forma imperceptível pela maioria, trazidos pela história, cristalizando-se na divulgação científica.

Foucault ([1966] 1999) explica que a configuração das Ciências Humanas, no século XIX, se deu “a partir da emergência histórica de um problema” (p. 356) e que o surgimento desses novos campos de saber caracterizou uma redistribuição geral da *episteme*. A

partir da emergência das Ciências Humanas, o homem, na perspectiva foucaultiana, se tornava “aquele a partir do que todo o conhecimento poderia ser constituído em sua evidência imediata e não problematizada” (p. 356). A partir disso, se instala o conflito entre as duas grandes áreas, tendo as Ciências Humanas “a pretensão invencível de formular” as Ciências Naturais, obrigadas, por sua vez, a “procurar seu próprio fundamento, a justificação de seu método e a purificação de sua história, contra o ‘psicologismo’, contra o ‘sociologismo’, contra o ‘historicismo’” (p. 357).

A terminologia e a diferença de tratamento entre os dois campos induzem a pensar no conceito de “disciplina”, de Foucault ([1970] 2004). É como se as biografias ajudassem, baseadas no já-dito e no senso comum, a definir as regras, afinal, a disciplina é um “princípio de controle da produção do discurso” (FOUCAULT, [1970] 2004, p. 36), que “permite construir, mas conforme um jogo restrito” (IDEM, p. 30). As biografias, nesse ponto, acabam por indicar as condições que uma determinada proposição deve cumprir para fazer parte do campo: estabelece objetos, relações, conceitos e técnicas inerentes aos campos do saber.

No campo da circulação dos discursos, as imagens do cientista e da Ciência, nesse caso, mantêm também uma relação com a apropriação social dos discursos, como o filósofo francês também aborda. Como dito no capítulo anterior, as biografias da coleção “Grandes Cientistas” tiveram como um de seus objetivos a constituição de material didático, que pudesse ser usado nas escolas:

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo [...]. O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação de papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, [1970] 2004, p. 44-45).

Para melhor compreender que ritualização da palavra é essa, que qualificação e fixação aparecem nos textos e que saberes são difundidos, o item seguinte vai abordar como a construção da imagem dos cientistas e da Ciência nas biografias analisadas leva à aparição de estereótipos.

4.2 Estereótipos e Memória Discursiva

Já na Antiguidade, naquele que é o primeiro texto sobre o assunto, Aristóteles, na Retórica, expõe a importância de construções diversas vezes repetidas e, aparentemente, carregadas de uma verdade incontestável, na argumentação e no convencimento do receptor. Na retórica aristotélica, o uso dos estereótipos faz parte do *pathos*²¹. O filósofo grego lembra ser imprescindível, para a persuasão do “auditório”, a provocação de determinados estados emocionais, utilizando-se, para isso, argumentos que mobilizem valores, positivos ou negativos.

Contemporaneamente e vinculadas aos estudos de Discurso, Amossy e Pierrot (2005), ao tratar dos estereótipos, indicam que uma das maneiras de legitimar o sujeito é por meio de associações e representações que podem ser reconhecidas e partilhadas pelo interlocutor:

De fato, a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes (que impregnam), mesmo se se tratarem de modelos contestatórios. [...] A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe

²¹ Aristóteles divide sua *Retórica* em três partes: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. O *logos* diz respeito a uma argumentação racional; o *pathos* se refere à argumentação emocional; e o *ethos* às questões de ordem ética ou moral, que o enunciador deixa aparecer em sua exposição.

o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (p. 125-126)

O termo estereótipo surge relacionado à tipografia e diz respeito àquilo que é “impresso com placas cujos caracteres não são moveis, e que se conservam para novas tiragens” (LAROUSSE, apud AMOSSY e PIERROT, 2005, p. 30). A palavra liga-se, portanto, como metáfora, à ideia de padrão, de rigidez, algo fixado e pronto para ser repetido. Os estereótipos, quando pensados como integrantes do discurso, são, assim, essas imagens cristalizadas nos processos discursivos, recebidas socialmente pelos sujeitos e que ajudam a determinar a maneira de se pensar, de sentir e de agir. Lippmann, ao estudar a cultura de massa e a formação da opinião pública, ainda nos anos 20, foi um dos precursores do uso da palavra “estereótipo” fora do campo da tipografia. De acordo com ele, os estereótipos são imagens mentais que promovem o intercâmbio do indivíduo com o mundo real. A estereotipia, para o autor, é um fenômeno próprio da vida em sociedade, pois “na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (LIPPMANN, 2008, p. 85).

Amossy e Pierrot (2005, p. 112) lembram que a Análise de Discurso Francesa, “interessou-se pouco pela estereotipia, mas instaurou um marco favorável ao seu estudo”. A primeira relação possível, de acordo com essas autoras, seria com a noção de memória discursiva, pois, na utilização de um estereótipo num texto, pressupõe-se a existência de algo que antecede e fundamenta a gênese de tais enunciados. A relação com o pré-construído é explicada pelas autoras em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque “designa um tipo de construção sintática que põe em jogo o pré-afirmado, e, em um sentido mais amplo, de que o pré-construído funciona como uma marca, em um enunciado individual, de discursos e juízos prévios, cuja origem foi apagada” (2005, p. 113).

Na construção de biografias, os estereótipos estão presentes nas imagens e nas formulações dos enunciados sobre as construções transmitidas dos biografados, relacionando, evidentemente, às tendências expostas por Vilas Boas (2008). Retomando: de um modo geral, como explica o autor, os biógrafos tendem a transformar, por meio do texto, seus personagens em seres humanos explicados pelo fatalismo, pela extraordinariedade, pela descendência e pela cronologia, além de construírem, a partir do modo de perceber, descrever e explicar os fatos, a ideia de “verdade” sobre a história de alguém, sem necessariamente uma demonstração de transparência em relação aos métodos utilizados para a obtenção dos dados e a construção da narrativa.

Além disso, como já se pôde perceber no item anterior, de um modo geral, os textos induzem à imagem de um cientista natural como alguém que fez descobertas que implicaram mudanças substanciais no dia a dia, principalmente, na saúde, área mais sentida e buscada como informação pelo público em geral. O cientista da área de Humanas, por outro lado, foi aquele que interpretou o país, que vivia numa biblioteca cheia de livros e que, quando ia a campo, estava sempre em volta da cultura popular brasileira e dos povos minoritários.

Dentre todas, as biografias de Darcy Ribeiro e de Câmara Cascudo são muito representativas de funcionamento que indica um estereótipo. A maior parte do texto refere-se a Darcy Ribeiro como o antropólogo que viveu junto com os índios, mas o texto não menciona qual o posicionamento do cientista em relação à cultura indígena e sua constituição no Brasil. Darcy também, para a biografia, não defendeu “teses”, mas “ideais” (p. 132), ou seja, como o desbravador que é mostrado no texto, ele foi mais um “herói” do que um cientista, o que retoma a concepção de antropólogo publicamente difundida e,

principalmente, daqueles que se dedicam a grupos minoritários ou, de alguma forma, prejudicados pela estrutura social brasileira. A biografia utiliza para isso um trecho de uma entrevista concedida pelo também antropólogo Orlando Villas-Boas, que exerce no texto a função de legitimação para avaliá-lo: “Darcy Ribeiro pertence a uma geração que mostrou à sociedade brasileira que índio não é bicho. Não era um antropólogo de gabinete’, **sentenciou**” (p. 195). O verbo utilizado para indicar que se trata da fala de outrem é muito expressivo: “sentenciar” é não deixar brechas para outra interpretação. O dito é o veredicto.

A fala de Villas Boas aqui também exerce a função de discurso competente (CHAUÍ, 1986). As entrevistas, no Jornalismo, principalmente, quando se pretende demonstrar legitimação, têm essa finalidade. Busca-se a fala de alguém (não raro aquela que o jornalista já espera ouvir a partir do que tem na memória como um já-dito) para emitir uma opinião que corrobore com as concepções do veículo ou do jornalista:

O discurso competente é aquele que pode ser proferido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. [...] É o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir, e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUÍ, 1986, p. 19)

A entrevista que busca esse tipo de fala é aquela que Medina (2002, p. 14), denomina de “entrevista-rito,” ou seja, “trata-se de obter uma palavra, que de resto não tem outra importância senão a de ser pronunciada *hic et nunc*. [...] As próprias palavras da entrevista-rito são rituais. Elas completam a cerimônia.” É importante lembrar que esses processos de legitimação, na maioria das vezes, dão-se pela repetição das fontes oficiais

ou já bastante conhecidas do grande público. “Torna-se sumária a seleção de fontes de informação: já estão à disposição do editor, chefe de reportagem, repórter e pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados *habitués*” (MEDINA, 2002, p. 35). Como se percebe no trecho citado da biografia, uma imagem de cientista vem sendo mostrada e a fala de Villas-Boas só completa a cena, sendo trazido ao texto também a partir do princípio da disciplina, ou seja, a delimitação de um “campo de verdade” em que o indivíduo deve estar inserido.

Em outro trecho, a biografia diz: “Mesmo como cientista era também político, porque entendia a pesquisa como um instrumento de transformação da sociedade” (p. 132). Aqui fala a separação em espaços delimitados: há um lugar de fazer Ciência e o lugar de fazer política, como se ambos não estivessem num mesmo contexto ou inter-relacionados.

Essa última frase citada abre-se para muitos sentidos. O uso de “mesmo” é muito emblemático da imagem de Ciência que o texto traz. Se “mesmo como cientista era também político”, isso significa que não se espera de um cientista um envolvimento político, uma participação nos rumos da sociedade? É interessante notar como esse tipo de construção traz à tona o que circula socialmente sobre Ciência pura, de base: as pesquisas e as descobertas totalmente desvinculadas da vida prática. Por essa concepção, haveria a possibilidade de produzir conhecimento e desenvolver uma prática científica a partir de um lugar neutro da sociedade, que não sofre por determinações dos processos históricos. Por essa razão, Darcy é, reforçadamente, mais “herói” que cientista. Reforça-se a geração dessa imagem quanto grande parte do texto se dedica a falar sobre o período de exílio. Mesmo quando se abordam as descobertas sobre a Amazônia, o texto se limita a dizer que ele “buscou sistematizar qual seria a formação adequada para professores que ensinassem na Amazônia” (p. 132), sem abordar,

todavia, quais as características que ele definiu como necessárias para essa atuação. Emblemático do tratamento que *Caros Amigos* dedica aos cientistas da área de Humanas, todos parecem mais ativistas de causas sociais do que cientistas e, como se mostrou anteriormente, eles militam por causas que aparecem nas páginas da revista costumeiramente, como Bicudo (2004) reforça, ao analisar a linha editorial da revista em sua pesquisa de mestrado. Ele conclui que *Caros Amigos*, nas edições mensais, faz um jornalismo contrário à política neoliberal,

comprometido com os direitos humanos, a solidariedade, a fraternidade, a justiça social, a distribuição de renda, o emprego, a saúde, a educação de qualidade, as culturas diversas, o desenvolvimento científico e tecnológico, a qualidade de vida, a reforma agrária, a liberdade de expressão e de opinião. (p. 227)

Alguns até poderiam defender que, como biografia, esses dados são importantes, porque humanizam o cientista e, como prevê o Jornalismo Literário, mostrar as pessoas em todas as suas facetas é uma característica a ser buscada. No entanto, dissociar vida e obra é um risco que se corre quando a humanização não é bem feita ou quando alguns momentos, valorizados socialmente, são reforçados em detrimento de outros, como é o caso das injustiças cometidas pela Ditadura.

Na função-autor que engendra a revista, é interessante notar como o idealismo político se manifesta. Quando, ainda que de relance, na biografia de Câmara Cascudo, pode parecer que o biografado tem uma concepção política diferente da valorizada pela revista e pelo leitor, um discurso competente, oriundo de uma entrevista, direciona-se a outro efeito de leitura:

Nas duas primeiras décadas do século 20, Câmara Cascudo foi **monarquista**. Mais tarde **se tornou dirigente do integralismo**²². e, em

²² O integralismo é uma doutrina política de inspiração tradicionalista e ultraconservadora, baseada nas teorias de Charles Maurras. Muito comum em grupos monárquicos, defende o princípio de que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, no respeito às hierarquias, às aptidões e aos

1964, **apoiou a Ditadura Militar**. Para o historiador Marcos Silva, a obra de Cascudo **não é um reflexo disso**. “O meu receio é que, às vezes, algumas pessoas reduzem a obra dele a sua militância integralista, o que não é correto. A **obra dele não é um reflexo de uma pessoa privada**. Acho importante separarmos as coisas”. (p. 269)

Uma citação dizendo que o personagem “se tornou dirigente do integralismo” e “apoiou a Ditadura Militar” afetaria a unidade e a não contradição do discurso que vinha sendo construído e, por isso, o personagem ouvido é tão importante: presente praticamente em todo o texto, Marcos Silva vai sendo mostrado (e construído também como personagem) como aquele que alinhava a história do biografado e que tem, ao final, autoridade para dizer que sua obra não é reflexo “disso”.

Voltando à questão das entrevistas citadas no texto, retoma-se Authier-Revuz (1998), ao ressaltar que colocar um termo ou um trecho entre aspas ou destacá-lo de alguma forma, como se costuma fazer no Jornalismo para indicar a fala do entrevistado, permite mostrá-lo como um objeto externo, a distância, demarcando-os como pertencentes ao discurso alheio, ou seja, eles revelam a presença do outro no discurso que se estrutura. Outras falas da entrevista com o historiador Marcos Silva são utilizadas durante todo o texto para reforçar a imagem que a biografia vai construindo de Cascudo:

- A) Cascudo exerceu o cargo mais importante do integralismo no Rio Grande do Norte, porém sua militância não exerceu influência sobre sua obra. **“O que a obra dele consolida? Aspectos da cultura popular, folclore etc. O que significa isso politicamente? Fortalecer uma imagem de que o povo tem cultura e não é ignorante. Ele sempre mostrou em suas obras um grande respeito ao conhecimento do povo”**, conclui Marcos Silva (p. 269)
- B) **“Ele é um sujeito do tempo do modernismo e tem um peso muito grande como um mapeador da cultura popular do Brasil. Ele é pioneiro no estudo das tradições orais”**, aponta Marcos Silva. (p. 265)

méritos pessoais, o que se opõe, por exemplo, aos princípios de igualdade entre todas as pessoas. No Brasil, o integralismo surgiu na década de 30, a partir da atuação de Plínio Salgado. Em partes, o movimento espelha a ideologia fascista.

Além de, em A, haver uma retomada de que embora integralista, “sua militância não exerceu influência sobre sua obra”, o trecho B aparece também destacado no texto, como olho, o que mostra que traduz uma nuance valorizada pelo editor dos textos. Além dessa fala, logo na primeira página da biografia de Cascudo (p. 259), há um olho, dessa vez retirado do texto do biógrafo:

Câmara Cascudo foi antes de tudo um observador. A partir dos pequenos detalhes do cotidiano do homem brasileiro, como o modo de falar e de vestir, e até a importância das superstições, Cascudo traduziu em suas obras a cultura brasileira.

Os recortes, da entrevista e da biografia, destacam o papel do cientista como “mapeador”, “observador” e “pioneiro”, sem, no entanto, aprofundarem a discussão sobre métodos ou constatações. O leitor não tem acesso às descobertas desse “mapa” que o cientista fez sobre os costumes brasileiros.

Quando esses trechos são colocados graficamente de forma a saltarem aos olhos, eles acabam sendo um resumo de tudo o que a revista compreende como mais importante para o leitor. Há certo predomínio ou tentativa de explicar tudo pela Biologia, tendência que se observa em muitos outros textos jornalísticos sobre Ciência e que também aparece nas biografias:

Do ponto de vista científico, Darcy Ribeiro foi um dos primeiros a estudar e **apontar** a contribuição das nações indígenas para a formação histórica do povo brasileiro – tese que, com o tempo, **ganhou apoio de muitas áreas da pesquisa científica. Inclusive, em termos biológicos:** boa parte dos genes que definem a população brasileira atual veio dos índios, indicam **pesquisas genéticas recentes como as do geneticista Sérgio Danilo Pena.** (p. 132)

Muitos sentidos são produzidos por esse trecho. O início, “do ponto de vista científico”, acaba por valorizar as descobertas de Darcy que, mais à frente, foram explicadas por

outros campos, “inclusive” (o que tende a demonstrar superioridade e irrefutabilidade) “em termos biológicos”. A concepção de raça, ainda muito forte na sociedade brasileira e no senso comum, da mesma forma que uma tentativa de unidade racial ou de demonstração de que todos têm, no fundo, um mesmo ancestral, visões muito difundidas e valorizadas, inclusive, pela escola básica brasileira e pelo mito da democracia racial, conforme mostrou Da Matta²³ (1987), também aparecem como pré-construído que sustenta as formulações do texto. Em última análise, esse trecho é uma tentativa de explicar uma constatação das Ciências Humanas trazendo algumas características próprias das Naturais, como a objetividade que um dado biológico, aparentemente, traz, o que se apresenta pela presença de “pesquisas genéticas recentes”, nesse caso citando o autor do levantamento, como princípio de competência e legitimidade. Mais evidente fica essa construção, quando contrastada com o verbo “apontar”, presente na primeira linha dessa citação: “apontar” tem menos valor assertivo do que “concluir” ou “demonstrar”, termos que poderiam ser utilizados num processo de paráfrase do trecho.

Essas formulações são mais um indício do interdiscurso produzido pela herança da constituição das Ciências Humanas, da pretensão de uma racionalidade capaz de avaliar com toda a precisão e clareza os princípios e problemas da humanidade. Mais anteriormente, a Ciência moderna, a partir de Descartes (1569-1650), Galileu (1564-1642) e Newton (1643-1727), comparava a natureza e o ser humano a máquinas, com mecanismos que precisavam ser descobertos e sistematizados. Mesmo no seu surgimento, as Ciências Humanas foram levadas a imitar e a copiar o que as Naturais

²³ O antropólogo explica que, desde os anos 40, no Brasil, a fim de se diminuir os estigmas deixados por quatro séculos de escravidão negra, começou a circular a ideia de que, como no Brasil nunca houve uma segregação tão explícita entre negros e brancos, como registrada nos Estados Unidos, haveria uma democracia racial, difundida pela fala de que o povo brasileiro é resultante da mistura de brancos, negros e índios, que convivem pacificamente, pois juntos formaram um povo.

tinham preconizado, ou seja, um homem explicado quase que por critérios matemáticos, concepção da qual o Behaviorismo de Burrhur Skinner (1904-1990) é um dos expoentes.

A supervalorização do Natural também está presente na biografia de Carlos Chagas. O texto toca na questão de que a descoberta da doença causada pelo *Tripanossoma cruzi* foi contestada, embora sem muitas explicações ou dados sobre como tal fato se sucedera. Para reforçar a ideia de que era “sabotagem de colegas brasileiros” (p. 11), a revista usa os seguintes termos: “Por trás da contestação, estava Afrânio Peixoto, **homem de ciência, mas, principalmente, escritor**, além de Figueiredo Vasconcellos e Parreiras Horta, membros da referida academia [Academia Nacional de Medicina]”. (p. 11). No trecho, a expressão “mas, principalmente, escritor” acaba servindo como uma desqualificação da oposição e da polêmica que surgiu acerca da descoberta de Chagas. Silencia-se, nesse caso, a naturalidade das oposições e das contradições a que o desenvolvimento científico está sujeito, bem como a contribuição de Afrânio Peixoto como cientista. Esse posicionamento também mostra, conforme exposto no Capítulo 2, a dificuldade de conceber o conhecimento por meio da Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Bertalanffy (1975) criticava essa compartimentação do saber em disciplinas, que atuam como lembra Foucault como “princípio de interdição”. Pela TGS, todos esses elementos (Literatura, Ciências Naturais e Humanidades etc) podem, embora mantendo certa interdependência, interagirem para formar o todo do conhecimento sobre determinado assunto.

Nota-se ainda como, ao fortalecer concepções, outras são sempre silenciadas ou esquecidas (ORLANDI, 1993 e PÉCHEUX, 1975), no processo de formulação de sentidos. Na constituição, formulação e circulação dos sentidos, importa não só o que foi dito, mas também o que foi “esquecido”.

Enquanto a vida do cientista da área de Ciências Humanas é valorizada, o discurso da objetividade, da aplicação das descobertas científicas na vida cotidiana e o rigor metodológico são reforçados quando se fala dos pesquisadores da área de Ciências Naturais. Numa das falas do cientista Carlos Chagas Filho sobre o pai, percebe-se uma crítica a um cientista que não está preocupado com a prática de suas descobertas. Na fala, ele dá vários elementos que permitem ao leitor construir quem seria esse padrão oposto ao de Chagas. “Meu pai não foi um **cientista acadêmico**, um **homem de laboratório**, interessado somente no **seu** próprio progresso intelectual e na ascensão do seu reconhecimento internacional. O que desejou, na verdade, foi **servir o povo brasileiro**” (p. 3). Outro cientista contemporâneo, em outro texto da coleção, também usa a mesma terminologia. Orlando Villas-Boas refere-se a Darcy Ribeiro, informando que ele “não é um **antropólogo de gabinete**” (p. 135). Assim, a coleção vai reproduzindo vários estereótipos de personagens: o cientista da área de Humanas, o cientista da área de Naturais, os preocupados e os despreocupados com a aplicação de suas pesquisas e com o progresso brasileiro.

Na sequência da discussão das imagens construídas dos cientistas, será feito um recorte, cujo objetivo é analisar como eles se manifestam nas questões relativas a gênero (cientista homem/ cientista mulher).

4.2.1 Estereótipos e questões de gêneros nas biografias de cientistas

A representação do masculino e do feminino é outro ponto em que os estereótipos são bastante recorrentes, principalmente, quando vai se caracterizar a mulher como cientista. Por causa das relações sexistas que foram se constituindo na história da humanidade, as mulheres entram para a Ciência somente no século XX, mas, ao menos nas biografias

analisadas, continuam carregando consigo associações com família, casamento e sensibilidade, com as quais sempre estiveram ligadas. Há muitas evidências para essa afirmação, começando por algumas frases que aparecem nos textos e se constituem como “lugares-comuns”. Empregados com regularidade na oralidade, essas frases prontas, difundidas cotidianamente e carregadas de estereótipos, são considerados, na escrita, uma prova de falta de originalidade e estilo. Bourdieu (1998, p. 16) lembra que Aristóteles já considerava os lugares-comuns como “noções ou teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais não se argumenta”. Há, portanto, certa submissão inconsciente aos lugares-comuns, que, utilizados pelos meios de comunicação, revalidam valores da cultura, mas também revelam concepções ideológicas:

Evidentemente, os estereótipos são manifestações das mais antigas em nossa cultura, estão nos contos de fadas, nas narrativas populares, nas canções da Idade Média. Provém dos rituais, dos mitos, das belas construções verdadeiramente originais (rupturas): comparações e metáforas, que, utilizadas pela primeira vez, caíram no gosto do popular (e da ideologia). (PAIVA DINIZ, 2004, p. 140).

Ao caírem no gosto popular, passam também a ser formas de se cristalizarem e difundirem valores sobre sexo, raça e Ciência, para ficar em três exemplos que, aqui, são importantes, e, assim, transformam-se em condições de produção. As biografias de Nise da Silveira, Johanna Döbereiner e Graziela Barroso trazem algumas ilustrações desse procedimento.

São comuns, diferente do que aparece nos textos sobre homens, menções ao “amor à ciência” (p. 26), ao “toque feminino” (p. 284) ou “à grande dama/primeira dama” da Ciência (p. 282). As referências masculinas são, mais comumente, a “vocação” (p. 58, p. 69 e p. 132) e “capacidade intelectual” (p. 268). Mesmo quando vão ser abordados requisitos da atividade científica, o texto escorrega para as referências à sensibilidade. “Sutil e grave, amorosa e rígida” (p. 146), por exemplo, é forma de se definir Nise da

Silveira, reforçando, com esses pares antitéticos, a ideia de uma cientista que, mesmo fazendo trabalho de cientista (portanto, historicamente, de homem), não perdesse a sua feminilidade. Os trechos que permitem a construção desse sentido continuam à frente, com referências à cientista como “delicada e profunda” (p. 146), “admirável intuição e sensibilidade”, “Dócil e agressiva” (p. 155). Nesse trecho, há uma contradição constitutiva do discurso de divulgação em relação à presença da mulher na prática científica: ser cientista apesar de ser mulher e, por outro lado, permanecer mulher, apesar de ser cientista. Disso se conclui que há um pré-construído dizendo que ser mulher e ser cientista são posições que se excluem e assim aparecem no texto da biografia.

Os atributos socialmente aceitos como femininos também são valorizados na biografia de Graziela, retomando muito fortemente duas imagens de mulher: a da dedicação (p. 273, 274) e a de professora, educadora. Por sinal, embora todos os cientistas retratados, em maior ou menor tempo, tenham se dedicado à docência, o destaque para essa finalidade está para as mulheres e para os cientistas da área de Ciências Humanas. Para Graziela, há referências como sendo “simples, humilde e generosa, porém muito firme” (p. 274), “muito dedicada à família” (p. 274). Como professora, é retratada menos como alguém que transmite conhecimento científico e mais por uma relação de proximidade e fraternidade com os alunos. Ela é a “Dona Grazi”, aquela que “por defender seus alunos [...] chegou a ser detida e interrogada” (p. 279) e que estava “sempre cercada de seus alunos” (p. 279) ou “pupilos” (p. 280).

Os estereótipos encontram ainda mais facilidade para aparecer no texto sobre Nise da Silveira. É nessa biografia que aparece o maior espaço para falar sobre atributos culturalmente femininos, em princípio, porque a concepção de Psiquiatria dessa biografada envolveu muitos elementos emocionais, sensíveis. Outras mulheres também

aparecem na biografia, como fontes de informação e entrevistadas, reforçando as características femininas da personagem e menos as novas concepções de tratamento terapêutico que Nise implantara no Brasil, a partir da visão de obra de Carl Jung:

A psicóloga Denise Maia explica: “paciente é aquele que espera para ser cuidado. Cliente significa ser ativo nesse processo”. Outra **nomenclatura** quebrada: Nise mudou o termo “terapia ocupacional” para “**emoção de lidar**”. A ideia veio de uma paciente que um dia, após mexer num pedaço de veludo, **exclamou**: “como é macio, sinto grande emoção de lidar com ele entre minhas mãos”.

O verbo **exclamar** quase não é utilizado em narrativas jornalísticas, nem mesmo em textos construídos com a concepção do Jornalismo Literário. Marcuschi (2007), ao fazer uma análise da utilização dos verbos introdutórios de opinião e fala no Jornalismo, sequer o cita. Ele é próprio das narrativas infantis, fantasiosas, como o trecho constrói a passagem, abolindo uma discussão mais aprofundada da nomenclatura e das razões científicas que levaram Nise a sugerir tal alteração.

A utilização desse verbo retoma o que já se disse sobre o léxico: para além da oferta de uma informação, significa uma posição sujeito, a partir da qual se formulam os enunciados e, portanto, é um indício da determinação ideológica. Outro exemplo desse funcionamento aparece no trecho em que o trabalho de Berta Gleizer Ribeiro, casada com Darcy, é descrito:

Berta era uma romena, naturalizada brasileira e **atuou com Darcy** em diversas pesquisas de campo. Foi responsável, posteriormente, pela revisão e tradução dos livros do marido, além de ter coletado e datilografado documentos e cartas ao longo da vida conjunta dos dois. Berta, definida por Darcy como sua “**colaboradora infatigável**” construiu a partir do final dos anos 1970 **uma respeitável carreira independente** como antropóloga, **integrando o quadro docente do Departamento de Antropologia do Museu Nacional**. (p. 134)

Ao mesmo tempo em que as construções “uma respeitável carreira independente” e “integrando o quadro docente do Departamento de Antropologia do Museu Nacional”

concedem importância ao trabalho da antropóloga, o trecho utiliza a palavra “independente” que faz sentido pelo que vem antes, “a colaboradora infatigável”, aquela que, na vida de casada, está para ajudar a contribuir com os feitos do marido, de organizadora: ela “atuou com Darcy”, “foi responsável [...] pela revisão e tradução dos livros”, “coletado e datilografado documentos”.

Há, ainda, uma descontextualização histórica do trabalho de Johanna, Graziela e Nise. Não há digressões, por exemplo, que ajudem a contextualizar a atuação das cientistas a movimentos políticos como o feminismo na década de 60, importante momento para que houvesse a incorporação da mulher ao mundo científico (SCHIENBINGER, 2001). São reforçadas, por outro lado, a importância dos maridos no incentivo às carreiras, como se a eles fosse atribuída a “permissão” para que essas cientistas transgredissem seus espaços de donas de casa. Graziela, por exemplo, “perde” (p. 286) o marido. A utilização desse verbo pode parecer usual quando se fala da morte de alguém próximo, mas uma paráfrase mostra a diferença. “Perder o marido” põe uma noção de necessidade muito maior do que “o marido morreu”. As fontes de informação ouvidas e citadas nas biografias também são expoentes dessa ligação da mulher com a família. Nos biografados homens, a maioria das informações (em média 80%) provém de filhos ou cientistas da mesma área. No caso de Johanna, exemplo do que ocorre com as demais mulheres da coletânea, 80% das informações citadas oriundas de entrevista vieram do marido, Jürgen, “atraído pela moça que lhe pareceu ‘enérgica’” (p. 20). Essa descrição é relevante, uma vez que, nos textos sobre os homens, não apareceram informações sobre fatores de atração sexual ou imagens causadas à primeira vista em suas companheiras. Coincidentemente, de todas as biografias do corpus, apenas em Johanna, um casal de ex-alunos (graduados no mesmo ano e os dois orientados pela cientista) transformou-se em fonte de informação para uma entrevista. Nesse caso, a entrevista foi reproduzida no

formato de pingue-pongue (p. 28-29), com perguntas e respostas, sem que se possa distinguir a fala de cada integrante do casal, os cientistas Ivo e Vera Baldani. A simbiose mostrada entre Johänna e Jürgen ressoa na escolha dos entrevistados.

4.2.2 Iconografia e Estereótipos

Toda construção biográfica envolve a montagem de um cenário para a narrativa da vida e obra dos personagens, principalmente, numa perspectiva menos acadêmica e mais jornalística ou literária. Essa montagem tem vários aspectos: primeiramente, favorece a leitura, pois permite ao leitor um envolvimento com os fatos narrados. Por outro lado, o cenário construído também restringe sentidos possíveis e pode, se não forem tomados alguns cuidados, difundir e reforçar estereótipos.

É preciso tomar cuidado, pois o Jornalismo Literário, ao propor a descrição e o uso de símbolos de status de vida (WOLFE, 2005), pode estar, da mesma forma, contribuindo com estereótipos e até preconceitos se essas simbologias não forem bem estruturadas. A descrição, os aspectos valorizados e quais elementos são considerados como “símbolos” de determinada vida, são sempre derivados do olhar do observador, cuja formação traz, indissolavelmente, a ideologia, suas concepções de vida, as condições de produção dos discursos e a interferência do veículo e da empresa jornalística para a qual se produz o material.

Medina (1979) lembra que, no jogo de sedução dos leitores, que aqui também é compreendido como um jogo signifiante, tudo está em ação: palavras, números, artigos, imagens, contornos de letras. Tudo está submetido menos aos critérios de belo ou feio e mais aos de valorização do que deve saltar aos olhos. No processo de atribuição de sentidos, verbal e não verbal conversam nas biografias dos cientistas analisados,

indicando o mesmo caminho ao leitor. Nunes (2012) lembra que, no discurso sobre a infografia, aqui compreendida como esquemas, gráficos ou imagens selecionadas para compor determinada página, “a textualidade esquematizadora facilitaria a compreensão das informações proporcionando ao leitor formas de se informar mais em menos tempo” (NUNES, 2012, p. 14). A importância cultural que se dá à imagem e o apelo que ela exerce sobre os leitores contemporâneos produzem efeitos de relevância:

Ao selecionar temas e formas de dizer sobre este tema, inevitavelmente são deixados outros de fora e este gesto produz relevância ao que foi selecionado e posto em estado de leitura; são produzidos, também, efeitos de síntese, conforme a formulação visual administrada nos-pelos gráficos estatísticos e as imagens; produzem-se, ainda, efeitos de ordenação. (NUNES, 2012, p. 14)

Como também indica Nunes (2012), as seleções do visual e do imagético constituem elemento que exerce o sentido das “coisas a saber”, conforme Pecheux (1975, p. 34), isto é, “descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ – porque esse real é impiedoso.” Como agente de divulgador, a biografia e o Jornalismo, como um todo, acabam sendo selecionadores dessas “coisas a saber”, que “representam [...] tudo o que arriscar faltar à felicidade [...] do sujeito pragmático” (idem). Resta sempre lembrar que essas “coisas a saber”, na verdade, são efeito do interdiscurso, da memória e dos sentidos que circulam socialmente.

Os cenários construídos nos textos das biografias, além das imagens selecionadas, reforçam a separação do mundo em duas culturas (SNOW, 1995). Aos cientistas da área de Humanas, reserva-se um espaço muito próximo ao do poeta e do escritor: o lugar predileto é a biblioteca. Aos das Naturais, o laboratório. Em personagens como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, são comuns referências a bibliotecas que, inclusive, foi

“mantida intacta” (p. 37 e p. 261), mesmo após a morte do dono (Câmara Cascudo), afinal a “biblioteca [...] era um santuário” (p. 269).

Assim, boemia, nomes ligados ao marxismo e ao comunismo, artistas plásticos e expoentes da literatura já canonizados pela crítica e pelo público são comuns de um lado, enquanto, do outro estão profissionais de áreas mais técnicas, além de cenas de laboratório de Física e Química. Na construção de Nise da Silveira, a quem parece dizer uma voz que a colocaria, no discurso do senso comum, “a frente do seu tempo”, aparecem, por exemplo, Olga Benário (p. 148) e Graciliano Ramos (p. 148), com quem a psiquiatra entrou em contato durante o período em que foi presa, na Ditadura Vargas. Essa noção de pertencimento a um grupo também se manifesta na biografia de Câmara Cascudo. Autores como Monteiro Lobato e Mario de Andrade são citados várias vezes, por causa da amizade do cientista com esses escritores e porque também ambos mantêm ligação com o folclore, objeto das pesquisas de Cascudo, e também pela presença do biografado na Semana de Arte Moderna, em 1922. A noção de disciplina é assim, novamente, percebida nas construções discursivas.

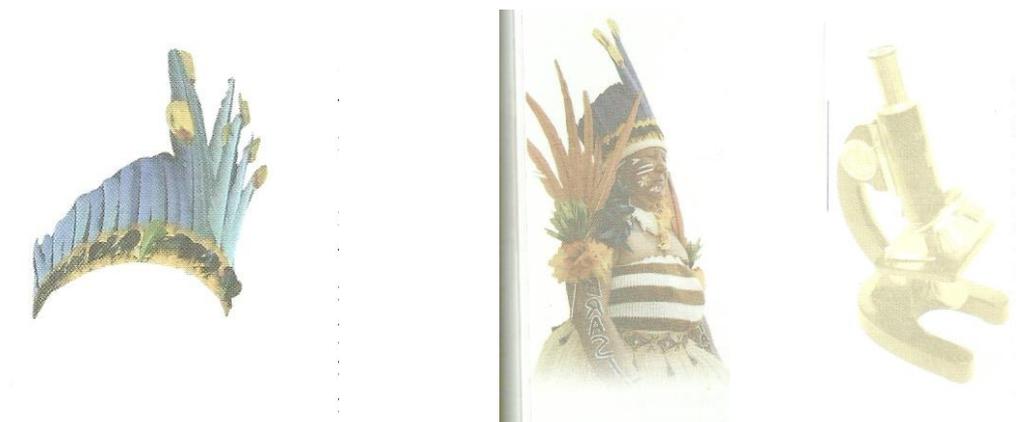
A coleção de *Caros Amigos* é ricamente ilustrada. Praticamente todas as páginas trazem, ao menos, uma imagem, seja fotografia ou outro tipo de iconografia (mapa, esquema gráfico, reprodução de obras de arte etc.). Como primeiros elementos a serem notados numa página, saltando aos olhos, as ilustrações têm grande poder de produzir sentidos imediatamente. No caso das fotografias, lembra Barthes ([1961] 2000, p. 326), elas já carregam consigo o caráter de objetividade, de denotação, própria por ser uma mensagem sem código: “Para passar do real à sua fotografia, não é de nenhum modo necessário fragmentar o real em unidades e constituir essas unidades em signos substancialmente diferentes do objeto que conferem à leitura; entre esse objeto e sua

imagem não é de modo algum necessário interpor um rele, isto é, um código”. Barthes lembra que esse estatuto de denotação próprio da fotografia, como prova do que se observou, “arrisca a ser mítico” no senso comum, embora haja, na utilização de imagens fotográficas, um objeto “trabalhado, escolhido, composto, construído tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas” (BARTHES, [1961] 2000, p. 328).

As imagens, numa coletânea, precisam ser analisadas a partir do conceito de sintaxe que, de acordo com Barthes ([1961] 2000), é a situação em que “várias fotografias podem se constituir em sequência [...]. O significante de conotação não se encontra então mais no nível de nenhum dos fragmentos da sequência, mas àquele do encadeamento” (p. 333). No interior de cada imagem, o autor também chama a atenção para dois elementos que serão essenciais na conotação: a pose e os objetos.

Quando são observadas as imagens em sequência, o que se percebe é que elas dialogam com os textos na produção de um cientista da área de Humanas que se dedica à docência, à família, à vivência com outras culturas, aos livros e aos seus escritos, e de um cientista natural ligado a laboratórios, esquemas de moléculas e representação de seres microscópios, além de viagens para demonstrar seus resultados.

Figura 1 – Imagens nas bordas das páginas (Darcy Ribeiro e César Lattes)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 134, 132, 50 (sem origem citada na coletânea)

No caso de Florestan Fernandes e de Câmara Cascudo, duas imagens são muito representativas na busca por um resumo do que eles são na visão das biografias: no primeiro, o representante dos pobres na Ciência brasileira, metaforizado com o quadro “Segunda Classe”, de Tarsila do Amaral, colocado logo na primeira página do fascículo, junto ao texto de apresentação. No segundo, a foto de uma cerimônia em homenagem à Iemanjá simboliza a preocupação com as tradições brasileiras.

Figura 2 – Imagem de abertura do fascículo sobre Câmara Cascudo



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 258 (reprodução de imagem do Instituto Câmara Cascudo)

Figura 3 – Imagem de abertura do fascículo sobre Florestan Fernandes



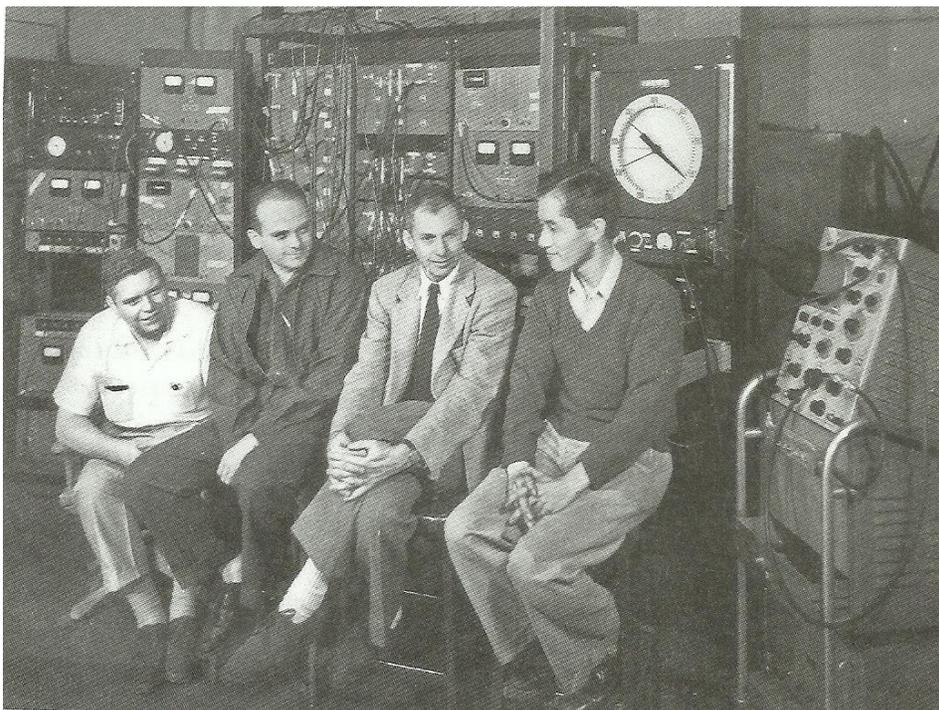
Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 34 (imagem original do Acervo Tarsila do Amaral)

Figura 4a – O cientista natural e seu cenário (César Lattes)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 49 (imagem original do Arquivo Central da Unicamp)

Figura 4b – O cientista natural e seu cenário (César Lattes)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 55 (imagem original do Arquivo Central da Unicamp)

Figura 5 – O cientista da área de Humanas e seu cenário (Câmara Cascudo)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 261 (imagem original do Instituto Câmara Cascudo)

Figura 6 – O cientista da área de Humanas e seu cenário (Darcy Ribeiro)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 133 (imagem original Fundação Darcy Ribeiro)

A figura 6 está na página anterior em que Berta (esposa de Darcy) é apresentada. Interessante o sentido gerado quando o texto a apresenta como “colaboradora infatigável” (p. 134) e a imagem da Figura 6. Barthes ([1961] 2000, p. 330) lembra que a pose dos personagens, numa fotografia, “não é evidentemente significativa senão porque existe uma reserva de atitudes estereotipadas que constituem elementos feitos de significação”. Dessa forma, Berta está ao fundo, como quem observa o marido, no primeiro plano, reforçando a imagem da mulher que está na retaguarda, como acompanhante.

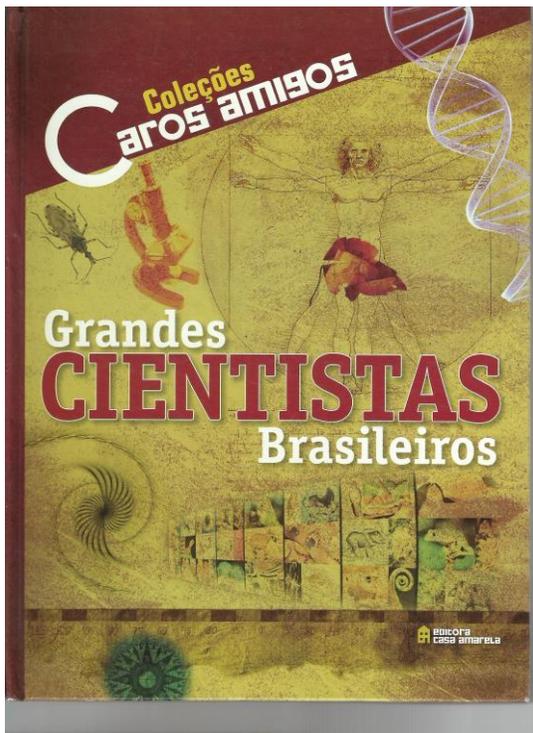
Na capa dura, entregue para que os leitores possam agrupar todos os fascículos, a Ciência é reduzida a referências das áreas naturais: aparecem um microscópio, um mosquito-barbeiro, a representação do átomo e, com destaque, a figura do Homem Vitruviano, de Leonardo Da Vinci, sintetizando sentidos de Ciência como um registro praticamente matemático do universo (essa imagem apareceu também no primeiro fascículo da série, na página de abertura, simbólica do que veio depois). A única referência a uma Ciência Humana é a Rosa dos Ventos, embora ela pouco represente dos geógrafos biografados, mas ajuda a reforçar o “rigor” da Ciência, entendida mais

como uma certeza numérica do que uma construção, possível de rupturas e retomadas. Nota-se, também, uma aproximação de Ciência com a ideia de tecnologia. Henry (1997, p. 17) aborda a questão dos instrumentos nos seguintes termos:

Cada vez que um instrumento ou experimento é transferido de um ramo de Ciência para outro, ou *a fortiori* de uma Ciência para outra, este instrumento ou este experimento é de algum modo reinventado, tornando-se um instrumento ou experimento dessa ciência particular, ou deste ramo particular de Ciência.

Com essa transferência de um instrumento peculiar do campo da Geografia Física para representar cientistas da Geografia Humana, há uma espécie de traição entre a forma como Milton Santos é retratado no texto (como sendo alguém que postulava uma Geografia menos física ou ligada à Geologia e mais humana) e a utilização da Rosa dos Ventos, simbolizando a cientificidade da Geografia na capa da coletânea.

Figura 7 – Capa da coletânea



O caso de Milton Santos merece atenção especial, por causa das imagens inseridas. Embora o texto todo seja construído para mostrar a concepção de Geografia como Ciência Humana que o cientista queria difundir, as imagens mostradas (Figura 8) fazem referência à visão tradicionalista desse campo do conhecimento, com figuras que retratam mapas, pontos cardeais e localização geográfica. Percebe-se a força do interdiscurso, que faz com que haja uma contradição entre o que é escrito e o que é visual. Esse fato também se constitui por causa do processo de edição nas redações jornalísticas: o mais comum é que editores e repórteres, diagramadores e fotógrafos façam cada qual o seu trabalho, sem que haja uma interação no sentido de construir uma linha narrativa única. A função que cada um desenvolve vai, assim, deixando traços de suas concepções e do modo como são afetados em sua prática pelos sentidos estabilizados no interdiscurso.

Figura 8 – Imagens nas bordas das páginas (Milton Santos)



Fonte: *Grandes Cientistas Brasileiros*, p. 68, 74 (sem origem citada na coletânea)

4.3 A construção de Imagens: Ciência, público leitor e divulgador

Em toda enunciação, imagens de quem fala, para quem fala e do que se fala são construídas. Para a Análise de Discurso não se trata, porém, de uma estratégia retórica para a construção de uma argumentação, mas das próprias condições de produção do discurso, a partir da representação imaginária das relações interlocutivas na enunciação na sua relação constitutiva com o interdiscurso.

Authier-Revuz (1998) afirma que essa formação de imagens, na divulgação científica, e, especialmente, no Jornalismo Científico, cria lugares: o de Ciência, o do público leitor e o do divulgador, que se posiciona entre os dois. O lugar denominado como “Ciência” é ocupado por pessoas que, no discurso, são concretamente identificadas e pelas características demonstradas anteriormente como sendo próprias, a partir da coletânea, dos cientistas de Humanas ou de Naturais. Na coletânea de *Caros Amigos*, também estão no lugar denominado de Ciência aqueles que, como Carlos Chagas Filho e Orlando Villas Boas, estão presentes nos textos e possibilitados de falar pelo princípio da disciplina (FOUCAULT, [1970] 2005), além de serem definidos como qualificados para estar presentes nos textos.

Todo texto propõe ao leitor ocupar também um lugar, ou seja, produz a imagem do interlocutor pretendido. Na coletânea de *Caros Amigos*, esse leitor, além de ser aquele mais esperado pela divulgação científica, ou seja, como diz Authier-Revuz (1998), o do inteligente, curioso pela Ciência, é também aquele que se preocupa com os rumos do País, com o meio ambiente, com a saúde e com a aplicação das pesquisas, já que essas marcas fazem parte da imagem de cientista construída:

- A) Por concentrar-se em áreas pobres da América, não há a repercussão dos casos nem estudos sistemáticos como existem para

outras doenças com potencial mais universal, como a malária e a leishmaniose. Além disso, **a dificuldade de atendimento é grande:** são regiões de difícil acesso, sem hospitais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a **Doença de Chagas uma das mais difíceis de serem combatidas, e aponta a necessidade de desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico e medicamentos mais eficazes.** (p. 13)

- B) Enquanto **Johanna vivia seus primeiros dias de Brasil**, o país **seguia a cartilha do cultivo dos Estados Unidos**, maior produtor mundial de soja, que recomendava o amplo uso de adubos químicos na agricultura. Em pouco tempo, a agrônoma percebe que a revolução verde seria insustentável, gerando enorme destruição ambiental. **Estava certa.**

O uso intensivo de fertilizantes é dos maiores responsáveis por problemas ambientais. As pragas combatidas quimicamente tornam-se resistentes aos venenos, a monocultura desgasta o solo e a irrigação provoca, no mundo inteiro, rebaixamento do nível de água dos rios, além do alto custo desse aparato.

Johanna, **na contramão**, acreditava na possibilidade de aumentar a produção agrícola aproveitando um processo existente na natureza, a fixação biológica de nitrogênio, uma associação (simbiose) entre plantas e determinadas espécies de bactérias que diminuiria ou mesmo eliminaria a necessidade do uso de adubos nitrogenados, livrando meio ambiente de enormes agressões. (p. 18).

Na década de 60, a produção brasileira [de soja] **cresce** cinco vezes. Entramos na década seguinte colhendo 1 milhão de toneladas. **O produto passa a ser o principal da nossa agricultura.** No início da década de 1980, **outro enorme salto:** 15 milhões de toneladas de soja produzidas anualmente, além do aumento da área cultivada e da produtividade, graças às novas tecnologias disponibilizadas pela pesquisa brasileira. Nos últimos anos, a produção atinge, em média, 60 milhões de toneladas. [...] Johanna seguiu pesquisando as gramíneas pelo resto de sua vida. **Os frutos** do esforço: as equipes da Embrapa disponibilizam a diversas empresas as bactérias que melhor se adéquam ao milho e à cana-de-açúcar brasileiros. Os pesquisadores calculam que poderão comercializá-las em um ano. (p. 25-26)

- C) Florestan apresentou 96 emendas à Constituinte, das quais 34 foram aprovadas. Defendeu **o ensino público de qualidade** e são de sua autoria as emendas que **garantem creche e pré-escola para todas as crianças de zero a seis anos** e que asseguram, **para indígenas, aulas ministradas em suas línguas nativas.** O sociólogo foi também responsável pela emenda que **garantiu o 13º salário a todos os trabalhadores** e a que previu **direitos iguais a filhos fora do casamento ou adotados.** Outro assunto pelo qual Florestan se dedicou ativamente foi a criação da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, que seriam publicadas apenas um ano após a sua morte. (p. 44)
- D) Uma das principais questões que o [Crodowaldo Pavan] assombravam enquanto esteve no Texas era **pensar que poderia**

fazer mais pelo Brasil estando aqui. Sua volta foi motivada quase principalmente por esse questionamento. Mais do que isso, em 1988 participou da elaboração do **capítulo sobre ciência e tecnologia da Constituição**. Que inaugurou uma nova etapa da **democratização brasileira**. (p. 90)

- E) **Após sua morte**, suas lutas continuam sendo tocadas por outros, tanto no Museu de Imagens do Inconsciente como na Casa das Palmeiras. Alguns pensam que suas **ideias sobre a extinção dos manicômios têm influência sobre mudanças recentes na legislação nesse campo**. (p. 155)
- F) Graziela Barroso teve um papel importante também no **engajamento pela preservação da flora brasileira**. [...] Em suas entrevistas, Graziela sempre **registrou indignação ante a destruição da flora brasileira**. Já ao Boletim, Graziela criticou a ação **dos governantes brasileiros que cederam áreas de reserva para exploração do agronegócio em 2001**. (p. 280)

A análise desses recortes começa retomando alguns aspectos já mencionados como o antiamericanismo, o projeto de um Brasil desenvolvido e o interesse do cientista em contribuir com o País. É assim, por exemplo, que funcionam os enunciados “Johanna vivia seus primeiros dias no País”, reforçando que, mesmo tcheca, foi o Brasil que lhe deu a possibilidade de desenvolver suas pesquisas, já que o País “seguia a cartilha do cultivo dos Estados Unidos”, ou então em “pensar que poderia fazer mais pelo Brasil”, antes de dizer que o cientista contribuiu para parte importante do processo de democratização.

Percebe-se ainda o reforço da importância desses cientistas para a atualidade. Em todos os recortes citados, há trechos que mostram como eles contribuem, “após a sua morte”, com o que está sendo feito no País ou para garantir direitos de todos, como “o 13° salário”, “as creches” e com a “necessidade de desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico e medicamentos mais eficazes”.

Como veículo jornalístico periódico, *Caros Amigos* cobre boa parte das pautas que dizem respeito aos principais problemas brasileiros e, considerando o período da produção

(2009/2010), alguns assuntos frequentes no noticiário agem como condições de produção para um reforço na argumentação, ajudando a mostrar a importância desses cientistas. Em outros períodos e conjunturas, a enunciação construiria a imagem dos personagens a partir de outros argumentos. É emblemático dessa argumentação centrada nas discussões do período o que se fala nos recortes B, E e F. Em B, se constrói, primeiro, um panorama alarmista sobre a temática ambiental, a exemplo do que é feito de modo geral pelos jornais, como demonstra Belmonte (2004, p. 22), para quem “o tema ambiental vai e vem [das manchetes jornalísticas] ao sabor da tragédias”. Em seguida, mostra-se como a cientista contribuiu para que a utilização dos recursos naturais pudesse ser diferente.

Johanna também foi responsável por “diminuir muito, ou mesmo eliminar, a utilização de adubos químicos nitrogenados nas plantações” (p. 23), já que “o uso intensivo de fertilizantes é dos maiores responsáveis por problemas ambientais.” (p. 18). A fala da cientista colocada como olho na página 23 entra na mesma direção: “Desde que a humanidade aprendeu a arte de cultivar a terra, ela passou a interferir no ciclo natural dos nutrientes minerais, sem uma preocupação efetiva com as fontes de matérias-primas e o efeito do mau uso dos insumos”. Outras pesquisas de Johanna também foram importantes e, na análise que um biólogo ou agrônomo fizessem de sua obra, provavelmente, seriam destacados. No entanto, num texto que pretende falar com grande parcela da população (como é o discurso jornalístico) e que, inclusive, é oferecido como material didático, dar destaque a questões contemporâneas sugere importância e reverência o trabalho da pesquisadora.

Em E, permite-se uma associação entre uma das frequentes e atuais discussões da Psiquiatria, a necessidade ou não de internação em manicômios, tratada com mais

atenção a partir de 2001, com a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica. Em F, há uma aproximação com a temática do Novo Código Florestal que, voltou à discussão em 2009, quando o deputado Aldo Rebelo (PCdoB) foi designado relator do projeto e emitiu parecer favorável em julho de 2010, entre outras proposições, aumentando a área de preservação ambiental em locais que poderiam ser destinados ao cultivo. O fascículo que contém o recorte F foi publicado em agosto de 2010. O trecho “dos governantes brasileiros que cederam áreas de reserva para exploração do agronegócio em 2001”, assim, não só retoma a discussão do meio ambiente, como mostra uma tomada de posição pelo atravessamento dessas condições de produção.

Esses recortes também mostram que o lugar do divulgador é o de um jornalista que entende a biografia como sendo um retrato da vida do biografado, mas, nesse caso, reconhece o que o imaginário popular compreende como Ciência e quais são as temáticas que encontrarão reflexos positivos sobre a imagem que se pretende construir de um cientista brasileiro.

A contribuição da Ciência para resolver problemas de saúde, que faz parte do imaginário popular (VOGT e POLINO, 2003), é outra imagem que ganha relevância na construção do personagem cientista na coletânea. Carlos Chagas, por exemplo, além do recorte A, é lembrado ainda pelo fato de que “comandou uma campanha do governo brasileiro contra a epidemia de gripe espanhola” (p. 4). As condições de produção desses discursos explicam: num País que, nos últimos anos, tem experimentado o crescimento econômico, mas ainda convive com dificuldades para oferecer atendimento público de saúde, falas como essas são argumentos que facilitam a construção de um personagem importante para a história da Ciência nacional. A contribuição científica para o progresso, conforme a lembrança, em D, de que Crodowaldo Pavan contribuiu para a Constituição (considerando também todo o já-dito sobre tal fato: a Carta de 1988 trouxe, de novo, após o período de

Ditadura, a democracia ao País), também é evidenciada em outros dois trechos sobre o mesmo cientista. Em certo momento de sua biografia, ele é chamado de “defensor do investimento no progresso” (p. 66) e de um cientista dotado de uma “fonte inesgotável de ideias úteis” (p. 66).

Nesse ponto, além de uma imagem de Ciência ligada à aplicação prática e imediata, é considerada uma visão de assertividade. Entre os requisitos de *Caros Amigos* para incluir alguém na sua lista de “Grandes Cientistas Brasileiros” está um argumento parecido ao exposto por Foucault, quando ele discute a inserção de Mendel nos critérios de verdade científica de sua época:

Mendel dizia a verdade, mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse “no verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele; enquanto Schleiden, por exemplo, uns trinta anos antes, negando, em pleno século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado. (FOUCAULT, [1970] 2005, p. 35).

Os critérios de Ciência ou não Ciência, importância ou não, são aqueles socialmente aceitos, ou seja, “não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘pólicia discursiva’ que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, [1970] 2005, p. 35). A disciplina, pois, “fixa os limites do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras” (Ibidem, p. 36). Assim, independente de sua inclusão no campo da História, da Literatura ou do Jornalismo, discussão que se estabeleceu no primeiro capítulo, as biografias sempre carregarão consigo não só a historicidade e a ideologia, bem como as marcas do tempo em que foram produzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas lembranças: já disse Michel Pêcheux que há indissociabilidade entre Ciência, tecnologia e governo (1975). Esses três elementos estão o tempo todo se interligando e fazendo também circular sentidos sobre a Ciência, seu fazer e seus atores (cientistas, financiadores, público, divulgadores). Já afirmou também Vilas Boas que “a biografia deve nos proporcionar uma descrição detalhada de uma existência” (2008, p. 21-22).

Essas duas citações, de autores essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, interpenetram-se agora: se há indissociabilidade entre governo e Ciência, como será essa descrição detalhada de uma existência num texto de divulgação científica?

A coletânea “Grandes Cientistas Brasileiros”, produzida pela revista *Caros Amigos*, comprova como “a descrição detalhada” (e, principalmente, o que se compreende como “detalhe”) é sempre determinada pelas condições de produção, pelo interdiscurso, pelo momento histórico e por quem a produz e exerce a função-autor em tais textos. O fazer biográfico está atravessado pelo que se compreende como próprio do gênero, pelo que o autor do texto (ou autores) atualiza(m) da memória discursiva tanto sobre o assunto a ser abordado quanto sobre o modo como será divulgado, e pela maneira como se estabelecem relações entre o tema e a política editorial, no caso, a produção de uma coletânea de biografias dentro de uma revista que nasceu com a proposta de ser alternativa aos meios de comunicação tradicionais.

Que detalhes seriam esses presentes como pré-construído no interdiscurso sobre Ciência e cientista que aparecem, aqui, ali e alhures, materializados no discurso da coletânea? Ainda que haja pesquisas de opinião sobre o assunto, não necessariamente o autor de uma biografia de um cientista tem acesso a que tipo de informações o leitor brasileiro valoriza no processo científico. No entanto, uma vez já dito (e repetido inúmeras vezes), essas valorizações e sentidos dados arrumam-se no interdiscurso e materializam-se em novas formulações sem que se tenha consciência dessa relação entre o que já se disse e o que se diz novamente.

É assim que a análise da coletânea demonstrou, por um lado, um ideal de Ciência neutra, desvinculada de subjetividade e de interesses e, ao mesmo tempo, uma Ciência que se preocupa com a melhoria de vida, com a aplicabilidade de suas descobertas. Uma Ciência em que, para ser incluído entre os grandes, nota-se uma semelhança de interesses entre os “detalhes” mostrados dos biografados e o projeto de desenvolvimento do País (determinado pelo que diz o Ministério da Ciência e Tecnologia – “transformar o setor [de Ciência e Tecnologia] em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade”).

Para “a toda a sociedade”, num veículo que se edifica a partir da resignificação do “alternativo”, significou dar destaque à Ciência aplicada (em detrimento da Ciência de base), à educação dos grupos menos favorecidos pelo sistema econômico, a tópicos relacionados à saúde e à criação de uma relação entre grandes cientistas e injustiças sociais, pelo não reconhecimento imediato das descobertas, pela perseguição política ou pela situação social dos protagonistas de cada biografia. Assim, foram se determinando

as “coisas a saber”, seleção intrinsecamente relacionada à divulgação científica, à produção de um discurso sobre Ciência voltado ao grande público.

Os “detalhes” da vida levados aos leitores também demonstraram que ser cientista ainda é ser lembrado pela genialidade/extraordinariedade e uma boa dose de fatalismo (que, para além de todos os desafios e dificuldades, culminou na realização). Afinal, para ser “grande”, o discurso mostra que é preciso ser mais do que um cidadão comum, ter mais do que uma história de vida banal. É essa característica, inclusive, que também ajuda a determinar a escolha por fatos a serem retratados numa trajetória biográfica, em detrimento de outros, esquecidos consciente ou inconscientemente.

Os “detalhes” também são uma morada do que já se disse, já se sabe ou já se estudou sobre Jornalismo. Por mais que a biografia se inscreva no Jornalismo Literário, é muito forte o peso de décadas de busca de objetividade, verdade e imparcialidade. Ainda que pareçam conceitos obsoletos, não se apaga o que eles constituíram como memória discursiva, como já-ditos para o jornalista. Os textos de “Grandes Cientistas Brasileiros” são, de modo geral, bastante padronizados, seguem uma mesma estrutura, valorizam as mesmas qualidades do cientista e buscam fontes de informação com qualificações parecidas (familiares, pesquisadores, especialistas nas áreas), fontes oficiais, estabelecendo um ponto de vista que se repete a cada fascículo. É o peso não só dessa memória sobre o fazer jornalístico, sobre o gênero biografia, mas também da função-autor atuando sobre a seleção e formulação dos enunciados em que se descrevem os “detalhes” ou facetas da vida dos biografados.

O momento em que se produz um texto também dá outras pistas sobre esses detalhes. A “atualidade” como valor para o Jornalismo também atua como condição de produção,

determinante para as construções biográficas. É assim, por exemplo, que os textos da coletânea também vieram acompanhados de reflexos sobre temáticas consideradas como preocupações da pauta contemporânea e também como tendências para os meios de comunicação, como é o caso do meio ambiente, da ecologia e da sustentabilidade... Outros “detalhes”.

Se o Cartesianismo e, mais tarde, o Positivismo, pregavam uma verdade possível de ser alcançada por meio do rigor, da disciplina e do apagamento da subjetividade, a Ciência para a coletânea veio produzindo sentidos diferentes para quem é vinculado às Ciências Naturais e às Ciências Humanas. No campo das Ciências Naturais, estiveram as “descobertas”; nas Humanas, as “interpretações”. Outra constatação: os critérios do que se poderia chamar “humanização”, característica essencial na biografia e no Jornalismo Literário, não são os mesmos para as duas áreas.

A obra dos cientistas da área de Humanas é menos explorada, menos esmiuçada para o leitor e há menos explicações sobre o que propunham. Há, por outro lado, mais espaço para “detalhes” como a convivência familiar, a relação com os alunos, a situação socioeconômica, a perseguição política nos tempos de ditadura militar, bem como para os destinos pós-morte de suas bibliotecas e escritos. Nos cientistas de Ciências Naturais, esses espaços são ocupados por “detalhes” sobre os laboratórios, os processos que levaram às descobertas, às viagens para demonstrar seus conhecimentos. É curioso, ademais, o que acontece com as mulheres biografadas: independente da área a que elas pertenciam, a presença de um imaginário sobre a diferença de gênero também colocou as cientistas numa narrativa com muitos “detalhes” sobre a família, a docência e a dedicação. É a humanização proposta pelo Jornalismo Literário e pela biografia sendo comprometida pelo princípio da disciplina (FOUCAULT, 1970) e pela memória discursiva.

O princípio da disciplina também dificulta a humanização no sentido de que privilegia essas falas oficiais, de “discurso competente”, e menos de pessoas que conviveram com os cientistas biografados sob outras perspectivas.

Dizem, na teoria que tenta explicar como se escrever um texto, que se deve fugir dos estereótipos... Mas como fugir, se eles se manifestam no interdiscurso e se o sujeito só tem acesso à parte do que diz? Sem perceber, eles surgem, aparecem, materializam-se e cristalizam-se ainda mais.

“Descrição detalhada” é, pois, uma (im)pertinente construção para quem está trabalhando com biografia e com discursos. “Detalhe” é uma palavra que carrega muita subjetividade e o que a definirá será sempre o já-dito, o interdiscurso, as condições de produção, a historicidade e a ideologia.

Como não relacionar, portanto, como já indicado acima, essa “descrição detalhada” à noção de disciplina, conforme mostra Foucault (1970)? A importância do sujeito de Ciência, como se mostrou nas análises, está relacionada àquilo que, num determinado momento, delimita-se como um “campo de verdade”, onde o discurso deve inserir-se, ainda que este campo seja produzido pelo destaque que os meios de comunicação dão a determinados temas, atribuindo a eles importância e destaque, muitas vezes provocando distorções nas descobertas científicas e em aspectos da biografia do cientista.

A coletânea de *Caros Amigos* teve como um de seus objetivos servir de material didático para escolas de ensinos Fundamental e Médio e, como divulgação científica, também tem um papel educacional informal para qualquer pessoa que entre em contato com a produção. A relação existente entre educação e divulgação, conforme Vogt (2012),

mostra, assim, o quanto é importante que a formação de professores esteja relacionada a uma reflexão discursiva, para que eles também possam exercer o trabalho de mediadores no processo de formação menos a partir da imagem de verdade impressa nas páginas de jornais, coletâneas e livros, e mais como um motivador de reflexões e interpretações a partir dos contextos e da história. Da mesma forma, também é importante que sejam realizados estudos sobre discurso nas diversas ciências, de modo a trazer contribuições para a política científica brasileira que, naturalmente, reveste-se desses sentidos atribuídos pela história e pelo imaginário a cada área do saber.

Este trabalho é apenas um início de um pensar. Até agora nenhum outro trabalho havia se debruçado sobre a interface biografia-divulgação científica. A importância de aprofundar essa questão é essencial, em razão do caráter modelar que uma biografia pode exercer, projetando imagens nos leitores e nos futuros cientistas.

Ainda há muito por percorrer, bem como há outras tantas perguntas necessárias. Como se manifestam o interdiscurso e as condições de produção em biografias apresentadas em outros formatos, como, por exemplo, em produções audiovisuais ou detalhando a vida e obra de um único personagem, fora de uma coletânea? Como se tocam discursos biográficos, autobiográficos e memórias de cientistas? Que marcas da função-autor sentidas aqui também são percebidas em outras produções de *Caros Amigos*? Essas são algumas perguntas que se colocam aqui para outras pesquisas, que complementariam o percurso aqui feito. Novos detalhes. Outros detalhes. Detalhes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. *O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

AMOROSO LIMA, Alceu. *O jornalismo como gênero literário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

AMOSSY, Ruth. *Stéréotypes et clichés: langue, discours, société*. Paris: Nathan, 1997.

_____; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE REVISTAS. *Evolução e circulação dos títulos*. Disponível em: <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo177215-1.asp>. Acesso em: 3 maio 2012.

AUROUX, SYLVAIN. Instrumentos lingüísticos y políticas lingüísticas: la construcción del francés. In: *Revista argentina de historiografía lingüística*, n. 1, v. 2, 2009, p. 137-149. Disponível em: [http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/auroux-RAHL-\(2\)2009.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/auroux-RAHL-(2)2009.pdf). Acesso em: 2 set. 2012.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras Incertas: as Não-coincidências do Dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAHIA, Juarez. *Jornal – História e técnica*. São Paulo: Ática, 1990 (Volume 1).

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *A mensagem fotográfica*. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 325-338.

BAUER, Henry. *Scientific literacy and the myth of the scientific method*. Chicago: Universidade Illinois Press, 1994.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILLAS BOAS, Sérgio (org.). *Formação e informação ambiental*. São Paulo: Summus, 2004, p. 15-48.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo*. Porto Alegre: Sulina, 1970.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BERTALANFFY, Ludwing von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1975.

BICUDO, Francisco José. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

_____. A dominação masculina. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais. 8 dez. 1998, p. E5-E7

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. São Paulo: FGV, 2006, p. 183-191.

BUENO, Wilson da Costa. *O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth*. Tese (doutorado). Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), 1972.

_____. Jornalismo científico: conceito e função. *Ciência e Cultura*, v. 37, n. 9, p.1420-1427, 1985.

BUITONI, Dulcília. *Texto-documentário: espaço e sentido*. Tese (Livre-Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CALDAS, Graça. Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas: Pontes, 2003, p. 73-80.

_____. Divulgação científica e relações de poder. In: *Informação e Informação*, v. 15. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2010, p. 31-42. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583>. Acesso em: 8 jun. 2012.

CANTORI, Wagner Roberto Lopes. *Os sentidos da “ciência” no ar: uma análise discursiva da produção do efeito de objetividade na editoria ciência da Rádio CBN*. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. LabJor/IEL. Unicamp, 2009.

CAROS AMIGOS. Coleção traz biografias de cientistas brasileiros. Disponível em: <http://lojacosamigos.com.br/SubCategorias.aspx?idCategoriaFilho=32>. Acesso em: 12 dez. 2011.

CASTRO, Ruy. O biografado dos sonhos precisa ser... IN: *Revista Brasileiros*. n. 6, dez-2007/ jan-2008, p. 95-97.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: _____. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 15-25.

_____. São possíveis ciências humanas? In : _____. *Convite à Filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 226-232.

CLIFFORD, James. Introduction. In: _____ (org.) *Biography as an art: selected criticism (1560-1960)*. Nova York: Oxford University Press, 1962, p. 9-21.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil (1904-2004)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DA MATA, Roberto – A Fábula das 3 Raças. In: _____. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010, p. 23-34.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. *Educação e alfabetização científica*. Campinas: Papirus, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Mémoires*. Paris: Galilée, 1998.

D'ONÓFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

DUBOIS, Jean. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1973.

ECO, Umberto. Sobre o estilo. *Sobre a literatura*. São Paulo: Record, 2003, p. 151-166.

ERBOLATO, Mario. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2001.

EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica – 96 verbetes*. Campinas: Pontes, 2002.

FARIAS, Juliana Barreto. João do Rio e os africanos: raça e ciência nas crônicas da belle époque carioca. In: *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n162/a10n162.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

FALASCHI, Celso. *Identificação de Características Criativas no Jornalista Brasileiro*. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas. Campinas, 2004.

FOLHA DE S. PAULO. *Bienal Nacional do Livro debate limites de biografias*. 21 abr. 2012, p. E4.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Foucault - Ditos e escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

FRAZÃO DA SILVA, Andréa Cristiana Lopes. *Hagiografia*. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hagiografia.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

GARCIA, Sâmia de Christo; BARICHELO, Eugenia. Mídia impressa: a percepção e pesquisadores sobre a divulgação da ciência. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). *Divulgação científica e tecnologias da informação e comunicação*. Santa Maria (RS): Facos-UFSM, 2003, p. 105-172.

HENRY, Paul. Os Fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. et al. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: _____; ORLANDI, Eni (orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2010, p. 81-103.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. *A linguagem jornalística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.

LEIBRUDER, Ana Paula. *O discurso de divulgação científica*. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 231-255. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, vol. 5).

LE GOFF, Jacques. História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. São Paulo: FGV, 2006, p. 167-182.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem?* São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

_____. A century of nonfiction solitude: a survey of brazilian literary journalism. In: BAK, John S.; REYNOLDS, Bill (edit.). *Literary Journalism across the globe: journalistic traditions and transnational influences*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 2011, p. 162-183.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução e prefácio: WAINBERG, J.A. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOWENTHAL, Leo. *Literature, popular culture and society*. Palo Alto: Pacific Books, 1961.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Plutarco: historiografia e biografia na cultura Greco-romana. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 181-187.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade revista*. São Paulo: Realejo Edições, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: _____. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 146-168.

MARQUES de MELO, José. *Jornalismo opinativo*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES, José Reinaldo. *A luta para continuar independente*. Disponível em: <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=591>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de memoria*. Rio de Janeiro: Artelatina, 2000.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. *Entrevista: o diálogo possível*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *A arte de tecer o presente*. 3. ed. São Paulo: Summus, 2006.

_____. Cremilda. *O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos*, 2010.

_____. *Jornalismo e ciência: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *O MCT*. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/105.html?execview=#tt>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. *Coleção traz a vida de grandes cientistas*. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/313693.html>. Acesso em: 20 dez. 2011.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de jornais – a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MORA, Ana Maria Sánchez. *A divulgação da ciência como literatura*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Casa da Ciência, 2003.

MORAIS, Fernando. *Chatô*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MUNIZ SODRÉ; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

NUNES, Sílvia Regina. Leitura e movimento de esquematização de infográficos. In: Anais da 2ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2012. Disponível em: <http://anais.jiedimagem.com.br/pdf/2104.pdf>

OATES, Stephen. *Biography as history*. Texas: Marham Press Fund, 1990.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo científico*. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Divulgação científica e efeito leitor: um política social urbana*. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento – estado, mídia, sociedade*. Campinas: Pontes, 2001, p. 21-30.

_____. *Vão surgindo os sentidos*. In: _____ (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Nem escritor, nem sujeito, apenas autor*. In: _____. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 100-111.

PAIVA DINIZ, Maria Lúcia Vissotto. Estereótipo na mídia: doxa ou ruptura. Disponível em: http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MDiniz_T001.pdf. Acesso em; 12 jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1975.

_____. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. *O papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010a, p. 49-56.

_____. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b, p. 49-59.

_____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PENA, Felipe. *Teoria da biografia sem fim*. São Paulo: Mauad, 2004.

_____. *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZOLO, Adair C.; PIPPI, Joseline. Jornalismo científico e interdiscursividade na popularização da ciência. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). *Divulgação científica e tecnologias da informação e comunicação*. Santa Maria (RS): Facos-UFSM, 2003, p. 173-214.

PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

QUÉRÉ, Louis. *Des miroirs equivoques*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael. A mídia e a construção do biográfico. In: *Revista Tempo Social*. São Paulo, n. 1, v. 12, 2000.

ROQUEPLO, Phillipe. *Le partage du savoir*. Science, culture, vulgarisation. Paris: Du Seuil, 1974.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHIENBINGER, Lonta. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru (SP): Edusc, 2001.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2004.

SERRANI, Silvana. Antologia: escrita compilada, discurso e capital simbólico. IN: *Alea*, V. 2, n. 2, jul-dez. 2008, p. 270-287.

SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica? In: *Ciência e Ensino*, Campinas: IG/Unicamp, v. 1, n. 1, 2006, p. 53-59. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/cienciaeensino/issue/view/14>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SIMS, Norman; KRAMER, Mark (orgs.). *Literary journalism*. Nova York: Ballatine Books, 1995.

SNOW, Charles. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo: Edusp, 1995.

SOLDI, Dimas Alexandre. Isto é, Veja e **Caros Amigos**: a construção do Brasil nas páginas de revistas. Bocc. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/paq/soldi-dimas-brasil-nas-paginas-das-revistas.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *M. Bakhtin*. Paris: Seuil, 1981.

VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografias e biógrafos*. São Paulo: Summus, 2002.

- _____. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Unesp, 2008.
- VOGT, Carlos; POLINO, Carmelo (orgs.) *Percepção pública da ciência – resultados da pesquisa Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*. Campinas: Unicamp e São Paulo: Fapesp, 2003.
- VOGT, Carlos. *A espiral da cultura científica*. In: *Comciência*, jul/2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/carta/cultura.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- WEINGARTEN, Marc. *A turma que não escrevia direito – Wolfe, Thompson, Didion e a Revolução do Novo Jornalismo*. São Paulo: Record, 2010.
- WHITEMORE, Reed. *Pure lives: the early biographers*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1988.
- WOLFE, Tom. The New Journalism. In: _____. *Radical chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 7-86.
- YOUNG, Robert Maxwell. *What happened to human nature?* Londres: Process Press, 2000.
- ZAVERUCHA, Jorge. A questão do integralismo diante da herança fascista. In: *Ciência e Trópico*, n. 2, v. 12, jul.-dez. 1984, p. 241-253. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/view/327/267>. Acesso em: 21 set. 2012.
- ZANOTTI, Carlos Alberto. O paradoxo do lide: sedução e afastamento. In: *Revista de Estudos do Curso de Jornalismo da PUC-Campinas*. n. 1, v. 1, 1998.
- _____. Títulos no Jornalismo diário ou a difícil arte de dizer apenas o essencial. In: *Revista de Estudos da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas*, v. 2, n. 2, 1999.
- ZOLA, Émile. *Do Romance*. São Paulo: Edusp. 1995.